



Comunicado de Imprensa nº 17/482 (P)  
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA  
11 de dezembro de 2017

Fundo Monetário Internacional  
700 19<sup>th</sup> Street, NW  
Washington, D. C. 20431 EUA

## **Conselho de Administração do FMI conclui a terceira e quarta avaliações do programa apoiado pelo Acordo ECF com São Tomé e Príncipe**

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu hoje a terceira e quarta avaliações do acordo com São Tomé e Príncipe no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF)<sup>1</sup>. A decisão do Conselho permite a libertação imediata de DSE 1.268.570 (cerca de USD 1,8 milhões), perfazendo um total aproximado de DSE 3,17 milhões (cerca de USD 4,5 milhões) em desembolsos ao abrigo do acordo ECF.

Ao concluir a avaliação, o Conselho de Administração aprovou o pedido das autoridades de dispensa do cumprimento dos critérios de desempenho para o final de dezembro de 2016 relativos ao saldo primário interno e às variações do crédito bancário líquido ao governo central, com base nas medidas corretivas tomadas pelas autoridades. Ademais, o Conselho definiu metas e indicadores de referência estruturais para dezembro de 2018. O acordo ECF de três anos com São Tomé e Príncipe, no montante de DSE 4,44 milhões (cerca de USD 6,2 milhões, ou 60% da quota do país na data de aprovação) foi aprovado em 13 de julho de 2015 (ver [Comunicado de Imprensa nº 15/336](#)) para apoiar o programa de reformas económicas do governo visando o crescimento mais forte e inclusivo.

Ao concluírem-se as discussões, o Sr. Tao Zhang, Subdiretor-Geral e presidente em exercício do Conselho, fez a seguinte declaração:

“A economia de São Tomé e Príncipe continua a crescer a um ritmo constante, e as perspectivas são favoráveis. Contudo, a aplicação de políticas judiciosas para trazer o défice orçamental e a dívida pública para níveis sustentáveis será fundamental para alcançar o crescimento sustentado e robusto e reduzir a pobreza. Nesse contexto, espera-se que o Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-21 contribua para diversificar a economia e melhorar o ambiente de negócios.

“As autoridades tomaram medidas decisivas para recolocar o programa no rumo certo. As metas estruturais foram cumpridas e foram feitos bons progressos nas reformas

---

<sup>1</sup> A ECF é um acordo de empréstimo que proporciona um compromisso programático sustentado de médio e longo prazo, em caso de problemas prolongados na balança de pagamentos.

estruturais, inclusivamente na projetada adoção de um IVA. Foram tomadas medidas para cumprir as metas orçamentais para o final de 2017. Além disso, o orçamento de 2018 acertadamente visa prosseguir na consolidação para baixar o défice primário interno.

“As autoridades visam fortalecer a gestão das finanças públicas. Serão dedicados esforços para impedir novos atrasados de pagamentos internos, reduzir o atual stock de atrasados e abordar os riscos fiscais decorrentes das perdas operacionais avultadas da empresa pública de eletricidade e água. Para garantir a sustentabilidade da dívida e, em simultâneo, atender às alargadas necessidades de investimento, dever-se-á procurar empréstimos externos em condições concessionais.

“No setor financeiro, a supervisão bancária foi fortalecida e houve melhorias nos indicadores de solidez financeira. A liquidação do Banco Equador foi retomada. Serão tomadas medidas para reduzir o stock de créditos malparados e continuar a reforçar a estabilidade financeira.”



# REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

## TERCEIRA E QUARTA AVALIAÇÕES NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PRORROGAÇÃO DO ACORDO E MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO

27 de novembro de 2017

### PRINCIPAIS TEMAS

**Estima-se que a economia crescerá a um ritmo sustentado de 4% em 2017, mas mais lentamente que o projetado na segunda avaliação.** No médio prazo, o crescimento deverá acelerar para 5,5%, impulsionado pelo turismo, a agricultura e o investimento com financiamento externo. Entretanto, o excesso de precipitação prejudicou algumas culturas e provocou o aumento dos preços dos alimentos produzidos localmente. Consequentemente, estima-se que a inflação subirá de 5,1% no final de 2016 para 6% no final de 2017.

**No geral, a implementação do programa voltou ao rumo certo.** Após ter falhado as metas do final de 2016 por uma grande margem, o governo adotou medidas corretivas e cumpriu todos os cinco critérios de desempenho (CD) para o final de junho de 2017. A aplicação de reformas estruturais no âmbito do programa está em curso, embora a um ritmo muito mais lento do que antecipado, devido principalmente a limitações de capacidade e atrasos na prestação de assistência técnica (AT).

**As discussões centraram-se na salvaguarda das metas para o final de 2017 e na definição do quadro político para 2018.** O governo identificou cortes de despesas para neutralizar a potencial insuficiência de receita na segunda metade de 2017. O orçamento de 2018 visará um déficit orçamental primário de 1% do PIB face a uma meta de 1,8% do PIB em 2017, denotando uma descida do financiamento externo. O governo também planeia tomar medidas de curto prazo para abordar as grandes perdas da empresa pública de água e electricidade, EMAE. Ao mesmo tempo, o Banco Central continua a fortalecer a supervisão a bancária, implementar a estratégia para resolver a alta taxa de empréstimos malparados no sistema bancário e liquidar o falido Banco Equador.

**Subsistem riscos significativos para o programa,** devido principalmente aos atrasos nas reformas estruturais e às reduções do financiamento externo associadas a tal atraso. Ademais, o compromisso das autoridades para aplicar o programa também será testado no período que antecede as eleições legislativas de julho de 2018.

À luz da melhoria recente do desempenho do programa, denotando as fortes medidas corretivas das autoridades, o corpo técnico recomenda a conclusão da terceira e quarta avaliações, a aprovação da reprogramação e prorrogação do programa para o final de 2018.

**Aprovado por  
David Owen (AFR) e  
Kevin Fletcher (SPR)**

As discussões decorreram nas ilhas de São Tomé e Príncipe de 20 de setembro a 5 de outubro de 2017. A equipa do corpo técnico foi composta por Xiangming Li (chefe), Charles Amo-Yartey, Jehann Jack, Gabriel Srouf (todos do AFR) e Luiza Antoun de Almeida (SPR). A missão foi assistida na sede por Marlon Francisco e María Inés Canales Munoz. A equipa do FMI reuniu-se com o Primeiro-ministro Patrice Trovoada, o Ministro das Finanças Américo Ramos, a Ministra da Justiça Ilza Vaz, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Urbino Botelho, o Governador do Banco Central Hélio Almeida, o Presidente da Região Autónoma do Príncipe José Cassandra, outros quadros superiores do governo, representantes do setor privado e parceiros de desenvolvimento.

## ÍNDICE

<b>DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES</b>	<b>4</b>
<b>DESEMPENHO DO PROGRAMA</b>	<b>6</b>
<b>PERSPETIVAS E RISCOS ECONÓMICOS</b>	<b>6</b>
<b>DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS</b>	<b>8</b>
A. Abordar a derrapagem orçamental e minimizar os passivos contingentes	8
B. Promover reformas monetárias	10
C. Reduzir riscos no setor bancário	11
D. Outras reformas estruturais	12
<b>QUESTÕES RELATIVAS AO PROGRAMA, SALVAGUARDAS E RISCOS</b>	<b>12</b>
<b>AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO</b>	<b>14</b>
<b>FIGURAS</b>	
1. Evolução Macroeconómica Recente	16
2. Evolução do Setor Financeiro	17
<b>TABELAS</b>	
1. Principais Indicadores Económicos, 2015–20	18
2a. Operações Financeiras do Governo Central, 2015–20 (Mil milhões de dobras)	19
2b. Operações Financeiras do Governo Central, 2015–20 (Percentagem do PIB)	20
3. Síntese das Contas do Banco Central, 2015–20	21
4. Síntese Monetária, 2015–20	22
5. Indicadores de Solidez Financeira, 2011–junho/2017	23

6a. Balança de Pagamentos, 2015–20 (Milhões de USD)	24
6b. Balança de Pagamentos, 2015–20 (Porcentagem do PIB)	25
7. Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2015–20	26
8a. Calendário de Desembolsos Atual ao Abrigo do Acordo	27
8b. Calendário de Desembolsos Proposto ao Abrigo do	27
9. Indicadores da Capacidade de Pagamento ao FMI, 2017–30	28
10. Objetivos de Desenvolvimento do Milénio	29

## APÊNDICE

I. Carta de Intenções	30
Anexo I: Memorando de Políticas Económicas e Financeiras Complementar para 2017-2018	33
Anexo II: Memorando Técnico de Entendimento, Novembro de 2017	52

## DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES

**1. A economia continua a crescer de forma estável em 2017, mas este crescimento tem sido mais tímido do que o projetado quando da segunda avaliação, e os preços subiram acima do esperado.** A previsão para o PIB real é que cresça 4% em 2017, o mesmo que em 2016, mas 1 ponto percentual aquém da projeção anterior. Por um lado, houve um aumento do investimento com financiamento externo, com uma subida de 30% nas importações de equipamentos e materiais de construção, mas as chegadas turistas e as exportações de cacau caíram ligeiramente. A inflação em 12 meses acelerou em meados do ano, chegando a 6,5% no final de agosto de 2017, impulsionada sobretudo pelo aumento de preços dos bens produzidos localmente. À medida que este efeito se dissipa, a inflação deverá ser mais moderada, ficando em 6% no final de 2017. As reservas internacionais líquidas de USD 54,4 milhões (ou 3,5 meses de importações) no final de junho de 2017 continuam a ser suficientes.

**2. As metas orçamentais para o final de junho de 2017 foram atingidas através de uma execução prudente da despesa e de medidas fiscais corretivas, após as derrapagens no ano transato (Tabela de Texto 1).** O

défice primário interno atingiu 4% do PIB em 2016 face à meta de 2% do PIB do programa, impulsionado pela despesa excessiva no período que antecedeu as eleições presidenciais em duas voltas, a forte queda dos direitos aduaneiros sobre as importações de petróleo devido à queda dos preços deste produto e atrasos na aplicação das medidas corretivas identificadas durante a segunda avaliação (§13).

As autoridades tomaram medidas corretivas em 2017, reduzindo as despesas primárias internas em quase 1,5% do PIB (anualizadas) nos primeiros oito meses face ao mesmo período em 2016. Em simultâneo, aplicaram medidas fiscais no final de 2016 e reviram o orçamento para aumentar a receita em maio. Contudo, a receita fiscal até ao fim de agosto ficou aquém do previsto (§3). Consequentemente, o défice primário interno chegou a 2,7% do PIB (taxa anualizada) em agosto, consideravelmente acima da meta de 1,8% do PIB para o ano inteiro.

Tabela 1 do Texto. Desempenho orçamental de 2017: jan-ago

	2016			2017			
	Jan-ago			1S	Jan-ago		
	Efetivo <sup>1</sup>	Efetivo	2.ª aval.	Efetivo <sup>1</sup>	Efetivo <sup>1</sup>	2.ª aval.	Prog.
Total da receita interna	14,6	14,5	15,7	14,2	13,7	16,4	14,5
<b>Total da receita interna (exc. petr.)</b>	13,2	13,6	14,9	13,7	13,2	16,4	14,2
Receitas fiscais	12,0	12,2	13,5	12,2	11,9	15,0	13,0
Direitos aduaneiros	4,7	4,8	6,3	4,4	4,2	6,9	4,9
Impostos sobre o consumo	1,2	1,2	1,3	1,6	1,7	1,5	1,6
IRC	1,1	1,3	1,3	1,8	1,8	1,6	1,6
IRS	3,4	3,4	3,3	2,9	2,9	3,6	3,4
Outros impostos	1,6	1,6	1,2	1,5	1,4	1,5	1,6
Receitas não fiscais	2,6	2,3	2,3	2,0	1,8	1,4	1,5
D/q: receita do petróleo	1,4	1,0	0,9	0,5	0,5	0,0	0,4
Total da despesa interna	17,9	18,1	17,6	17,0	16,3	18,9	16,7
<b>Despesa primária interna</b>	17,5	17,6	16,9	16,5	15,9	18,1	16,0
Despesas correntes	16,9	17,2	16,1	16,4	15,8	17,2	16,2
Despesas com pessoal	8,3	8,8	8,7	8,8	8,1	8,5	8,5
Bens e serviços	3,3	3,2	3,0	3,0	3,1	3,1	2,7
Pagamentos de juros	0,4	0,4	0,7	0,5	0,4	0,8	0,7
Transferências	3,9	3,6	2,9	3,3	3,2	3,7	3,4
Outras despesas	1,0	1,1	0,8	0,7	0,8	1,0	0,9
Desp. de invest. fin. pelo Tesouro	0,8	0,6	0,7	0,4	0,3	1,1	0,3
Desp. de invest. rel. à HIPC	0,2	0,2	0,9	0,2	0,2	0,6	0,2
<b>Saldo primário interno</b>	-4,3	-4,0	-2,0	-2,8	-2,7	-1,8	-1,8
<b>Meta do programa</b>	...	-2,0	-2,0	-3,0	...	-1,8	-1,8

Fontes: Ministério das Finanças e estimativas do corpo técnico.

<sup>1</sup> Taxas anualizadas.

### 3. O governo enfrentou condições financeiras restritivas (Tabela 2 do Texto).

Um série de desenvolvimentos imprevistos contribuíram para o fraco desempenho das receitas (§5 do MPEF), que inclui o declínio das importações de mercadorias importantes, preços do petróleo aquém das projeções, um impacto negativo da correção da fórmula de cálculo do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), atrasos nos pagamentos de impostos pelo principal

importador de petróleo, a ENCO, e a fraca geração de receitas do aumento dos direitos aduaneiros sobre as bebidas alcoólicas, que entrou em vigor em julho. Este aumento, bem como a introdução de um novo imposto de consumo em janeiro (§13), provocou uma diminuição expressiva do volume de importação. Ademais, o Banco Mundial adiou o desembolso do seu donativo de apoio ao orçamento de USD 5 milhões (1,3% do PIB) para 2017 devido a atrasos na preparação dos planos de produção e gestão financeira ao menor custo da empresa de serviços de utilidade pública, EMAE. Face a esta situação de financiamento desafiadora, os atrasados do governo a fornecedores aumentaram ligeiramente (para cerca de 0,1% do PIB). Os diferenciais favoráveis no preço do petróleo, porém, reduziram a dívida à ENCO em cerca de USD 2 milhões no primeiro semestre de 2017 e USD 4,5 milhões (1,3% do PIB) em 2016.

**Tabela 2 do Texto. Atrasados internos**  
(Stocks, em mil milhões de dobras, salvo indicação em contrário)

	2016	Jun-17
	Efetivo	Efetivo
Atrasados do Tesouro a fornecedores	442.7	452.4
EMAE	55.1	51.6
CST	98.6	111.9
Outros fornecedores	288.9	288.9
Em milhões de USD		
Atrasados do Tesouro à ENCO (diferencial de preço)	43.9	41.9
EMAE à ENCO	60.4	66.6

Fontes: Ministério das Finanças e estimativas do corpo técnico.

**4. O crescimento do crédito ainda é tívio e a solidez financeira melhorou ligeiramente, embora a posição anterior fosse fraca (§§7 e 8 do MPEF, Tabela 6).** O crédito à economia cresceu 3,6% no final de junho de 2017 em termos homólogos. Entretanto, o excesso de liquidez no sistema bancário mantém-se elevado e o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) baixou a taxa de referência em 100 pontos base para 9% em junho. A supervisão mais rigorosa e a reclassificação de empréstimos resultaram na elevação do crédito malparado e das provisões em alguns bancos, apesar do rácio de crédito malparado no setor ter tido uma queda marginal e a adequação de capital ponderada pelos riscos ter subido de 28% para 30%.

**5. A liquidação do Banco Equador está a prosseguir.** A greve no sistema judicial terminou em julho, o que permitiu que o liquidatário nomeado pelo tribunal assumisse funções em setembro. O liquidatário está a trabalhar com a Comissão Gestora, que assumiu o banco desde que o banco central cancelou a sua licença.

**6. O défice da conta corrente deverá aumentar, financiado por IDE e empréstimos externos para projetos.** O défice da conta corrente deverá aumentar de 6% do PIB em 2016 para 12% do PIB em 2017. As importações de bens de investimento e produtos petrolíferos aumentaram em 30% e 25%, respetivamente, nos primeiros seis meses de 2017, enquanto as chegadas de turistas e as exportações de cacau mantiveram-se basicamente constantes no mesmo período. Em contrapartida, em 2016 as importações foram contidas e as exportações de bens e serviços

aumentaram 8%, devido a voos mais frequentes que aumentaram as chegadas de turistas e à redução das restrições nos vistos de turista para certas categorias de visitantes desde o início de 2016. Entretanto, o IDE relacionado à exploração de petróleo em águas profundas subiu em 2017 e os desembolsos de empréstimos concessionais a projetos aumentaram em relação ao ano anterior.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA

**7. Depois do incumprimento de dois critérios de desempenho (CD) orçamentais no final de 2016, no geral, o programa voltou ao rumo certo (Tabela 1 do MPEF).** Os CD sobre o déficit primário interno e a variação do crédito bancário líquido ao Governo central para o final de 2016 não foram cumpridos. Em resposta, o governo introduziu medidas corretivas no início de 2017 (§13), que, junto com medidas implementadas desde finais de 2016, permitiram às autoridades cumprir todos os CD, inclusivamente o do déficit primário interno e das reservas internacionais líquidas, para o final de junho de 2017. Contudo, não foram cumpridas três metas indicativas (MI) orçamentais por pequenas margens: a) a queda de receitas fiscais pode ser atribuída ao atraso, por parte da ENCO, no pagamento de direitos aduaneiros, b) o piso da despesa pró-pobre não foi alcançado por uma pequena margem (cerca de 0,1% do PIB) porque as autoridades não foram capazes de protegê-la após os cortes significativos para trazer o programa orçamental de volta ao rumo certo e c) o Tesouro acumulou atrasados de tarifas de serviços públicos e empresas de comunicação. De salientar que a população pobre e vulnerável foi protegida para não ter de suportar um ónus excessivo do ajustamento, uma vez que a despesa pró-pobre aumentou em cerca de 1,5 pontos percentuais como parcela da despesa primária interna em relação ao orçamento original e o piso desta despesa para o ano inteiro permanece igual ao da segunda avaliação. A MI da base monetária também não foi cumprida.

**8. Houve avanços nas reformas estruturais** (Tabela 2 do MPEF). O indicador de referência do final de 2016 sobre a conclusão de uma avaliação da regulamentação e da supervisão foi cumprido e o da melhoria das responsabilidades do Conselho de Auditoria do BCSTP, coerentes com as de um comité de auditoria convencional, ocorreu com atraso (em março 2017). Também foi adotado um plano de reforma da EMAE, coerente com a recuperação total dos custos. Os outros dois indicadores de referência estruturais (IRE) para o final de 2016 e um para o final de junho de 2017 – apresentar uma Lei do IVA à Assembleia Nacional, concluir a Avaliação da Gestão do Investimento Público (PIMA) e apresentar um projeto de lei sobre as parcerias público-privadas (PPP) à Assembleia Nacional – não foram implementados devido, em grande medida, a atrasos na prestação de assistência técnica (AT).

## PERSPETIVAS E RISCOS ECONÓMICOS

**9. As perspetivas de curto e médio prazos são favoráveis, mas os desafios persistem.** O crescimento do PIB deverá ficar em 4% em 2017 e acelerar para 5,5% no médio prazo, impulsionado pela forte atividade na construção, na agricultura e no turismo, que, por seu lado, são impulsionadas por projetos de infraestrutura com financiamento externo, inclusivamente a expansão do aeroporto e a construção de estradas. As perspetivas estão sujeitas a riscos positivos e negativos.

Do lado positivo, os projetos com financiamento externo poderão ser implantados mais cedo que o previsto; alguns indícios sugerem que novos projetos financiados pelo Banco Mundial e a UE poderão ser concretizados em breve. Em especial, dois projetos financiados pelo Banco Mundial poderão avançar mais rapidamente do que o previsto e um projeto de expansão do aeroporto poderá começar já em meados de 2018. Ademais, depois do reatamento de relações diplomáticas com a China em dezembro de 2016, é provável que se acelere o investimento e o apoio económico deste país, inclusivamente pelo setor privado, como indica o aumento das visitas de empresários chineses e a recente criação de uma associação de empresas chinesas. Os riscos negativos incluem um setor turístico menos dinâmico devido a limitações das infraestruturas, a continuação do acúmulo de atrasados da EMAE à ENCO, que representa um risco orçamental considerável, e a fraca capacidade dado que São Tomé e Príncipe é um estado frágil, o que poderá atrasar as reformas estruturais e o respetivo financiamento oficial. Ademais, as eleições legislativas de julho de 2018 poderão perturbar a aplicação de políticas.

**10. A análise de sustentabilidade da dívida (ASD) atualizada mostra que São Tomé e Príncipe mantém um risco elevado de sobre-endividamento.** O cenário de base mostra que a dívida é sustentável no médio prazo se o governo mantiver a consolidação orçamental, evitar empréstimos não concessionais e trabalhar para diversificar a economia e expandir a base de exportações. Os rácios do valor atual da dívida face ao PIB, exportações e receitas ultrapassam os seus limiares para o risco de sobre-endividamento elevado no início do período de projeção, mas ficam abaixo dos limiares no longo prazo. O cenário histórico insustentável ilustra que a consolidação orçamental continuada é essencial. Um cenário personalizado mostra que é essencial buscar donativos, financiamento altamente concessional e com capitais próprios sem garantias do governo para projetos de infraestrutura de enorme dimensão, como o aeroporto e o porto, porque uma grande quantidade de empréstimos, mesmo em condições concessionais, ameaçaria a sustentabilidade da dívida. Para tal, o governo comprometeu-se a limitar o endividamento externo a empréstimos concessionais, com um teto indicativo anual de 4% do PIB.

**11. O rácio dívida externa/PIB deverá continuar a diminuir em 2017, enquanto o rácio dívida total/PIB foi revisto para cima devido à inclusão dos atrasados internos pela primeira vez.** A dívida externa está projetada em 46% do PIB no final de 2017, contra 62% em 2015-16, aproveitando o fortalecimento do euro e um crescimento real mais consistente. O rácio deverá continuar a declinar moderadamente nos próximos anos, mesmo à medida que os empréstimos concessionais contraídos nos últimos três anos (USD 80 milhões) vão sendo amortizados. Entretanto, o governo conseguiu obter o perdão de USD 18,4 milhões (4,9% do PIB) por parte da China em atrasados antigos pré-HIPC e está a envidar esforços para alcançar um acordo compatível com aquele representativo do Clube de Paris para outros atrasados da mesma natureza, que não fazem parte da ASD. Também está ativamente empenhado em conseguir um acordo de reestruturação da dívida com Angola, o Brasil e a Guiné Equatorial.<sup>1</sup> Entretanto, a dívida pública e

<sup>1</sup> Houve um acúmulo de atrasados externos advindos destes empréstimos. Um empréstimo de USD 30 milhões concedido a São Tomé e Príncipe pela Nigéria está a ser questionado. O empréstimo foi concedido como adiantamento de receitas do petróleo de um projeto de desenvolvimento conjunto que está paralisado. O primeiro pagamento venceu em 2010.

com garantia pública (PGP) total estimada em junho de 2017 é de 59% do PIB (USD 225 milhões) após a inclusão de atrasados internos no valor de 13% do PIB (USD 48,9 milhões), referentes sobretudo à dívida do governo central à ENCO. Esta subiria para 76% do PIB, se fossem incluídos os atrasados da empresa pública EMAE à ENCO.

**12. Em novembro de 2016 foi concluída, com o apoio do Banco Mundial, uma nova avaliação do desempenho na gestão da dívida (DeMPA).** A DeMPA mostra que houve progressos desde a avaliação de 2011, nomeadamente a aprovação de uma lei da dívida pública em 2013 e a formulação de uma estratégia de gestão da dívida a médio prazo e de um mercado para os Bilhetes do Tesouro. As principais recomendações incluem a melhoria das projeções sobre o serviço da dívida, a realização de análises de risco, a divulgação de informações mais pormenorizadas sobre o saldo da dívida e a migração da base de dados da plataforma Excel para CS-DRMS.

## DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS

### A. Abordar a derrapagem orçamental e minimizar os passivos contingentes

**13. O governo adotou medidas significativas destinadas a recolocar o programa no bom caminho, mas exige-se um esforço acrescido para cumprir a meta do déficit primário interno para o final de 2017.** Como já foi referido, as medidas corretivas foram aplicadas em finais de 2016 e novas medidas foram introduzidas no orçamento revisto de maio de 2017. As medidas do lado da receita, incluindo um novo imposto de consumo sobre as bebidas alcoólicas importadas e direitos aduaneiros mais elevados sobre certas mercadorias importadas, deverão gerar ganhos de cerca de 1% do PIB em 2017 (Tabela 3 do Texto). As medidas do lado da despesa, incluindo cortes em bens e serviços, transferências e projetos de investimento, renderão uma economia de cerca de 0,6% do PIB. O governo também chegou a acordos em julho com duas grandes empresas privadas e empresas públicas para o pagamento gradual de impostos atrasados, incluindo o IRS retido na fonte sobre os salários dos empregados e o imposto sobre o consumo. As empresas privadas já efetuaram pagamentos em julho e agosto equivalentes a cerca de 22 mil milhões de dobras (cerca de 0,25% do PIB) e outros 8,5 mil milhões de dobras (cerca de 0,1% do PIB) serão pagos até ao final do ano; espera-se que as empresas públicas efetuem pagamentos no montante de 5 mil milhões de dobras em 2017. No entanto, como o desempenho das receitas foi inferior ao esperado no final de agosto devido a desenvolvimentos imprevistos, o corpo técnico estima, com base na tendência atual, que a receita será 2,4% do PIB inferior em 2017 em relação ao orçamento revisto.

**14. As autoridades identificaram medidas adicionais para abordar a insuficiência de receitas (Tabela 3 do Texto).** Foi alcançado um acordo com a ENCO para que esta pagasse o saldo dos direitos aduaneiros em 2017 (próximo de 0,8% do PIB). Acordos semelhantes poderão ser celebrados com outras empresas com atrasados significativos (0,2% do PIB). Além disso, as autoridades identificaram cortes nas despesas primárias correntes e despesas de investimento financiadas internamente no valor de 1,4% do PIB. Os cortes são possíveis graças à execução

críteriosa do orçamento até à data dentro dos recursos disponíveis e aos substanciais donativos e empréstimos externos a projetos que financiam despesas de investimento essenciais.

**15. As autoridades reiteraram o seu empenho em atingir a meta do programa de 1,8% do PIB para o final de 2017.** Continuarão a monitorizar de perto a execução orçamental em 2017 e estão prontas a limitar ainda mais as despesas não obrigatórias se necessário, para garantir que as autorizações de despesa permanecem dentro dos recursos disponíveis. Reconhecem que isto é importante tendo em conta a incerteza sobre quanto ocorrerá o desembolso, por parte da UE, de 3,5 milhões de euros (1% do PIB) em 2017 e do montante da tranche variável associada de 1 milhão de euros. Para atenuar o impacto do adiamento do desembolso de um donativo de apoio ao orçamento do Banco Mundial de USD 5 milhões (1,3% do PIB) em 2017, o piso para o financiamento interno foi aumentado no valor equivalente a USD 3 milhões (0,8% do PIB); o resto do défice será colmatado pela reprogramação da eliminação dos atrasados em 2017 para 2018-20 e a pela consolidação em 2018. A acumulação de novos atrasados será evitada.

**Tabela 3 do Texto. Impacto estimado das medidas orçamentais em 2017**

	Impactos das medidas em 2017			Melhoria projetada em 2017 em relação a 2016
	tomadas no final de 2016 e no orçamento revisto	tomadas no T3 para compensar queda da receita	Total	
Total de ganhos de receitas	1,0	1,0	2,0	1,1
Direitos sobre bens importados mais elevados	0,1	...	0,1	0,1
Impostos sobre consumo mais elevados	0,4	...	0,4	0,4
Base alargada do IRC	0,2	...	0,2	0,2
Base alargada e cobrança do IRS	0,1	...	0,1	0,1
Receitas não fiscais	0,1	...	0,1	0,1
Pagamento de direitos pela ENCO	...	0,8	0,8	...
Cobrança de impostos atrasados com base em acordos	...	0,2	0,2	0,2
Total dos cortes de despesas internas	0,6	1,4	2,0	1,5
Cortes na despesa corrente primária	0,6	0,6	1,2	1,2
Cortes nas desp. de invest. com financ. interno	0,0	0,8	0,8	0,3
<b>Economia total</b>	<b>1,6</b>	<b>2,4</b>	<b>4,0</b>	<b>2,6</b>

Fontes: Ministério das Finanças e estimativas do corpo técnico.

**16. A consolidação orçamental continuará em 2018.** A meta do défice primário interno passou a 1% do PIB, 0,5% inferior à meta prevista na segunda avaliação, para colmatar a insuficiência no apoio ao orçamento em 2018 (§17 do MPEF) e compensar a demora na liquidação de pagamento atrasados. A consolidação adicional será alcançada principalmente com a suspensão do atual crédito fiscal no IRS, com um ganho estimado de 0,2% do PIB, e a contenção do aumento das despesas correntes. Em especial, as autoridades concordaram em limitar o crescimento salarial ao restringir as novas contratações às áreas prioritárias, como educação e saúde, e buscar economias nestes setores e outras despesas correntes para compensar os custos das novas contratações. Citaram a urgência em se contratarem novos professores para baixar o rácio

professor/alunos e melhorar o ensino. O corpo técnico recomendou que os gastos nestes setores sejam aumentados gradualmente para que haja tempo suficiente para adaptação.

**17. O governo também está empenhado em recolocar o plano de eliminação de atrasados no bom caminho no médio prazo** (§§16 e 17 do MPEF). Devido à insuficiência de financiamento externo em 2017-18, algumas amortizações de atrasados foram programadas para anos posteriores. Contudo, o governo concordou que a eliminação de atrasados é prioritária e isso será privilegiado caso se obtenham recursos adicionais, incluindo receitas da privatização ou apoio ao orçamento. A adoção de um orçamento de 2018 em linha com estes parâmetros é uma medida prévia para a terceira e quarta avaliações conjuntas.

**18. As reformas fiscais estruturais estão a progredir lentamente devido às limitações de capacidade e a atrasos na assistência técnica, uma vez que o FMI enfrenta grande procura pela sua AT.** O mecanismo de ajuste automático de preços está em vigor desde julho de 2016 e permitiu a obtenção de diferenciais positivos entre o preço de importação dos combustíveis e o preço na bomba, reduzindo a dívida do governo à ENCO decorrente do antigo subsídio aos combustíveis. Ademais, as autoridades estão a trabalhar no sentido de criar um regime de IVA no início de 2019, com a assistência de um consultor do FMI, financiada pelo Fundo Fiduciário de Mobilização de Receitas. A lei do IVA está a ser redigida para apresentação à Assembleia Nacional até ao final de 2017 (*IRE adiado do final de 2016*) e está a ser instalado um sistema informático financiado pelo BAfD de apoio à implantação do IVA. Estão a ser feitos avanços no reforço da gestão das finanças públicas (GFP) no sentido de reduzir os atrasados (§22 do MPEF). Ademais, a lei das PPP está a ser ultimada para apresentação à Assembleia Nacional até ao final de 2017 (*IRE adiado do final de junho de 2017*). A conclusão da PIMA (*IRE do final de dezembro de 2016*), que ajudará a criar capacidade de gestão do investimento público, foi adiada; o Banco Mundial planeia fornecer uma versão simplificada da PIMA, mais alinhada às necessidades do país. Com o apoio de AT do FMI, as autoridades estão a implementar as recomendações da recente AT do próprio FMI sobre administração tributária e GFP (§21 do MPEF).

**19. As autoridades continuam a buscar estratégias para abordar a falta de fiabilidade do abastecimento e os elevados custos da eletricidade.** Com o apoio do Banco Mundial e do Banco Europeu de Investimento, está em curso um importante projeto de revitalização da EMAE, com medidas concretas para implementar opções de geração ao menor custo, fortalecer a disciplina financeira e assegurar a recuperação total dos custos. Enquanto as medidas de médio prazo estão a ser implementadas, foram adotadas medidas de curto prazo para conter os riscos fiscais de modo a aumentar o pagamento de contas, cobrar atrasados e realizar uma auditoria que ajude a conceber medidas de corte dos custos laborais (§19 do MPEF).

## B. Promover reformas monetárias

**20. As autoridades tomaram medidas para desenvolver o mercado de valores mobiliários.** O BCSTP está a trabalhar na alteração dos regulamentos de modo a permitir um mercado secundário e instrumentos de prazo mais longo, inclusivamente um bilhete a 3 anos. Apesar do mercado

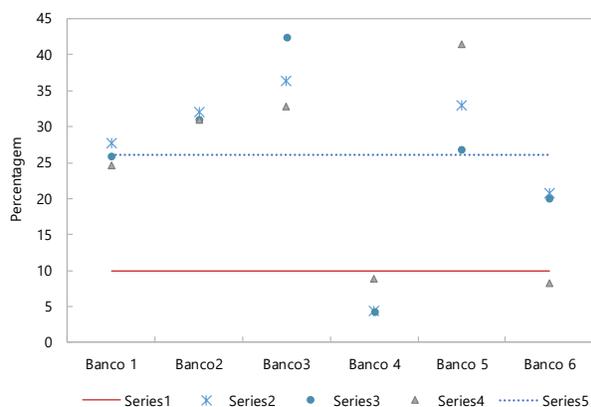
interbancário permanecer inativo, o BCSTP exigiu que todos os bancos publicassem as suas demonstrações financeiras de 2016 para aumentar a transparência e promover a atividade interbancária.

**21. O Banco Central anunciou a redenominação da moeda.** Entre as reformas monetárias, o BCSTP anunciou os planos para redenominar a moeda a partir de 1 de janeiro de 2018, com a troca de 1 nova dobra por 1.000 dobras antigas. As novas notas terão características de segurança inovadoras para coibir a contrafação, e a taxa de câmbio após a redenominação será de 24,50 dobras por 1 euro. Também serão emitidas novas moedas. O BCSTP deu início a uma ampla campanha de sensibilização para facilitar a transição e apoiar este plano de reforma monetária.

### C. Reduzir riscos no setor bancário

**22. As autoridades têm avançado na aplicação de uma estratégia de redução do crédito malparado, mas o setor bancário ainda é vulnerável.** Como já foi referido, o BCSTP intensificou a supervisão e efetuou avaliações da qualidade dos ativos internos, que reforçam a solidez financeira. Como resultado, o crédito malparado em alguns bancos aumentou. Em especial, o rácio de crédito malparado de um banco subiu de 27% para 41% na primeira metade do ano, mas foi revertido desde então com a retomada da amortização de um grande empréstimo em agosto. Entretanto, está a ser desenvolvido um mecanismo de resolução extrajudicial e estão a ser contratados juízes com as competências necessárias para lidar com estes casos, para resolver os elevados rácios de crédito malparado. A implementação de normas internacionais de contabilidade, discutida a seguir, também ajudaria a acelerar o cancelamento dos créditos malparados.

**Figura 1 do Texto. Rácios de crédito malparado por banco, jun-16 a jun-17**



Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

**23. O Exame da Qualidade dos Ativos (EQA, indicador de referência estrutural do final de dezembro de 2017) foi iniciado com o apoio do Banco Mundial.** As autoridades lançaram um convite público a manifestações de interesse em setembro para contratar uma firma de auditoria internacional para realizar o EQA. O relatório do EQA será usado para avaliar os créditos malparados e o provisionamento. Devido a dificuldades anteriores para identificar financiamento, o processo não deverá ser concluído antes de meados de 2018. O corpo técnico propõe redefinir a data de conclusão deste indicador de referência para o final de junho de 2018.

**24. As autoridades planeiam avançar com a implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (inclusive a NIRF 9) assim que estiverem disponíveis os resultados do EQA sobre o valor de ativos bancários.** O BCSTP assinou um acordo de cooperação com o Banco Central do Brasil em outubro para facilitar a implementação das NIRF. As autoridades estão a trabalhar

para garantir que todas as tarefas preparatórias — incluindo os instrumentos legais, bem como a adoção cabal da base de acréscimo no registo de ativos, a reclassificação da rubricas da declaração financeira e a reconfiguração do sistema informático alinhado com as novas regras de apresentação e divulgação — estejam em fase avançada até meados de 2018 para que o banco central e os bancos comerciais possam estar em conformidade total com as NIRF até ao final de 2018.

**25. A liquidação do Banco Equador passou à fase de realização do valor dos ativos remanescentes.** O liquidatário nomeado pelo tribunal está a trabalhar com a Comissão Gestora do BCSTP, que será complementada com AT do FMI em meados de novembro de 2017 para orientar a resolução.

## D. Outras reformas estruturais

**26. As autoridades preparam um Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2017-2021) para operacionalizar no médio prazo a sua agenda de desenvolvimento a longo prazo** (§33 do MPEF). O plano abrangente, que sucede a segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP II, 2012–16), identifica prioridades para desenvolver a economia e reduzir a pobreza nas áreas social e económica. O documento reconhece a falta de avanços expressivos na taxa de pobreza, que está acima dos 65% desde 2000, e a aplicação deficiente de programas setoriais no passado devido às limitações de capacidade e de recursos. Estabelece objetivos ambiciosos, incluindo uma taxa de crescimento sustentável de 5,5% e a redução da pobreza para 30%.

**27. Também estão a ser planeadas as principais estratégias setoriais.** Está a ser implantada uma estratégia para o setor privado (2015–24), preparada com a ajuda do BAfD, e também está a ser desenvolvida uma estratégia nacional de diversificação das exportações (indicador de referência estrutural para o final de dezembro de 2017), centrada no crescimento sustentável do turismo, com o apoio do Banco Mundial. Este último projeto foi adiado novamente devido a problemas na contratação de um perito externo e espera-se que seja concluído no final de junho de 2018 (§32 do MPEF).

## QUESTÕES RELATIVAS AO PROGRAMA, SALVAGUARDAS E RISCOS

**28. A conclusão da terceira e quarta avaliações está condicionada à aplicação, pelas autoridades, de uma medida prévia sobre a apresentação à Assembleia Nacional de um orçamento para 2018 alinhado com o programa.**

**29. As autoridades estão a solicitar dispensas pelo não cumprimento de dois critérios de desempenho periódicos com base nas fortes medidas corretivas aplicadas (§7).** Os CD sobre o défice primário interno e o financiamento interno líquido não foram atingidos no final de dezembro de 2016; todos os CD para o final de junho de 2017 foram cumpridos. Como São Tomé e Príncipe tem uma taxa de câmbio fixa, que limita o controlo das condições monetárias, o corpo técnico propõe que a meta indicativa sobre a base monetária seja alterada para uma rubrica por memória para as datas de testes futuros. As autoridades também solicitam a modificação do CD para os atrasados externos para deixar claro que este critério captura a acumulação de novos atrasados.

**30. As autoridades também solicitam a prorrogação do programa ECF de 12 de julho de 2018 para o final de 2018 e a reprogramação do desembolso final.** A prorrogação daria mais tempo para a aplicação de reformas estruturais para garantir o cumprimento dos objetivos do programa — incluindo fortalecer a mobilização de receitas, melhorar a GFP e dar os primeiros passos para a contenção do risco orçamental da EMAE — e a realização da última avaliação. Por conseguinte, propõe-se que a data de teste de março de 2018 seja reprogramada para junho de 2018. Conforme discutido na secção de políticas, as autoridades concordaram com a introdução de novos IRE para a adoção de medidas de contenção das perdas da EMAE no curto prazo (final de dezembro de 2017) e de planos de gestão financeira e de produção ao menor custo para esta empresa, de modo a alcançar a sustentabilidade financeira no médio prazo (final de junho de 2018). Além disso, foram propostos novos prazos para o IRE sobre a adoção da lei do IVA, a conclusão da EQA e a finalização da estratégia de diversificação das exportações. Também se propôs a inclusão de clarificações no MTE.

**31. O corpo técnico observou um erro de avaliação do cumprimento do CD sobre a variação do crédito bancário líquido ao Governo central por altura da segunda avaliação.** Como se trata de um erro técnico de cálculo por parte do corpo técnico, não é necessária nenhuma dispensa. Além disso, as medidas corretivas tomadas para abordar o critério não cumprido do final de junho de 2016 sobre o saldo primário interno trataram do mesmo problema subjacente.

**32. O programa está inteiramente financiado e, segundo a avaliação do corpo técnico, a capacidade de São Tomé e Príncipe para reembolsar o FMI continua praticamente inalterada desde a solicitação do acordo EFC** (Tabela 11). São Tomé e Príncipe mantém a capacidade de reembolsar o FMI, uma vez que as obrigações são pequenas em relação às exportações e às reservas.

**33. Subsistem riscos significativos para o programa.** As receitas podem surpreender pela negativa e a capacidade fraca poderá restringir a aplicação do programa; isso, por sua vez, poderá gerar atrasos no financiamento externo. Passivos contingentes da EMAE e derrapagens das políticas antes das eleições legislativas de julho de 2018 também representam riscos.

**34. Salvaguardas.** A avaliação das salvaguardas de 2015 constatou que grandes limitações da capacidade contribuíam para a debilidade do quadro de salvaguardas do BCSTP. Contudo, as auditorias externas realizadas por firmas de auditoria idóneas continuaram a servir como salvaguarda crucial. O BCSTP reforçou o Conselho de Auditoria com novas funções e responsabilidades em linha com uma comissão de auditoria convencional, em março 2017 (indicador de referência estrutural adiado do final de dezembro de 2016). O BCSTP também planeia apresentar um projeto de reformas jurídicas para o Ministério das Finanças, em linha com as recomendações do corpo técnico, até o final de 2017. Ademais, de modo a obter assistência técnica para a implementação das NIRF, o BCSTP celebrou um acordo de cooperação com o Banco Central do Brasil; também planeia aderir totalmente às NIRF no exercício de 2018.

**35. Estatísticas.** Os esforços para abordar as deficiências de dados serão mantidos, inclusivamente para melhorar as estatísticas de balança de pagamentos e alargar a cobertura da posição de

investimento internacional. Com o rebaseamento das contas nacionais para 2008 e o novo IPC, os próximos passos serão a ligação das séries do PIB antes e depois de 2008 e das séries do IPC antes e depois de 2014 e o desenvolvimento de dados do PIB do lado da procura com apoio do Departamento de Estatística do FMI (STA), programado para o exercício de 2018 dentro de uma estratégia de AT alargada. Estas iniciativas serão apoiadas por AT contínua do STA e do Centro Regional de Assistência Técnica para a África Central, ao qual São Tomé e Príncipe aderiu recentemente.

**36. A AT contínua é essencial para mitigar os riscos da falta de capacidade em São Tomé e Príncipe, um estado frágil.** O apoio prático continuado para ajudar as autoridades a aprender fazendo é essencial para criar gradualmente a tão necessária capacidade. Em especial, as autoridades precisam de orientações sobre como aplicar as recomendações formuladas pela AT do FMI, incluindo i) no reforço da administração tributária, ii) na implementação do IVA, iii) na melhoria da GFP (previsão macroeconómica, emissão de relatórios, elaboração do orçamento, controlo e monitorização), iv) no reforço da supervisão bancária e v) na melhoria das estatísticas macroeconómicas.

## AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

**37. As autoridades demonstraram um forte compromisso com o programa ao trazê-lo de volta ao rumo certo após as derrapagens de 2016, apesar os desafios consideráveis.** Os cortes de despesas e as medidas do lado da receita aplicadas desde finais de 2016 permitiram que as autoridades cumprissem todas as metas dos CD para o final de junho de 2017. Além disso, a execução orçamental em 2017 foi mantida em consonância com a receita realizada, o que tornou possível implementar cortes de despesas adicionais no último trimestre de 2017 para compensar um desempenho das receitas inferior ao previsto. O avanço na aplicação de reformas estruturais foi consistente, apesar dos atrasos provocados por limitações de capacidade e financiamento. Nomeadamente, a introdução do regime de IVA agora está prevista para o começo de 2019, com apoio do FMI e do BAfD.

**38. No geral, as condições e as perspetivas macroeconómicas de São Tomé e Príncipe são favoráveis.** A projeção de crescimento do PIB é de 4% em 2017 e de elevação para 5,5% no médio prazo, com o desacelerar gradual da inflação para cerca de 5%. A consolidação orçamental deverá estreitar o défice primário interno para 1,8% do PIB no final de 2017 e 1% do PIB no médio prazo, o que proporcionará apoio à taxa de câmbio fixa. O cenário de base mostra que a dívida é sustentável no médio prazo se o governo mantiver a consolidação orçamental, evitar empréstimos não concessionais e trabalhar para expandir a base de exportações.

**39. Esta perspetiva está sujeita a riscos positivos e negativos.** Em especial, uma menor determinação em fazer as reformas no período que antecede as eleições legislativas em meados de 2018 poderá destabilizar a consolidação orçamental em curso. O adiamento significativo do progresso na redução das grandes perdas incorridas pela EMAE aumentaria o risco orçamental. A contratação de nova dívida em montantes avultados, para projetos de grande dimensão, poderá ameaçar a sustentabilidade da dívida. Ademais, a não aplicação de reformas estruturais poderá obstar o investimento e o crescimento. Em simultâneo, a economia e a receita poderão surpreender pela positiva se os projetos com financiamento externo crescerem acima das expectativas.

**40. Neste contexto, o corpo técnico acolhe as garantias das autoridades de que a execução orçamental será acompanhada com atenção e de que as despesas não ultrapassarão os recursos disponíveis.** É essencial assegurar que as metas de 2017 são alcançáveis considerando os cortes de despesa significativos e a receita incerta.

**41. As autoridades ancoraram corretamente o orçamento de 2018 a um déficit primário interno de 1% do PIB.** A consolidação orçamental continuada é necessária devido ao apoio ao orçamento inferior ao anteriormente previsto e ao persistente risco elevado de sobre-endividamento. A consolidação deverá vir, sobretudo, da suspensão das renúncias fiscais e da contenção dos aumentos das despesas correntes, inclusivamente dos salários.

**42. O corpo técnico acolhe o compromisso das autoridades de limitar o endividamento a um montante moderado de empréstimos concessionais, abordar os atrasados internos e enfrentar os riscos orçamentais dos prejuízos operacionais da EMAE.** Estão a ser aplicadas reformas da GFP para evitar a acumulação de novos atrasados em 2017. O governo também irá priorizar a redução de atrasados se forem disponibilizados mais recursos. O plano de endividamento proposto é coerente com a redução progressiva do risco elevado de sobre-endividamento. Ademais, estão a ser tomadas medidas concretas para limitar as perdas na EMAE no curto prazo, à medida que as reformas de longo prazo apoiadas pelo Banco Mundial e pela EU se consolidam.

**43. A melhoria gradual dos indicadores de solidez do setor financeiro é promissora, mas o setor permanece vulnerável.** O BCSTP está a levar adiante as reformas do setor financeiro, intensificando a supervisão e avançando bastante na estratégia de redução dos créditos malparados, o que inclui o lançamento do EQA com o apoio do Banco Mundial. Contudo, são precisos esforços continuados para reduzir o nível ainda alto de créditos malparados, e a supervisão atenta de bancos vulneráveis deve ser mantida.

**44. Os esforços das autoridades para promover o ambiente de negócios e o crescimento económico são bem-vindos.** A estratégia nacional de diversificação das exportações, desenvolvida com o apoio do Banco Mundial, deverá ficar concluída em meados de 2018 e a estratégia para o setor privado, preparada com a ajuda do BAfD, está a ser implementada. O Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2021 das autoridades preenche os requisitos de um documento de desenvolvimento económico ao abrigo do acordo ECF.

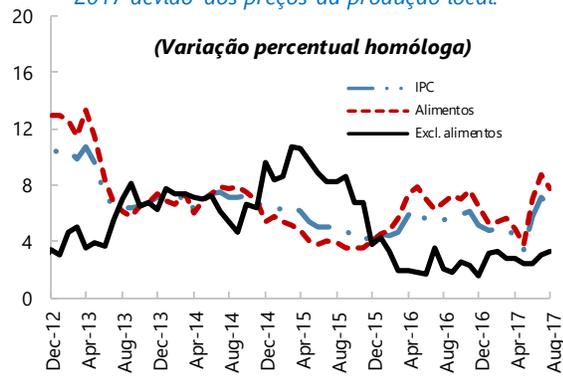
**45. O corpo técnico recomenda a conclusão da terceira e quartas avaliações e o desembolso de um montante equivalente a DSE 1.268.570 ao abrigo do acordo ECF.** Com base nas medidas corretivas tomadas, o corpo técnico apoia o pedido das autoridades de dispensa do cumprimento dos CD para o final de dezembro de 2016 sobre o saldo primário interno e a variação do crédito bancário líquido ao governo central. O corpo técnico também apoia a proposta de prorrogação do acordo ECF e de criação e modificação de critérios de desempenho, metas indicativas e indicadores de referência estruturais para final de março, final de junho e final de dezembro de 2018.

**Figura 1. São Tomé e Príncipe: Evolução Macroeconómica Recente**

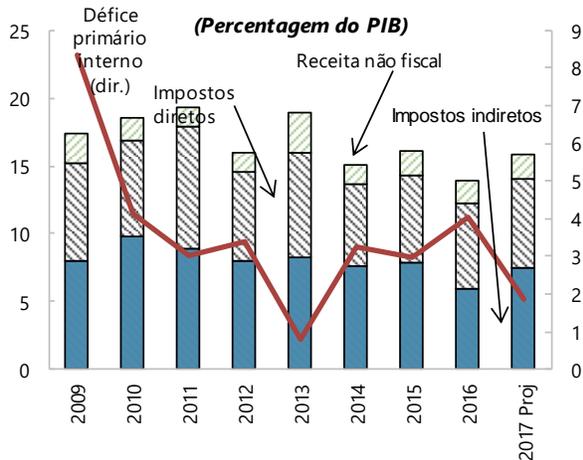
*O crescimento do PIB real se manteve na média histórica de 4%...*



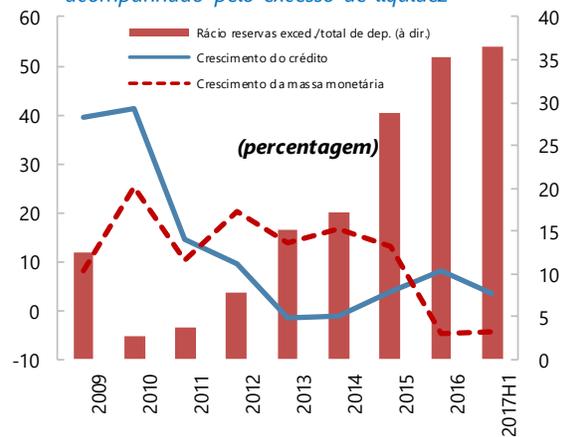
*...a inflação atingiu o pico em meados de 2017 devido aos preços da produção local.*



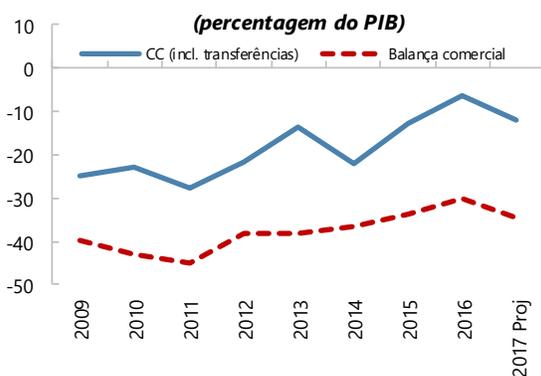
*As receitas devem melhorar e o DPI deve diminuir.*



*O crescimento anémico do crédito está acompanhado pelo excesso de liquidez*



*Os défices externos aumentaram...*



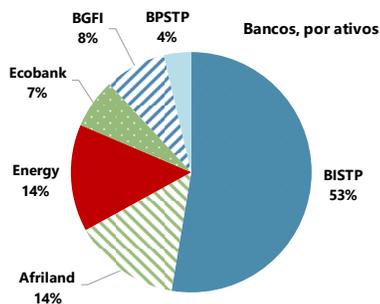
*...mas as reservas internacionais são robustas.*



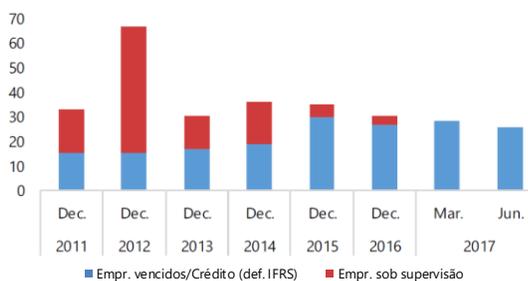
Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

**Figura 2. São Tomé e Príncipe: Evolução do Setor Financeiro**

Os três maiores bancos respondem por 81% do total de ativos.



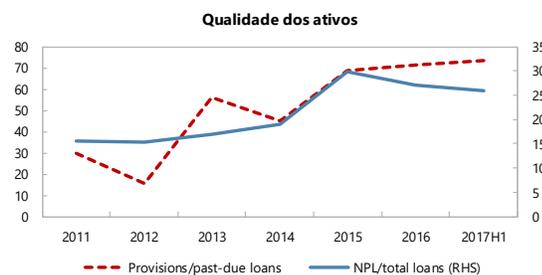
Os empréstimos vencidos estão a declinar lentamente.



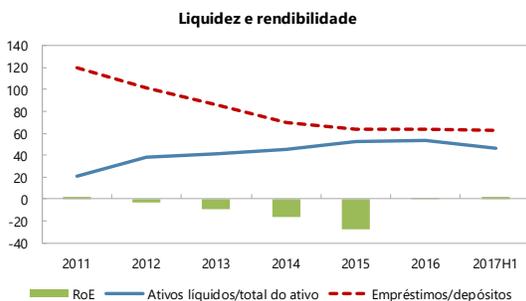
A adequação dos fundos próprios continua a melhorar, bem acima das exigências regulamentares.



Embora o rácio sistémico de EMP tenha caído, o provisionamento aumentou.



A banca é altamente líquida, tornou-se ligeiramente menos lucrativa.



Os passivos em moeda estrangeira continuam relativamente estáveis.



Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

**Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Principais Indicadores Económicos, 2015–20**  
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)

	2015	2016		2017		2018		2019	2020
	Efetivo	EBS/16/114 2.ª aval.	Est.	EBS/16/114 2.ª aval.	Proj.	EBS/16/114 2.ª aval.	Proj.	Proj.	Proj.
<b>Rendimento nacional e preços</b>									
PIB a preços constantes	4,0	4,0	4,1	5,0	4,0	5,5	5,0	5,5	5,5
Deflator do PIB	4,9	...	6,3	...	2,7	...	3,5	4,0	3,7
Preços no consumidor									
Fim do período	4,0	5,5	5,1	3,0	6,0	3,0	5,0	4,5	4,0
Média do período	5,3	5,4	4,6	4,2	5,6	3,0	5,5	4,7	4,2
<b>Comércio externo</b>									
Exportações de bens e serviços não fatoriais	1,7	7,2	7,4	10,6	2,7	6,6	7,6	7,3	6,3
Importações de bens e serviços não fatoriais	-18,6	2,7	-0,4	11,9	8,4	8,1	5,6	6,5	5,6
Taxa de câmbio (Dobras por USD; fim do período) <sup>1</sup>	22.424	...	23.438	...	...	...	...	...	...
Taxa de câmbio efetiva real (desvalorização = -)	0,7	...	6,6	...	...	...	...	...	...
<b>Moeda e crédito</b>									
Base monetária	37,5	10,3	5,0	6,8	1,5	7,2	5,1	3,5	3,5
Massa monetária (M3)	13,1	11,4	-4,8	6,8	-0,2	7,2	8,7	9,7	9,4
Crédito à economia	3,8	7,1	8,3	4,8	3,4	5,2	5,8	9,2	8,9
Velocidade (PIB/M3; fim do período)	2,6	2,5	3,0	2,5	3,1	2,5	3,1	3,1	3,1
Taxa de juro de referência do banco central (%)	10,0	...	10,0	...	...	...	...	...	...
Taxa média dos empréstimos bancários (em %)	23,3	...	19,6	...	...	...	...	...	...
Taxa média dos depósitos bancários (em %)	6,9	...	4,1	...	...	...	...	...	...
<b>Financiamento do governo (em % do PIB)</b>									
Total de receita, donativos e bônus de assinatura do petróleo	28,0	31,1	29,4	30,1	24,6	30,3	28,3	28,2	28,4
<i>D/q:</i> receitas fiscais	14,3	13,5	12,2	15,0	13,0	15,5	13,4	13,7	13,9
Receitas não fiscais	1,5	2,3	2,3	1,4	1,5	1,4	1,6	1,6	1,6
Donativos	11,5	14,7	14,8	13,7	10,1	13,5	13,3	12,9	12,8
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	34,3	29,5	32,1	31,8	29,5	32,7	30,8	31,1	30,6
Despesas com pessoal	8,9	8,7	8,8	8,5	8,5	8,4	8,3	8,2	8,1
Juros devidos	0,8	0,7	0,4	0,8	0,7	0,7	0,5	0,7	0,7
Despesa corrente excl. juros e salários	8,5	6,6	7,9	7,9	7,0	7,6	6,8	6,8	6,8
Despesas de investimento financiadas pelo Tesouro	0,7	0,7	0,6	1,1	0,3	1,8	0,3	0,6	1,2
Despesas de investimento financiadas por doadores	14,8	11,9	14,0	12,8	12,8	13,7	14,6	14,3	13,3
Despesas sociais relacionadas à Iniciativa HIPC	0,6	0,9	0,2	0,6	0,2	0,5	0,2	0,7	0,5
Saldo primário interno <sup>2</sup>	-3,0	-2,0	-4,0	-1,8	-1,8	-1,5	-1,0	-1,0	-1,0
Saldo global (base de compromissos)	-6,3	1,6	-2,7	-1,7	-4,9	-2,4	-2,4	-2,7	-1,8
<b>Setor externo</b>									
Saldo de conta corrente (% do PIB)									
Incluindo transferências oficiais	-12,6	-8,9	-6,0	-11,3	-12,2	-12,1	-7,2	-7,0	-6,2
Excluindo transferências oficiais	-25,2	-23,6	-20,8	-25,2	-22,3	-25,8	-20,5	-19,9	-19,0
VA da dívida externa (percentagem do PIB)	39,7	36,2	31,5	38,3	30,5	39,4	31,2	30,7	29,8
Serviço da dívida externa (% das exportações) <sup>3</sup>	3,8	6,8	3,4	6,0	4,7	5,6	4,7	5,5	5,2
Export. de bens e serviços não fatoriais (milhões de USD)	89,9	96,4	96,5	106,6	99,2	113,6	106,7	114,5	121,7
Reservas internacionais brutas <sup>4</sup>									
Milhões de USD	61,9	58,7	55,9	63,9	58,7	68,9	64,4	67,1	68,5
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais <sup>5</sup>	4,8	4,2	4,0	4,3	4,0	4,3	4,2	4,1	3,9
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	10,3	11,5	11,5	9,3	11,7	7,6	10,6	9,0	7,6
<b>Por memória</b>									
PIB									
Mil milhões de dobras	7.018	7774,0	7.769	8.248	8.300	8.839	9.019	9.891	10.816
Milhões de USD	317,7	352	350,8	374,7	375,0	402,5	417,7	459,8	503,5

Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> O ponto médio da taxa do BCSTP.

<sup>2</sup> Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de capital financiadas com recursos externos.

<sup>3</sup> Em percentagem das exportações de bens e serviços não fatoriais.

<sup>4</sup> As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para fins de apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

<sup>5</sup> Importações de bens e serviços não fatoriais, excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

**Tabela 2a. São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2015–20**  
(Mil milhões de dobras)

	2015	2016		2017			2018		2019	2020
	Efetivo	EBS/16/114		EBS/16/114		EBS/16/114		Proj.	Proj.	
		2.ª aval.	Efetivo	2.ª aval.	Proj.	2.ª aval.	Proj.			
<b>Total da receita e donativos</b>	1965	2422	2280	2480	2042	2680	2556	2788	3071	
Total da receita	1108	1224	1130	1349	1206	1490	1359	1514	1683	
Receitas fiscais	1006	1047	949	1237	1077	1370	1213	1354	1508	
<i>D/q: Direitos aduaneiros</i>	455	493	371	602	409	662	466	520	579	
Outros impostos	550	554	578	635	668	708	747	834	929	
Receitas não fiscais	102	177	181	112	128	120	146	160	175	
<i>D/q: receita do petróleo</i>	0	66	74	0	29	0	35	38	39	
Donativos	804	1141	1151	1131	836	1190	1197	1274	1388	
Donativos para projetos	610	781	891	801	641	859	933	1023	1118	
Donativos não destinados a projetos	61	212	194	181	113	183	181	156	171	
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	133	149	65	149	82	149	83	95	98	
<b>Total da despesa</b>	2405	2294	2494	2621	2451	2893	2774	3081	3307	
<i>D/q: Despesa primária interna</i>	1315	1312	1370	1498	1329	1624	1416	1605	1790	
Despesas correntes	1274	1248	1334	1418	1343	1475	1411	1550	1685	
Despesas com pessoal	623	676	684	702	702	741	749	807	874	
Juros devidos	54	56	34	66	59	59	44	66	80	
Bens e serviços	239	234	249	253	226	271	246	269	290	
Transferências	248	223	282	311	280	312	295	324	349	
Outras despesas correntes	110	59	84	86	76	92	77	84	92	
Despesas de investimento	1087	978	1141	1152	1090	1369	1341	1465	1563	
Financiadas pelo Tesouro	51	53	50	94	27	159	28	56	126	
Financiadas por receitas de privatização	...	0	0	0	0	0	0	0	0	
Financiadas por fontes externas	1036	926	1090	1057	1063	1210	1314	1410	1436	
Despesas de investimento relacionadas à Iniciativa HIPC	44	68	19	52	19	49	21	66	59	
<b>Saldo primário interno<sup>1</sup></b>	-207	-154	-314	-148	-152	-133	-92	-100	-105	
<b>Saldo orçamental global (base de compromissos)</b>	-440	127	-214	-141	-410	-212	-218	-263	-196	
Varição líquida nos atrasados, float e discrepâncias estatísticas (redução = -)	-65	-85	224	-86	-12	-86	-36	-86	-86	
<b>Saldo orçamental global (base de caixa)</b>	-505	43	10	-227	-422	-298	-254	-349	-282	
<b>Financiamento</b>	505	-42	-10	227	422	298	254	294	170	
Externo líquido	576	34	62	229	298	283	200	299	223	
Desembolsos <sup>2</sup>	742	215	143	256	422	352	381	387	318	
Amortização programada	-187	-181	-112	-51	-124	-69	-181	-88	-95	
Interno líquido	-71	-76	-72	-2	123	15	54	-4	-53	
Crédito bancário líquido ao governo	-71	-76	-72	-2	123	15	54	-4	-53	
Crédito do sistema bancário (líq., excl. Conta Nacional do Petróleo) <sup>3</sup>	-61	0	-45	-53	93	-26	58	-49	-90	
Conta Nacional do Petróleo	-10	-76	-27	51	30	42	-4	44	37	
Financiamento não bancário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<i>D/q: privatizações</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Défice de financiamento	0	0	0	0	0	0	0	-54	-112	
<b>Por memória:</b>										
Saldo da CNP (milhões de USD, excl. transferências ao orçamento)	10,3	11,5	11,5	9,3	11,7	7,6	10,6	9,0	7,6	

Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de capital financiadas com recursos externos.

<sup>2</sup> Inclui empréstimo de Angola em 2016 e 2017.

<sup>3</sup> Inclui uso do apoio do FMI ao programa.

**Tabela 2b. São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2015–20**  
(Porcentagem do PIB)

	2015	2016		2017		2018		2019	2020
	Efetivo	EBS/16/114		EBS/16/114		EBS/16/114		Proj.	Proj.
		2.ª aval.	Efetivo	2.ª aval.	Proj.	2.ª aval.	Proj.		
<b>Total da receita e donativos</b>	<b>28,0</b>	<b>31,1</b>	<b>29,4</b>	<b>30,1</b>	<b>24,6</b>	<b>30,3</b>	<b>28,3</b>	<b>28,2</b>	<b>28,4</b>
Total da receita	15,8	15,7	14,5	16,4	14,5	16,9	15,1	15,3	15,6
Receitas fiscais	14,3	13,5	12,2	15,0	13,0	15,5	13,4	13,7	13,9
<i>D/q: direitos aduaneiros</i>	6,5	6,3	4,8	7,3	4,9	7,5	5,2	5,3	5,4
<i>Outros impostos</i>	7,8	7,1	7,4	7,7	8,1	8,0	8,3	8,4	8,6
Receitas não fiscais	1,5	2,3	2,3	1,4	1,5	1,4	1,6	1,6	1,6
<i>D/q: receita do petróleo</i>	0,0	0,9	1,0	0,0	0,4	0,0	0,4	0,4	0,4
Donativos	11,5	14,7	14,8	13,7	10,1	13,5	13,3	12,9	12,8
Donativos para projetos	8,7	10,0	11,5	9,7	7,7	9,7	10,3	10,3	10,3
Donativos não destinados a projetos	0,9	2,7	2,5	2,2	1,4	2,1	2,0	1,6	1,6
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	1,9	1,9	0,8	1,8	1,0	1,7	0,9	1,0	0,9
<b>Total da despesa</b>	<b>34,3</b>	<b>29,5</b>	<b>32,1</b>	<b>31,8</b>	<b>29,5</b>	<b>32,7</b>	<b>30,8</b>	<b>31,1</b>	<b>30,6</b>
<i>D/q: Despesa primária interna</i>	18,7	16,9	17,6	18,2	16,0	18,4	15,7	16,2	16,5
Despesas correntes	18,1	16,1	17,2	17,2	16,2	16,7	15,6	15,7	15,6
Despesas com pessoal	8,9	8,7	8,8	8,5	8,5	8,4	8,3	8,2	8,1
Juros devidos	0,8	0,7	0,4	0,8	0,7	0,7	0,5	0,7	0,7
Bens e serviços	3,4	3,0	3,2	3,1	2,7	3,1	2,7	2,7	2,7
Transferências	3,5	2,9	3,6	3,8	3,4	3,5	3,3	3,3	3,2
Outras despesas correntes	1,6	0,8	1,1	1,0	0,9	1,0	0,9	0,9	0,9
Despesas de investimento	15,5	12,6	14,7	14,0	13,1	15,5	14,9	14,8	14,4
Financiadas pelo Tesouro	0,7	0,7	0,6	1,1	0,3	1,8	0,3	0,6	1,2
Financiadas por receitas de privatização	...	0,0	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
Financiadas por fontes externas	14,8	11,9	14,0	12,8	12,8	13,7	14,6	14,3	13,3
Despesas de investimento relacionadas à Iniciativa HIPC	0,6	0,9	0,2	0,6	0,2	0,5	0,2	0,7	0,5
<b>Saldo primário interno<sup>1</sup></b>	<b>-3,0</b>	<b>-2,0</b>	<b>-4,0</b>	<b>-1,8</b>	<b>-1,8</b>	<b>-1,5</b>	<b>-1,0</b>	<b>-1,0</b>	<b>-1,0</b>
<b>Saldo orçamental global (base de compromissos)</b>	<b>-6,3</b>	<b>1,6</b>	<b>-2,7</b>	<b>-1,7</b>	<b>-4,9</b>	<b>-2,4</b>	<b>-2,4</b>	<b>-2,7</b>	<b>-1,8</b>
Variação líquida nos atrasados, float e discrepâncias estatísticas (redução = -)	-0,9	-1,1	2,9	-1,0	-0,1	-1,0	-0,4	-0,9	-0,8
<b>Saldo orçamental global (base de caixa)</b>	<b>-7,2</b>	<b>0,5</b>	<b>0,1</b>	<b>-2,8</b>	<b>-5,1</b>	<b>-3,4</b>	<b>-2,8</b>	<b>-3,5</b>	<b>-2,6</b>
<b>Financiamento</b>	<b>7,2</b>	<b>-0,5</b>	<b>-0,1</b>	<b>2,8</b>	<b>5,1</b>	<b>3,4</b>	<b>2,8</b>	<b>3,0</b>	<b>1,6</b>
Externo líquido	8,2	0,4	0,8	2,8	3,6	3,2	2,2	3,0	2,1
Desembolsos <sup>2</sup>	10,6	2,8	1,8	3,1	5,1	4,0	4,2	3,9	2,9
Financiamento programático (empréstimos)	0,3	0,0	0,4	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização programada	-2,7	-2,3	-1,4	-0,6	-1,5	-0,8	-2,0	-0,9	-0,9
Variação nos atrasados (capital)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Interno líquido	-1,0	-1,0	-0,9	0,0	1,5	0,2	0,6	0,0	-0,5
Crédito bancário líquido ao governo	-1,0	-1,0	-0,9	0,0	1,5	0,2	0,6	0,0	-0,5
Crédito do sistema bancário (excl. Conta Nacional do Petróleo) <sup>3</sup>	-0,9	0,0	-0,6	-0,6	1,1	-0,3	0,6	-0,5	-0,8
Conta Nacional do Petróleo	-0,1	-1,0	-0,3	0,6	0,4	0,5	0,0	0,4	0,3
Financiamento não bancário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>D/q: privatizações</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,6	-1,0
<b>Por memória:</b>									
Saldo da CNP (milhões de USD, excl. transferências ao orçamento)	10,3	11,5	11,5	9,3	11,7	7,6	10,6	9,0	7,6
PIB nominal (mil milhões de dobras)	7.018	7.774	7.769	8.248	8.300	8.839	9.019	9.891	10.816

Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de capital financiadas com recursos externos.

<sup>2</sup> Inclui empréstimo de Angola em 2016 e 2017.

<sup>3</sup> Inclui uso do apoio do FMI ao programa.

**Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Síntese das Contas do Banco Central, 2015–20**  
(Mil milhões de dobras)

	2015		2016			2017		2018		2019	2020
	Efetivo	EBS/16/114		EBS/16/114		EBS/16/114		Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
		2.ª aval.	Est.	2.ª aval.	Proj.	2.ª aval.	Proj.				
<b>Ativos externos líquidos</b>	<b>1.903</b>	<b>1.868</b>	<b>1.776</b>	<b>1.937</b>	<b>1.717</b>	<b>2.022</b>	<b>1.709</b>	<b>1.740</b>	<b>1.759</b>		
Crédito a não residentes	2.243	2.243	2.144	2.331	2.072	2.446	2.092	2.115	2.123		
Reservas internacionais oficiais	1.864	1.870	1.752	1.954	1.724	2.069	1.744	1.766	1.777		
Outros ativos externos	379	373	392	378	348	377	348	349	346		
Passivos com não residentes	-341	-375	-368	-395	-355	-424	-383	-375	-365		
Passivos de curto prazo com não residentes	-120	-158	-144	-175	-156	-205	-185	-176	-167		
Outros passivos externos	-221	-217	-224	-220	-199	-219	-199	-199	-198		
<b>Ativos internos líquidos</b>	<b>-341</b>	<b>-146</b>	<b>-135</b>	<b>-97</b>	<b>-52</b>	<b>-46</b>	<b>41</b>	<b>70</b>	<b>115</b>		
Crédito interno líquido	110	88	199	86	251	102	251	252	204		
Crédito a outras sociedades de depósitos	128	128	198	128	198	128	198	198	198		
Crédito líquido ao governo central	-133	-159	-129	-165	-83	-152	-89	-93	-145		
Crédito ao governo central	247	243	386	246	323	245	481	374	271		
<i>D/q: uso de DSE/PRGF</i>	196	193	180	195	174	195	48	48	48		
Passivos com o governo central	-380	-403	-515	-411	-406	-398	-569	-466	-417		
Depósitos do governo central	-11	-11	-33	-64	-8	-90	-194	-125	-106		
Recursos de contrapartida	-120	-120	-82	-120	-82	-120	-82	-82	-82		
Depósitos em divisas	-249	-272	-400	-227	-316	-188	-294	-260	-229		
<i>D/q: Conta Nacional do Petróleo</i>	-230	-253	-271	-205	-252	-166	-229	-192	-163		
Crédito a outros setores	115	119	131	123	136	126	142	147	152		
Outras rubricas (líquido)	-451	-234	-335	-183	-303	-148	-210	-182	-89		
<b>Base monetária</b>	<b>1.562</b>	<b>1.722</b>	<b>1.640</b>	<b>1.839</b>	<b>1.665</b>	<b>1.971</b>	<b>1.750</b>	<b>1.811</b>	<b>1.874</b>		
Emissão monetária	315	348	309	371	302	398	300	310	321		
Reservas bancárias	1.247	1.375	1.332	1.468	1.364	1.573	1.450	1.501	1.553		
<i>D/q: moeda nacional</i>	980	1.081	1.183	1.156	1.203	1.237	1.281	1.326	1.372		
<i>D/q: moeda estrangeira</i>	266	294	149	312	161	336	169	175	181		
<b>Por memória:</b>											
Reservas internacionais brutas (milhões de USD) <sup>1</sup>	61,9	58,7	55,9	63,9	58,7	68,9	64,4	67,1	68,5		
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais <sup>2</sup>	4,8	4,2	4,0	4,3	4,0	4,3	4,2	4,1	3,9		
Reservas internacionais líquidas (milhões de USD) <sup>3</sup>	56,5	51,5	49,7	55,9	51,5	59,5	55,8	58,9	60,8		
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais <sup>2</sup>	4,4	3,7	3,6	3,8	3,5	3,8	3,6	3,6	3,5		
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	10,3	11,5	11,5	9,3	11,7	7,6	10,6	9,0	7,6		
Reservas em divisas dos bancos comerciais (milhões de USD)	11,9	13,3	6,3	14,2	7,5	15,3	7,9	8,1	8,4		
Depósitos garantidos (milhões de USD)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Base monetária (variação percentual anual)	37,5	10,3	5,0	6,8	1,5	7,2	5,1	3,5	3,5		

Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e que se destinam a cumprir as exigências de capital.

<sup>2</sup> Importações de bens e serviços não fatoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

<sup>3</sup> As reservas internacionais líquidas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

**Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Síntese Monetária, 2015–20**  
(Mil milhões de dobras)

	2015	2016		2017		2018		2019	2020
	Efetivo	EBS/16/114 2.ª aval.	Est.	EBS/16/114 2.ª aval.	Proj.	EBS/16/114 2.ª aval.	Proj.	Proj.	Proj.
<b>Ativos externos líquidos</b>	<b>2.527</b>	<b>2.526</b>	<b>2.106</b>	<b>2.632</b>	<b>2.001</b>	<b>2.737</b>	<b>2.012</b>	<b>2.062</b>	<b>2.083</b>
Ativos externos líquidos do BCSTP	1.903	1.868	1.776	1.937	1.717	2.022	1.709	1.740	1.759
Ativos externos líquidos das outras soc. de depósitos	624	658	330	696	283	715	303	322	324
<b>Ativos internos líquidos</b>	<b>301</b>	<b>624</b>	<b>586</b>	<b>732</b>	<b>686</b>	<b>868</b>	<b>908</b>	<b>1.139</b>	<b>1.418</b>
Crédito interno líquido	1.630	1.742	1.719	1.837	1.915	1.965	2.096	2.305	2.477
Crédito líquido ao governo central	-323	-349	-396	-355	-272	-342	-218	-222	-275
Crédito ao governo central	255	252	424	254	430	254	648	541	439
Passivos com o governo central	-578	-601	-819	-610	-703	-596	-866	-763	-714
Depósitos orçamentais	-11	-11	-33	-64	-8	-90	-194	-125	-106
Recursos de contrapartida	-120	-120	-82	-120	-82	-120	-82	-82	-82
Depósitos em divisas	-448	-471	-704	-426	-613	-386	-591	-557	-526
D/q: Conta Nacional do Petróleo	-230	-253	-271	-205	-252	-166	-229	-192	-163
Crédito a outros setores	1.953	2.092	2.115	2.193	2.187	2.308	2.314	2.527	2.751
D/q: crédito em moeda estrangeira	608	690	515	931	533	982	564	618	675
(Em milhões de USD)	27	31	22	42	25	45	26	29	31
Outras rubricas (líquido)	-1.329	-1.118	-1.134	-1.106	-1.229	-1.097	-1.189	-1.166	-1.059
<b>Massa monetária (M3)</b>	<b>2.828</b>	<b>3.150</b>	<b>2.691</b>	<b>3.364</b>	<b>2.687</b>	<b>3.605</b>	<b>2.919</b>	<b>3.202</b>	<b>3.501</b>
Passivos em moeda nacional incl. na massa monetária (M2)	1.894	2.090	1.898	2.239	1.900	2.399	2.065	2.264	2.476
Moeda (M1)	1.431	1.579	1.522	1.691	1.435	1.812	1.560	1.711	1.870
Moeda fora das sociedades de depósitos	247	272	259	275	227	286	239	219	240
Depósitos transferíveis em dobras	1.184	1.306	1.264	1.416	1.208	1.527	1.321	1.491	1.631
Outros depósitos em dobras	463	511	375	548	465	587	505	554	606
Depósitos em divisas	934	1.060	794	1.125	787	1.206	855	937	1.025
<b>Por memória:</b>									
Velocidade (rácio PIB/M3; fim do período)	2,6	2,5	3,0	2,5	3,1	2,5	3,1	3,1	3,1
Multiplicador monetário (M3/M0)	1,8	1,8	1,6	1,8	1,6	1,8	1,7	1,8	1,9
Base monetária (taxa de crescimento em 12 meses)	37,5	10,3	5,0	6,8	1,5	7,2	5,1	3,5	3,5
Créd. a outros setores residentes (tx. de cresc. em 12 meses)	3,8	7,1	8,3	4,8	3,4	5,2	5,8	9,2	8,9
M3 (taxa de crescimento em 12 meses)	13,1	11,4	-4,8	6,8	-0,2	7,2	8,7	9,7	9,4
Rácio de eurorização	35,9	36,8	32,3	36,4	29,8	36,3	30,2	30,3	30,7

Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

**Tabela 5. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Solidez Financeira, 2011–junho/2017**

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.1	Mar.	Jun.
<b>Adequação dos fundos próprios</b>								
Capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco	27,7	20,3	22,7	22,6	24,1	27,8	34,4	30,1
% de bancos (do total) com capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco								
... igual ou superior a 10%	100,0	87,5	75,0	75,0	85,7	100,0	100,0	100,0
... entre 6% e 10%	0,0	0,0	12,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
... inferior ao mínimo de 6%	0,0	12,5	12,5	25,0	14,3	0,0	0,0	0,0
Capital (património líquido)/ativos	26,5	22,7	18,4	20,3	15,5	22,5	24,5	23,9
Depósitos nos bancos com capital/ativos inferior a 6%								
... (em mil milhões de dobras)	0,0	83,2	59,0	325,1	455,3	0,0	0,0	0,0
... (percentagem dos depósitos)	0,0	4,6	2,9	13,7	17,5	0,0	0,0	0,0
... (percentagem do PIB)	0,0	1,7	1,1	5,1	6,5	0,0	0,0	0,0
<b>Qualidade dos ativos</b>								
Empréstimos em moeda estrangeira/total de empréstimos	68,5	57,9	53,9	46,5	42,1	27,5	28,1	25,5
Empréstimos vencidos/empréstimos brutos	33,2	66,7	30,4	36,2	35,0	30,7	32,5	30,6
Empréstimos mal parados/Crédito (Definição do IFRS)	15,6	15,4	16,9	19,1	29,8	27,0	28,3	26,0
Empréstimos sob supervisão	17,5	51,3	13,6	17,2	5,2	3,7	4,2	4,6
Provisão como percentagem dos empréstimos vencidos	30,0	15,4	56,3	45,1	68,7	71,2	73,8	73,3
<b>Lucros e rentabilidade</b>								
Rendibilidade dos ativos	0,5	-0,8	-2,1	-3,2	-5,2	0,0	0,3	0,4
Rendibilidade do capital	1,5	-3,3	-9,3	-15,9	-27,1	0,2	1,3	1,9
Despesas (incl. amortização e provisões)/rendimento	119,3	117,8	471,1	164,5	215,9	108,6	92,2	97,3
<b>Liquidez</b>								
Ativos líquidos/total do ativo	20,4	37,8	40,8	45,8	52,0	54,0	49,5	46,2
Ativos líquidos/passivo de curto prazo	36,7	61,5	39,6	72,7	72,5	84,6	70,4	67,6
Empréstimos/total do passivo	83,0	64,7	56,3	47,3	47,1	47,0	50,8	53,8
Passivos em moeda estrangeira/total do passivo	35,0	30,8	27,0	28,1	30,0	26,6	29,4	29,4
Empréstimo/depósitos	119,5	101,7	85,8	69,6	63,5	63,5	60,6	62,9
<b>Sensibilidade ao risco de mercado</b>								
Passivo em moeda estrangeira/capitais próprios	97,0	105,0	119,3	110,3	162,8	91,5	90,7	93,5

Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

Nota: A partir de junho de 2013, os dados baseiam-se na metodologia melhorada e não são rigorosamente comparáveis com os dados anteriores.

<sup>1</sup> Excluindo o Banco Equador (cuja licença bancária foi revogada em agosto de 2016).

**Tabela 6a. São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2015–20**  
(Milhões de USD)

	2015	2016		2017		2018		2019	2020
	Efetivo	EBS/16/114 2.ª aval.	Est.	EBS/16/114 2.ª aval.	Proj.	EBS/16/114 2.ª aval.	Proj.	Proj.	Proj.
<b>Balança comercial</b>	<b>-107,6</b>	<b>-98,1</b>	<b>-105,5</b>	<b>-113,1</b>	<b>-115,1</b>	<b>-123,7</b>	<b>-127,1</b>	<b>-136,0</b>	<b>-145,1</b>
Exportações, FOB	11,3	14,2	13,6	16,1	11,6	16,9	13,3	14,9	15,4
Cacau	7,9	11,0	8,6	12,0	6,4	13,0	8,3	9,0	9,3
Reexportação	2,2	2,0	3,2	2,9	3,7	2,6	3,5	4,3	4,4
Importações, FOB	-118,9	-112,3	-119,1	-129,2	-126,7	-140,6	-140,4	-151,0	-160,5
D/q: alimentos	-34,3	-32,2	-36,1	-34,0	-38,9	-35,5	-40,6	-42,5	-43,6
Produtos petrolíferos	-31,3	-22,1	-21,7	-26,1	-29,1	-28,1	-30,5	-33,4	-35,6
Bens de investimento	-27,9	-30,0	-31,2	-40,7	-28,0	-48,0	-36,9	-39,4	-42,3
Bens de investimento rel. ao sector petrolífero	0,0	-2,1	0,0	-2,1	0,0	-2,1	0,0	0,0	0,0
<b>Serviços e rendimentos (líquido)</b>	<b>9,5</b>	<b>1,0</b>	<b>16,7</b>	<b>3,6</b>	<b>14,5</b>	<b>3,9</b>	<b>22,9</b>	<b>25,8</b>	<b>29,4</b>
Exportações de serviços não fatoriais	78,6	82,1	82,9	90,4	87,6	96,7	93,4	99,5	106,2
D/q: viagens e turismo	62,2	70,0	69,2	77,7	73,7	83,3	78,7	84,0	89,8
Importações de serviços não fatoriais	-68,1	-79,7	-67,2	-85,7	-75,3	-91,7	-72,8	-76,1	-79,3
Serviços fatoriais (líquido)	-1,0	-1,4	1,0	-1,2	2,2	-1,2	2,3	2,4	2,5
D/q: relacionados ao petróleo	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
<b>Transferências privadas (líquido)</b>	<b>18,1</b>	<b>14,1</b>	<b>15,9</b>	<b>15,0</b>	<b>17,0</b>	<b>16,0</b>	<b>18,5</b>	<b>18,8</b>	<b>19,8</b>
<b>Transferências oficiais (líquido)</b>	<b>40,0</b>	<b>51,6</b>	<b>51,9</b>	<b>52,4</b>	<b>37,8</b>	<b>55,2</b>	<b>55,4</b>	<b>59,2</b>	<b>64,6</b>
D/q: donativos para projetos	27,6	42,0	40,2	43,2	29,0	45,9	43,2	47,5	52,1
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	6,0	6,7	2,9	6,8	3,7	6,8	3,8	4,4	4,6
<b>Saldo da conta corrente</b>									
Incl. transferências oficiais	-40,0	-31,4	-20,9	-42,2	-45,8	-48,6	-30,3	-32,2	-31,3
Excl. transferências oficiais	-80,0	-82,9	-72,9	-94,5	-83,6	-103,8	-85,7	-91,5	-95,8
<b>Conta de capital e financeira</b>	<b>43,9</b>	<b>30,4</b>	<b>-2,3</b>	<b>45,0</b>	<b>44,7</b>	<b>52,7</b>	<b>33,1</b>	<b>28,8</b>	<b>25,2</b>
Conta financeira	43,9	30,4	-2,3	45,0	44,7	52,7	33,1	28,8	25,2
Investimento estrangeiro direto	25,8	23,4	20,7	17,5	42,9	24,0	11,2	12,4	13,7
D/q: bônus de assinatura do petróleo	2,4	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Investimento relacionado ao petróleo	24,2	15,0	19,3	3,2	43,6	3,2	0,0	0,0	0,0
Recuperação das desp. de invest. relac. ao petróleo	-24,2	-15,0	-19,3	-3,2	-43,6	-3,2	0,0	0,0	0,0
Investimento de carteira (líquido)	0,3	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros investimentos (líquido)	17,9	7,1	-23,2	27,5	1,8	28,7	21,9	16,4	11,4
Ativo	9,5	-12,0	-10,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Setor público (líquido)	32,1	10,1	6,2	8,2	15,2	11,2	13,7	13,9	10,4
Empréstimos para projetos	33,6	14,7	6,4	11,6	19,1	16,0	17,6	17,6	14,5
Empréstimos para programas	0,0	0,0	0,0	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização	-1,4	-3,3	-1,2	-3,3	-2,4	-3,6	-2,6	-4,1	-4,4
Outros investimentos	-0,1	-1,2	1,0	-1,1	-1,6	-1,2	-1,4	0,3	0,3
D/q: transferências para a ADC	-0,2	-0,5	-0,4	-0,5	-0,2	-0,5	-0,4	-0,4	-0,4
Setor privado (líquido)	-23,7	8,9	-18,6	19,3	-13,4	17,5	8,2	2,5	1,1
Bancos comerciais	-9,7	2,0	-13,8	1,8	-0,9	0,5	1,4	1,0	0,1
Capital privado de curto prazo	-14,0	6,9	-4,8	17,4	-12,4	17,0	6,8	1,5	1,0
Passivo									
Erros e omissões	14,6	0,0	18,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Saldo global</b>	<b>18,5</b>	<b>-0,9</b>	<b>-4,6</b>	<b>2,9</b>	<b>-1,1</b>	<b>4,2</b>	<b>2,8</b>	<b>-3,4</b>	<b>-6,1</b>
Financiamento	-18,5	0,9	4,6	-2,8	1,1	-4,2	-2,8	-1,9	-0,9
Variação nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -)	-18,2	1,1	4,9	-6,1	-0,3	-7,2	-5,2	-3,2	-2,0
Uso dos recursos do FMI (líquido)	0,0	1,0	0,9	1,1	1,6	1,2	1,4	-0,3	-0,3
Compras	0,9	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	0,0	0,0
Recompras (incl. reembolso MDRI)	-0,9	-0,7	-0,9	-0,6	-0,2	-0,5	-0,4	-0,3	-0,3
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	-0,4	-1,2	-1,3	2,2	-0,2	1,8	1,1	1,7	1,4
<b>Déficit de financiamento</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>5,3</b>	<b>7,0</b>
<b>Por memória:</b>									
Saldo de conta corrente (% do PIB)									
Antes das transferências oficiais	-25,2	-23,6	-20,8	-25,2	-22,3	-25,8	-20,5	-19,9	-19,0
Depois das transferências oficiais	-12,6	-8,9	-6,0	-11,3	-12,2	-12,1	-7,2	-7,0	-6,2
Rácio do serviço da dívida (percentagem das exportações) <sup>1</sup>	3,8	6,8	3,4	6,0	4,7	5,6	4,7	5,5	5,2
Reservas internacionais brutas <sup>2</sup>									
Milhões de USD	61,9	58,7	55,9	63,9	58,7	68,9	64,4	67,1	68,5
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais <sup>3</sup>	4,8	4,2	4,0	4,3	4,0	4,3	4,2	4,1	3,9

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Em percentagem das exportações de bens e serviços não fatoriais.

<sup>2</sup> As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e para as exigências de capital.

<sup>3</sup> Importações de bens e serviços não fatoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

**Tabela 6b. São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2015–20**  
(Porcentagem do PIB)

	2015	2016		2017		2018		2019	2020
	Efetivo	EBS/16/114		EBS/16/114		EBS/16/114		Proj.	Proj.
		2.ª aval.	Est.	2.ª aval.	Proj.	2.ª aval.	Proj.		
<b>Balança comercial</b>	<b>-33,9</b>	<b>-27,9</b>	<b>-30,1</b>	<b>-30,2</b>	<b>-30,7</b>	<b>-30,7</b>	<b>-30,4</b>	<b>-29,6</b>	<b>-28,8</b>
Exportações, FOB	3,6	4,1	3,9	4,3	3,1	4,2	3,2	3,2	3,1
Cacau	2,5	3,1	2,5	3,2	1,7	3,2	2,0	1,9	1,9
Reexportação	0,7	0,6	0,9	0,8	1,0	0,6	0,8	0,9	0,9
Importações, FOB	-37,4	-32,0	-34,0	-34,5	-33,8	-34,9	-33,6	-32,8	-31,9
<i>D/q:</i> Alimentos	-10,8	-9,2	-10,3	-9,1	-10,4	-8,8	-9,7	-9,2	-8,7
produtos petrolíferos	-9,8	-6,3	-6,2	-7,0	-7,8	-7,0	-7,3	-7,3	-7,1
Bens de investimento	-8,8	-8,5	-8,9	-10,9	-7,5	-11,9	-8,8	-8,6	-8,4
Bens de investimento rel. ao sector petrolífero	0,0	-0,6	0,0	-0,6	0,0	-0,5	0,0	0,0	0,0
<b>Serviços e rendimentos (líquido)</b>	<b>3,0</b>	<b>0,3</b>	<b>4,8</b>	<b>1,0</b>	<b>3,9</b>	<b>1,0</b>	<b>5,5</b>	<b>5,6</b>	<b>5,8</b>
Exportações de serviços não fatoriais	24,7	23,4	23,6	24,1	23,4	24,0	22,3	21,6	21,1
<i>D/q:</i> viagens e turismo	19,6	19,9	19,7	20,7	19,7	20,7	18,8	18,3	17,8
Importações de serviços não fatoriais	-21,4	-22,7	-19,1	-22,9	-20,1	-22,8	-17,4	-16,5	-15,8
Serviços fatoriais (líquido)	-0,3	-0,4	0,3	-0,3	0,6	-0,3	0,5	0,5	0,5
<i>D/q:</i> relacionados ao petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Transferências privadas (líquido)</b>	<b>5,7</b>	<b>4,0</b>	<b>4,5</b>	<b>4,0</b>	<b>4,5</b>	<b>4,0</b>	<b>4,4</b>	<b>4,1</b>	<b>3,9</b>
<b>Transferências oficiais (líquido)</b>	<b>12,6</b>	<b>14,7</b>	<b>14,8</b>	<b>14,0</b>	<b>10,1</b>	<b>13,7</b>	<b>13,3</b>	<b>12,9</b>	<b>12,8</b>
<i>D/q:</i> Donativos para projetos	8,7	12,0	11,5	11,5	7,7	11,4	10,3	10,3	10,3
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	1,9	1,9	0,8	1,8	1,0	1,7	0,9	1,0	0,9
<b>Saldo da conta corrente</b>									
Incl. transferências oficiais	-12,6	-8,9	-6,0	-11,3	-12,2	-12,1	-7,2	-7,0	-6,2
Excl. transferências oficiais	-25,2	-23,6	-20,8	-25,2	-22,3	-25,8	-20,5	-19,9	-19,0
<b>Conta de capital e financeira</b>	<b>13,8</b>	<b>8,7</b>	<b>-0,7</b>	<b>12,0</b>	<b>11,9</b>	<b>13,1</b>	<b>7,9</b>	<b>6,3</b>	<b>5,0</b>
Conta financeira	13,8	8,7	-0,7	12,0	11,9	13,1	7,9	6,3	5,0
Investimento estrangeiro direto	8,1	6,6	5,9	4,7	11,4	6,0	2,7	2,7	2,7
<i>D/q:</i> bónus de assinatura do petróleo	0,8	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Investimento relacionado ao petróleo	7,6	4,3	5,5	0,9	11,6	0,8	0,0	0,0	0,0
Recuperação das desp. de invest. relac. ao petróleo	-7,6	-4,3	-5,5	-0,9	-11,6	-0,8	0,0	0,0	0,0
Investimento de carteira (líquido)	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros investimentos (líquido)	5,6	2,0	-6,6	7,3	0,5	7,1	5,2	3,6	2,3
Ativo	3,0	-3,4	-3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Setor público (líquido)	10,1	2,9	1,8	2,2	4,0	2,8	3,3	3,0	2,1
Empréstimos para projetos	10,6	4,2	1,8	3,1	5,1	4,0	4,2	3,8	2,9
Empréstimos para programas	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização	-0,4	-0,9	-0,3	-0,9	-0,6	-0,9	-0,6	-0,9	-0,9
Outros investimentos	0,0	-0,3	0,3	-0,3	-0,4	-0,3	-0,3	0,1	0,1
<i>D/q:</i> transferências para a ADC	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1
Setor privado (líquido)	-7,5	2,5	-5,3	5,1	-3,6	4,3	2,0	0,5	0,2
Bancos comerciais	-3,1	0,6	-3,9	0,5	-0,3	0,1	0,3	0,2	0,0
Capital privado de curto prazo	-4,4	2,0	-1,4	4,7	-3,3	4,2	1,6	0,3	0,2
<b>Erros e omissões</b>	<b>4,6</b>	<b>0,0</b>	<b>5,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Saldo global</b>	<b>5,8</b>	<b>-0,3</b>	<b>-1,3</b>	<b>0,8</b>	<b>-0,3</b>	<b>1,0</b>	<b>0,7</b>	<b>-0,8</b>	<b>-1,2</b>
Financiamento	-5,8	0,3	1,3	-0,8	0,3	-1,0	-0,7	-0,4	-0,2
Variação nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -)	-5,7	0,3	1,4	-1,6	-0,1	-1,8	-1,3	-0,7	-0,4
Uso dos recursos do FMI (líquido)	0,0	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	-0,1	-0,1
Compras	0,3	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,0	0,0
Recompras (incl. reembolso MDRI)	-0,3	-0,2	-0,3	-0,2	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	-0,1	-0,3	-0,4	0,6	0,0	0,4	0,3	0,4	0,3
<b>Déficit de financiamento</b>	<b>0,0</b>	<b>1,2</b>	<b>1,4</b>						
<b>Por memória:</b>									
Rácio do serviço da dívida (porcentagem das exportações) <sup>1</sup>	3,8	6,8	3,4	6,0	4,7	5,6	4,7	5,5	5,2
Reservas internacionais brutas <sup>2</sup>									
Milhões de USD	61,9	58,7	55,9	63,9	58,7	68,9	64,4	67,1	68,5
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais <sup>3</sup>	4,8	4,2	4,0	4,3	4,0	4,3	4,2	4,1	3,9

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Em percentagem das exportações de bens e serviços não fatoriais.

<sup>2</sup> As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

<sup>3</sup> Importações de bens e serviços não fatoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

**Tabela 7. São Tomé e Príncipe: Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2015–20**  
 (Milhões de USD)

	2015	2016		2017		2018		2019	2020
	Efetivo	EBS/16/114		EBS/16/114		EBS/16/114		Proj.	Proj.
		2.ª aval.	Est.	2.ª aval.	Proj.	2.ª aval.	Proj.		
<b>Necessidades brutas de financiamento</b>	<b>-100,6</b>	<b>-87,1</b>	<b>-69,0</b>	<b>-105,8</b>	<b>-87,9</b>	<b>-116,3</b>	<b>-95,3</b>	<b>-98,8</b>	<b>-102,2</b>
Conta corrente, excl. transferências oficiais	-80,0	-82,9	-72,9	-94,5	-83,6	-103,8	-85,7	-91,5	-95,8
Exportações, FOB	11,3	14,2	13,6	16,1	11,6	16,9	13,3	14,9	15,4
Importações, FOB	-118,9	-112,3	-119,1	-129,2	-126,7	-140,6	-140,4	-151,0	-160,5
Serviços e rendimentos (líquido)	9,5	1,0	16,7	3,6	14,5	3,9	22,9	25,8	29,4
Transferências privadas	18,1	14,1	15,9	15,0	17,0	16,0	18,5	18,8	19,8
Conta financeira	-2,4	-5,3	-1,1	-5,1	-4,1	-5,3	-4,3	-4,1	-4,4
Amortização programada	-1,4	-3,3	-1,2	-3,3	-2,4	-3,6	-2,6	-4,1	-4,4
Reembolsos ao FMI	-0,9	-0,7	-0,9	-0,6	-0,2	-0,5	-0,4	-0,3	-0,3
Outros fluxos do sector público (líquido)	-0,1	-1,2	1,0	-1,1	-1,6	-1,2	-1,4	0,3	0,3
Varição nas reservas externas (- = aumento)	-18,2	1,1	4,9	-6,1	-0,3	-7,2	-5,2	-3,2	-2,0
<b>Financiamento disponível</b>	<b>100,6</b>	<b>87,0</b>	<b>69,0</b>	<b>105,8</b>	<b>87,9</b>	<b>116,2</b>	<b>95,3</b>	<b>98,8</b>	<b>102,2</b>
Fundo Nacional do Petróleo (líquido)	2,0	1,3	-1,3	2,2	-0,2	1,8	1,1	1,7	1,4
Bónus de assinatura do petróleo	2,4	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Poupança (- = acum. do fundo de reserva petrol.)	-0,4	-1,2	-1,3	2,2	-0,2	1,8	1,1	1,7	1,4
Desembolsos previstos	73,6	66,3	58,4	65,1	56,8	71,2	73,1	76,9	79,1
Assistência intercalar multilateral HIPC	6,0	6,7	2,9	6,8	3,7	6,8	3,8	4,4	4,6
Donativos	34,0	44,9	49,0	45,6	34,0	48,4	51,6	54,8	60,0
Empréstimos concessionais	33,6	14,7	6,4	12,7	19,1	16,0	17,6	17,6	14,5
Empréstimos para projetos	33,6	14,7	6,4	11,6	19,1	16,0	17,6	17,6	14,5
Empréstimos para programas	0,0	0,0	0,0	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Setor privado (líquido)	24,1	17,7	10,1	36,8	29,5	41,5	19,4	14,9	14,8
FMI	0,9	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	0,0	0,0
Défice de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,3	7,0
Financiamento excepcional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice residual de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,3	7,0

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

**Tabela 8a. Calendário de Desembolsos Atual ao Abrigo do Acordo ECF, 2015–18**

<b>Data<sup>1</sup></b>	<b>Condições para o desembolso</b>	<b>Montante em DSE</b>	<b>% da quota</b>
13/07/15	Aprovação do acordo pelo Conselho.	634.285	4,29
10/06/16	Observância dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2015 e conclusão da primeira avaliação.	634.285	4,29
09/12/16	Observância dos CD contínuos e para o fim de junho de 2016 e conclusão da segunda avaliação.	634.285	4,29
15/04/17	Observância dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2016 e conclusão da terceira avaliação.	634.285	4,29
15/10/17	Observância dos CD contínuos e para o fim de junho de 2017 e conclusão da quarta avaliação.	634.285	4,29
15/04/18	Observância dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2017 e conclusão da quinta avaliação.	634.285	4,29
15/06/18	Observância dos CD contínuos e para o fim de março de 2018 e conclusão da sexta avaliação.	634.290	4,29
	Total	4.440.000	30

Fonte: Fundo Monetário Internacional.  
<sup>1</sup> Data do Conselho, no caso de avaliações concluídas.

**Tabela 8b. Calendário de Desembolsos Proposto ao Abrigo do Acordo de ECF, 2015–18**

<b>Data<sup>1</sup></b>	<b>Condições para o desembolso</b>	<b>Montante em DSE</b>	<b>% da quota</b>
13/07/15	Aprovação do acordo pelo Conselho.	634.285	4,29
10/06/16	Observância dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2015 e conclusão da primeira avaliação.	634.285	4,29
09/12/16	Observância dos CD contínuos e para o fim de junho de 2016 e conclusão da segunda avaliação.	634.285	4,29
15/04/17	Observância dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2016 e conclusão da terceira avaliação.	634.285	4,29
15/10/17	Observância dos CD contínuos e para o fim de junho de 2017 e conclusão da quarta avaliação.	634.285	4,29
15/04/18	Observância dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2017 e conclusão da quinta avaliação.	634.285	4,29
15/10/18	Observância dos CD contínuos e para o fim de junho de 2018 e conclusão da sexta avaliação.	634.290	4,29
	Total	4.440.000	30

Fonte: Fundo Monetário Internacional.  
<sup>1</sup> Data do Conselho, no caso de avaliações concluídas.

Tabela 9. São Tomé e Príncipe: Indicadores da Capacidade de Pagamento ao FMI, 2017–30

	Projeções													
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Obrigações com o FMI com base no crédito existente (milhões de DSE)</b>														
Capital	0,00	0,39	0,33	0,26	0,41	0,60	0,49	0,38	0,38	0,19	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos e juros	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04
<b>Obrigações com o FMI com base no crédito existente e potencial (milhões de DSE)</b>														
Capital	0,00	0,39	0,33	0,26	0,41	0,60	0,81	0,89	0,89	0,70	0,51	0,19	0,00	0,00
Encargos e juros	0,01	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04
<b>Obrigações totais baseadas no crédito existente e potencial</b>														
Milhões de DES	0,01	0,43	0,37	0,30	0,45	0,64	0,85	0,93	0,93	0,74	0,55	0,23	0,04	0,04
Milhões de USD	0,01	0,61	0,52	0,42	0,63	0,90	1,20	1,31	1,31	1,04	0,77	0,00	0,00	0,00
Porcentagem das exportações de bens e serviços	0,01	0,57	0,46	0,35	0,49	0,64	0,80	0,82	0,77	0,57	0,40	0,00	0,00	0,00
Porcentagem do serviço da dívida <sup>1</sup>	0,31	12,55	8,32	6,53	9,63	12,86	17,50	13,56	14,11	11,58	8,79	0,00	0,00	0,00
Porcentagem da quota	0,07	2,91	2,50	2,03	3,04	4,32	5,74	6,28	6,28	5,00	3,72	1,55	0,27	0,27
Porcentagem das reservas internacionais brutas <sup>2</sup>	0,02	0,94	0,78	0,62	0,91	1,27	1,63	1,72	1,68	1,31	0,96	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo em dívida com o FMI</b>														
Milhões de DES	4,7	5,6	5,3	5,0	4,6	4,0	3,2	2,3	1,4	0,7	0,2	0,0	0,0	0,0
Milhões de USD	6,5	7,9	7,4	7,1	6,5	5,6	4,5	3,2	2,0	1,0	0,3	0,0	0,0	0,0
Porcentagem das exportações de bens e serviços	6,6	7,4	6,5	5,8	5,0	4,0	3,0	2,0	1,2	0,5	0,1	0,0	0,0	0,0
Porcentagem do serviço da dívida <sup>1</sup>	146,6	163,2	118,1	108,9	98,1	80,0	65,3	33,2	21,2	11,0	3,0	0,0	0,0	0,0
Porcentagem da quota	31,8	37,8	35,5	33,8	30,9	26,9	21,4	15,4	9,5	4,7	1,3	0,0	0,0	0,0
Porcentagem das reservas internacionais brutas <sup>2</sup>	11,1	12,2	11,0	10,3	9,3	7,9	6,1	4,2	2,5	1,2	0,3	0,0	0,0	0,0
<b>Por memória:</b>														
Exportações de bens e serviços (milhões de USD)	99,2	106,7	114,5	121,7	129,6	140,4	149,8	159,7	170,4	181,8	193,9	206,9	220,7	235,5
Serviço da dívida (milhões de USD)	4,4	4,8	6,3	6,5	6,6	7,0	6,8	9,7	9,3	9,0	8,8	8,6	8,5	8,9
Quota (milhões de DES)	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8
Reservas internacionais brutas <sup>2</sup>	58,7	64,4	67,1	68,5	69,5	70,8	73,7	76,4	78,0	79,6	81,0	82,3	83,5	84,6
PIB (milhões de USD)	375	418	460	503	566	609	654	701	752	806	865	928	995	1067

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Alívio da dívida HIPC e MDRI. O total do serviço da dívida inclui recompras e reembolsos ao FMI.

<sup>2</sup> As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

Tabela 10. São Tomé e Príncipe: Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

	1990	1995	2000	2005	2010	2012
<b>Objetivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome</b>						
1.1 Proporção de pessoas que vivem com menos de USD 1,25 por dia (PPC) (% da população)	--	--	28.18 <sup>5/</sup>	--	--	--
1.1 Proporção de pessoas que vivem na linha de pobreza nacional, total (%)	--	--	53.8 <sup>5/</sup>	--	66.2 <sup>10/</sup>	--
1.2 Hiato de pobreza a USD 1,25 por dia (PPC) (%)	--	--	7.87 <sup>5/</sup>	--	--	--
1.3 Parcela do rendimento detida pelos 20% mais pobres	--	--	5.23 <sup>5/</sup>	--	--	--
1.5 Emprego vulnerável, total (% do emprego total)	27 <sup>1/</sup>	--	--	--	--	--
1.5 Taxa de desemprego, total	--	--	14,4	--	16,7 <sup>8/</sup>	13,9
1.8 Prevalência de desnutrição, peso/idade (% dos menores de 5 anos)	--	--	3,0	--	4,3 <sup>9/</sup>	--
1.9 Prevalência de subnutrição (% da população)	22,6 <sup>2/</sup>	24,4	14,8	8,9	7,5 <sup>9/</sup>	7,7 <sup>11/</sup>
1.9 Incidência da fome (quilocalorias por pessoa por dia)	190 <sup>2/</sup>	190 <sup>3/</sup>	170 <sup>6/</sup>	--	160 <sup>8/</sup>	--
<b>Objetivo 2: Atingir o ensino primário universal</b>						
2.1 Total de matrículas, ensino primário (% líquido)	97	--	98,30 <sup>6/</sup>	99,35	98,64	99,56
2.1 Alunos que atingem o último ano de escolaridade primária, total (% da faixa)	65	--	58,83 <sup>5/</sup>	68,91 <sup>7/</sup>	68,03 <sup>9/</sup>	--
2.2 Taxa de conclusão do ensino primário, total (% da faixa etária pertinente)	79	--	61,58 <sup>5/</sup>	74,34	85,31	99,14
2.3 Taxa de alfabetização feminina (% das jovens de 15-24 anos)	92 <sup>1/</sup>	--	94,85 <sup>5/</sup>	--	95,94	--
2.3 Taxa de alfabetização masculina (% dos jovens de 15-24 anos)	96 <sup>1/</sup>	--	95,97 <sup>5/</sup>	--	94,72	--
<b>Objetivo 3: Promover a igualdade de género e a capacitação da mulher</b>						
3.1 Índice de paridade de género dos inscritos no ensino primário (%)	92	--	97 <sup>4/</sup>	97	100	97
3.1 Índice de paridade de género dos inscritos no ensino secundário (%)	--	--	--	107	103	113
3.1 Índice de paridade de género dos inscritos no ensino terciário (%)	--	--	--	--	98	--
3.2 Proporção de assentos no parlamento nacional ocupados por mulheres (%)	12	7 <sup>3/</sup>	9	9	18	18
3.3 Parcela de mulheres assalariadas no setor não agrícola (% do total do emprego não agrícola)	32 <sup>1/</sup>	--	--	--	--	--
<b>Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil</b>						
4.1 Taxa de mortalidade de menores de cinco anos (por mil nados vivos)	96	94	93	91	89	89 <sup>11/</sup>
4.2 Taxa de mortalidade infantil (por mil nados-vivos)	62	61	60	59	58	58 <sup>11/</sup>
4.3 Imunização, sarampo (% das crianças de 12-23 meses)	71	74	69	88	92	91 <sup>11/</sup>
<b>Objetivo 5: Melhorar a saúde materna</b>						
5.1 Taxa de mortalidade materna (estimativa modelada, por mil nados-vivos)	150	120	110	87	70	--
5.2 Partos assistidos por profissionais técnicos de saúde (% do total)	--	--	79	--	82 <sup>10/</sup>	--
5.3 Taxa de utilização de contraceptivos (% das mulheres de 15-49 anos)	--	--	29	--	38 <sup>10/</sup>	--
5.4 Taxa de fertilidade de adolescentes (nascimentos por mil mulheres de 15-19 anos)	--	94 <sup>3/</sup>	86	72	60	55
5.5 Mulheres grávidas que recebem atendimento pré-natal (%)	--	--	91	--	98 <sup>10/</sup>	--
5.6 Necessidades não satisfeitas de contraceção (% das mulheres casadas de 15-49 anos)	--	--	--	--	37 <sup>10/</sup>	--
<b>Objetivo 6: Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças</b>						
6.1 Prevalência de VIH, total (% da população de 15-49 anos)	0,2	0,5	0,8	1,2	1,0	1,0 <sup>11/</sup>
6.1 Prevalência de VIH entre as mulheres (% de 15-24 anos)	--	--	--	--	--	0,3 <sup>11/</sup>
6.1 Prevalência de VIH entre as homens (% de 15-24 anos)	--	--	--	--	--	0,4 <sup>11/</sup>
6.2 Uso de preservativos, população feminina de 15-24 anos (% das jovens de 15-24 anos)	--	--	--	--	54 <sup>10/</sup>	--
6.2 Uso de preservativos, população masculina de 15-24 anos (% dos jovens de 15-24 anos)	--	--	--	--	64 <sup>10/</sup>	--
6.7 Uso de mosquiteiros tratados com inseticidas (% das crianças menores de 5 anos)	--	--	23	--	56 <sup>10/</sup>	--
6.8 Crianças com febre que recebem medicamentos antimalária (% das crianças menores de 5 anos com febre)	--	--	61	--	8 <sup>10/</sup>	--
6.9 Incidência de tuberculose (por 100 mil pessoas)	135	124	114	105	96	94 <sup>11/</sup>
6.10 Taxa de deteção de casos de tuberculose (todas as formas)	11	--	60	85	76	86 <sup>11/</sup>
<b>Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental</b>						
7.1 Área florestal (% da área terrestre)	28	--	28	28	28	--
7.2 Emissões de dióxido de carbono (em kg por dólar PPC do PIB)	--	--	54 <sup>5/</sup>	0,59	0,41 <sup>9/</sup>	--
7.2 Emissões de dióxido de carbono (em toneladas métricas per capita)	0,57	0,60	0,62	0,84	0,79 <sup>9/</sup>	--
7.8 Acesso a uma fonte de água melhorada (% da população com acesso)	--	75	79	85	89	--
7.9 Acesso a saneamento melhorado (% da população com acesso)	--	20	21	24	26	--
<b>Objetivo 8: Criar uma parceria global para o desenvolvimento</b>						
8.1 AOD líquida recebida per capita (em USD correntes)	466	657	247	213	298	--
8.12 Serviço da dívida (PGP e FMI apenas, % das exportações, excl. remessas dos trabalhadores)	29	27 <sup>3/</sup>	22	61	7	--
8.14 Linhas telefónicas (por 100 pessoas)	1,9	2,0	3,3	4,7	4,7	4,7 <sup>11/</sup>
8.15 Assinaturas de telemóvel (por 100 pessoas)	--	--	--	8	62	71
8.16 Uso da Internet (por 100 pessoas)	--	--	5	14	19	22
<b>Outros</b>						
Taxa de fertilidade, total (partos por mulher)	5,4	5,0	4,6	4,1	3,7	3,5
RNB per capita, método Atlas (em USD correntes)	--	--	--	750	1240	1350 <sup>11/</sup>
RNB, método Atlas (em milhões de USD correntes)	--	--	--	114	205	227 <sup>11/</sup>
Esperança de vida à nascença, total (anos)	61	62	62	63	64	65
Taxa de alfabetização de adultos, total (% das pessoas acima dos 15 anos)	73 <sup>1/</sup>	--	84 <sup>5/</sup>	--	89 <sup>10/</sup>	--
Taxa de alfabetização de jovens, total (% das pessoas entre 15-24 anos)	94 <sup>1/</sup>	--	95 <sup>5/</sup>	--	95 <sup>10/</sup>	--
População, total (milhares)	116	128	141	153	165	169 <sup>11/</sup>
Comércio (% do PIB)	--	--	79	67	76	69 <sup>11/</sup>

Fonte: Indicadores do Desenvolvimento, do Banco Mundial.

1/ Corresponde a 1991 2/ Corresponde a 1992 3/ Corresponde a 1997 4/ Corresponde a 1999 5/ Corresponde a 2001 6/ Corresponde a 2002  
7/ Corresponde a 2004 8/ Corresponde a 2007 9/ Corresponde a 2008 10/ Corresponde a 2009 11/ Corresponde a 2011

## Apêndice I. Carta de Intenções

São Tomé, 16 de novembro de 2017

Exma. Senhora Christine Lagarde  
Diretora-Geral  
Fundo Monetário Internacional  
700 19<sup>th</sup> Street NW  
Washington, DC 20431  
EUA

Senhora Diretora-Geral:

O Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) anexo passa em revista os desenvolvimentos económicos e os progressos recentes na execução do programa apoiado pelo acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês). Atualiza igualmente as políticas e objetivos do governo para o restante de 2017 e para 2018. Tais políticas estão ancoradas no programa de desenvolvimento de médio prazo do governo, conforme descrito no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2017–2021, o sucessor da nossa Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP-II, 2012–2016).

O governo continua a realizar bons progressos no sentido de alcançar a estabilidade macroeconómica, promover o crescimento sustentável e inclusivo e reduzir a pobreza. A estabilidade macroeconómica melhorou, como evidenciado pelo crescimento estável e inflação baixa. As perspetivas a médio prazo são, de maneira geral, positivas, projetando-se que o PIB real atinja 5,5% apoiado pela atividade robusta nos setores da construção, agricultura e turismo.

Não obstante os nossos melhores esforços, o país enfrenta desafios importantes e necessitará da assistência continuada do FMI. Em particular, níveis de dívida elevados, grandes necessidades de infraestruturas, riscos no sistema bancário e uma competitividade reduzida têm minado os nossos esforços de desenvolvimento económico. Acresce que a capacidade limitada reduz o ritmo das reformas estruturais, e isto, por sua vez, pode atrasar o tão necessário apoio financeiro externo. Tendo em conta estes desafios, o governo agradece ao FMI pelo apoio financeiro concedido através do acordo ECF e espera que o programa catalise o apoio financeiro de outros parceiros.

Conforme documentado no MPEF anexo, cumprimos todos os critérios de desempenho do programa para o final de junho de 2017, depois de ter falhado as metas orçamentais para o final de 2016. O governo não cumpriu os critérios de desempenho para o final de dezembro de 2016 relativos ao saldo primário interno e ao crédito bancário líquido à administração central. No entanto, as medidas corretivas adotadas em finais de 2016 e o orçamento revisto de 2017 permitiram ao governo alcançar as metas para o final de junho de 2017. Ademais, em setembro o governo tomou outras medidas do lado da despesa para assegurar o cumprimento das metas

fixadas para o final de dezembro de 2017. A nossa agenda de reformas estruturais está em curso, embora a um ritmo muito mais lento do que antecipado, principalmente devido a limitações de capacidade e atrasos na prestação da assistência técnica.

As nossas políticas económicas e financeiras para 2017–18 estão ancoradas no programa de desenvolvimento de médio prazo do governo, o PND. As principais prioridades para 2017/18 são a consolidação da estabilidade macroeconómica, a remoção dos estrangulamentos estruturais a um crescimento acelerado, sustentado e inclusivo, e o desenvolvimento do setor financeiro. No tocante à política macroeconómica, conforme indicado anteriormente, o governo tomará medidas para abordar a derrapagem orçamental de 2016. Adicionalmente, estão em curso medidas para reduzir as grandes perdas incorridas por uma empresa pública, as quais serão complementadas por medidas para prevenir a acumulação de atrasados e eliminar os atrasados antigos e esforços redobrados para concluir a liquidação do Banco Equador, de modo a salvaguardar a estabilidade financeira e minimizar o custo orçamental. Continuaremos a realizar reformas estruturais orçamentais ambiciosas com vista a apoiar a consolidação orçamental e explorar o potencial de crescimento, buscando, em simultâneo, atrair o financiamento adicional de doadores.

Tendo em conta o desempenho na implementação do programa económico e a força do nosso compromisso futuro com a aplicação das políticas, designadamente o cumprimento de todos os critérios de desempenho para o final de junho de 2017 e as medidas tomadas para alcançar as metas para o final de 2017, o governo solicita a conclusão da terceira e quarta avaliações ao abrigo do acordo ECF e a aprovação de um desembolso no montante de DSE 1,3 milhões. Juntamente com a conclusão da avaliação, o governo solicita: i) dispensas pelo não cumprimento dos critérios de desempenho para o final de dezembro de 2016 relativos ao saldo primário interno e ao crédito bancário líquido à administração central; ii) modificações dos critérios de desempenho referentes às reservas internacionais líquidas para o final de dezembro de 2017; iii) modificação do critério de desempenho relativo a atrasados externos de stock para fluxo a fim de clarificar que esse critério de desempenho se refere à acumulação de novos atrasados externos; iv) a inclusão de clarificações no MTE; v) a prorrogação do programa até ao final de dezembro de 2018 e vi) a reprogramação da data de teste para o final de março de 2018 e das metas para o final de junho de 2018, com atualizações.

A implementação do programa apoiado pela ECF continuará a ser monitorizada com base em critérios de desempenho quantitativos e indicadores de referência estruturais, e em avaliações semestrais. Os conceitos e indicadores-chave, assim como os deveres de informação, são definidos no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) que acompanha a presente carta de intenções. O governo espera que a quinta avaliação seja concluída até meados de junho de 2018 com base nos critérios de desempenho e metas para o final de dezembro de 2017 e em outros critérios de desempenho pertinentes.

O governo acredita que as medidas e políticas descritas no MPEF de julho de 2015 e suplementos posteriores, em conjunto com o MPEF complementar anexo, constituem uma base adequada para alcançar os seus objetivos de política económica. Contudo, o governo está pronto para tomar quaisquer medidas adicionais que possam ser necessárias para cumprir os objetivos do nosso

programa, incluindo a abordagem do défice de financiamento externo. O governo consultará o FMI sobre a adoção dessas medidas antes de efetuar quaisquer alterações nas políticas descritas neste MPEF complementar, em conformidade com as políticas do FMI relativamente a tais consultas. O governo manterá discussões atempadas com o corpo técnico do FMI sobre os termos dos financiamentos externos de grande monta, para assegurar que estes satisfazem o requisito de concessionalidade no âmbito do programa, não ameaçam a sustentabilidade da dívida e estão em linha com a política do FMI relativa aos limites de endividamento.

O governo fornecerá também ao corpo técnico do FMI toda a informação que for necessária para concluir as avaliações do programa e monitorizar o desempenho de forma atempada, conforme descrito no MTE. Durante a vigência do programa, o governo compromete-se a não introduzir ou intensificar quaisquer controlos cambiais, práticas de taxas de câmbio múltiplas ou restrições às importações para fins da balança de pagamentos, bem como a não firmar acordos bilaterais de pagamentos que sejam incompatíveis com o Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI.

O governo concorda em tornar público o conteúdo da presente Carta de Intenções, juntamente com o MPEF e o MTE complementares que a acompanham, bem como o relatório do corpo técnico do FMI sobre a terceira e quarta avaliações combinadas do programa da ECF. Por conseguinte, autorizamos a publicação destes documentos na página do FMI na Internet, após a aprovação pelo seu Conselho de Administração da terceira e quarta avaliações combinadas do acordo ECF de três anos.

Atenciosamente,

/s/

Américo d'Oliveira Ramos,

Ministro das Finanças, do Comércio e da  
Economia Azul

/s/

Hélio Silva Almeida,

Governador do Banco Central de São Tomé e  
Príncipe

Anexos:

1. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras
2. Memorando Técnico de Entendimento

## Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras Complementar para 2017–2018

### INTRODUÇÃO

**1. No dia 13 de julho de 2015, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um acordo de três anos ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF), tendo como objetivo apoiar o programa de reforma económica de São Tomé e Príncipe para promover o crescimento sustentável e reduzir a pobreza, apoiado pela Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP II) do governo santomense.**

O objetivo geral do programa é lançar as bases do crescimento acelerado e inclusivo e catalisar o apoio financeiro de parceiros bilaterais e multilaterais. Os principais elementos do programa são ações para reforçar as finanças públicas, reduzir as vulnerabilidades da balança de pagamentos e eliminar o grande volume de atrasados internos.

**2. Este Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) complementar passa em revista os desenvolvimentos recentes e o desempenho do programa apoiado pelo acordo ECF e atualiza o memorando complementar relativo à segunda avaliação do programa, que foi aprovada pelo Conselho de Administração do FMI em 8 de dezembro de 2016.** Ele descreve a evolução macroeconómica recente, a implementação do programa apoiado pelo acordo ECF, as perspectivas e riscos económicos e as políticas macroeconómicas para o restante de 2017 e para 2018.

### DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES

**3. A atividade económica permaneceu estável, mas a inflação aumentou.** O PIB real cresceu 4,1% em 2016, e espera-se que continue a expandir à taxa de 4% em 2017. As importações de bens de investimento e produtos petrolíferos aumentaram em 30% e 25%, respetivamente, nos primeiros seis meses de 2017, enquanto as chegadas de turistas e as exportações de cacau mantiveram-se basicamente constantes no mesmo período. No conjunto do ano, é provável que o efeito do aumento de projetos com financiamento externo, conforme refletido pelo aumento das importações de bens de investimento, venha a ser moderado pela consolidação orçamental. Entretanto, perspetivam-se pressões sobre os preços, com a inflação homóloga a subir para 6,5% no final de agosto de 2017, em comparação com os 5,1% registados no final de dezembro de 2016, impulsionada sobretudo pelo aumento de preços dos bens produzidos localmente, em razão da pluviosidade acima do normal.

**4. O desempenho orçamental melhorou no primeiro semestre de 2017 após um ano de desafios em 2016.** O défice primário interno atingiu 4% do PIB em 2016 face à meta do programa de 2% do PIB, dado que os impostos sobre as importações de petróleo ficaram aquém em 1,5% do PIB e os cortes da despesa identificados durante a segunda avaliação não se materializaram. Desde então, o governo adotou medidas corretivas, incluindo aquelas identificadas durante a segunda

avaliação. Nos primeiros seis meses de 2017, medidas tributárias, incluindo um novo imposto sobre bebidas alcoólicas importadas, representaram quase 0,2% do PIB, ao passo que a despesa foi reduzida em 0,4 pontos percentuais do PIB face a 2016. Por conseguinte, no primeiro semestre de 2017, o défice orçamental primário situou-se em 1,4% do PIB, abaixo do teto programado de 1,5% do PIB.

**5. Contudo, o desempenho das receitas até agosto de 2017 foi consideravelmente mais fraco do que o esperado no orçamento, em grande medida devido a acontecimentos imprevistos.** As receitas fiscais das importações ficaram muito aquém do esperado, em parte devido ao declínio das importações de mercadorias chaves, como veículos; dos preços do petróleo mais baixos do que o projetado e do atraso no pagamento de cerca de 50 mil milhões de dobras devido pela ENCO. Acresce que a correção na fórmula de cálculo do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) aplicada este ano, embora necessária, teve também um impacto maior do que o esperado sobre a arrecadação. Em consequência, o défice primário interno agravou-se para 1,8% do PIB em agosto.

**6. A implementação do plano de redução dos atrasados continua a representar um desafio.** O governo não conseguiu efetuar o pagamento planeado de 63 mil milhões de dobras para eliminar os atrasados devidos à CST e a outros fornecedores em 2016 e acumulou novos atrasados no montante de 78 mil milhões de dobras em 2016. Entretanto, o stock da dívida pública com a ENCO foi revisto em alta em USD 12,7 milhões, passando para USD 53,1 milhões no final de 2015, depois de as faturas vencidas serem contabilizadas em dólares, de acordo com o contrato, em vez de em dobras. Numa nota positiva, a evolução favorável dos preços do petróleo reduziu o stock de atrasados do governo à ENCO em USD 11 milhões entre o final de 2015 e agosto de 2017.

<b>A pagar / atrasados internos 2015–17, Saldos</b>					
	2015	2016	2016	Jun-17	Jun-17
	Actual	Plano original	Actual	Plano original	Actual
Tesouro aos fornecedores	364,5	301,4	442,7	288,8	452,4
EMAE (STD bn)	0,0	0,0	55,1	0,0	51,6
CST (STD bn)	79,6	68,1	98,6	63,1	111,9
Outros fornecedores (STD bn)	284,9	233,3	288,9	225,7	288,9
Tesouro à ENCO (USD m)	53,1	52,1	43,9	...	41,9
EMAE à ENCO (USD m)	46,8	...	60,4	...	66,6

**7. No setor bancário, o excesso de liquidez é elevado e o crescimento de crédito permanece anémico.** A massa monetária (M3) diminuiu 4,4% em termos homólogos em junho de 2017, o que reflete o menor volume de ativos externos líquidos, ao passo que o crédito à economia interna cresceu 3,6% ao longo do mesmo período. Em junho, o banco central reduziu a sua taxa de juro de referência em 100 pontos base para 9% para estimular a atividade económica.

**8. O sistema bancário permanece bem capitalizado, mas os créditos malparados continuam elevados.** O rácio de adequação de fundos próprios ponderados pelo risco aumentou de 28% em 2016 para 30% em junho de 2017, bem acima do mínimo regulamentar de 12%. A contínua aplicação das regras de supervisão, incluindo a classificação apropriada de empréstimos de acordo com as normas, contribuiu para uma mais acurada mensuração do crédito malparado. Além disso, bancos com défice de capital injetaram capital adicional, de acordo com a regulamentação vigente. De forma geral registou-se uma ligeira melhoria da rentabilidade do sistema bancário.

**9. Houve um agravamento do saldo da conta corrente no primeiro semestre de 2017, após a evolução positiva em 2016, sobretudo em razão do aumento das importações de bens de investimento e produtos petrolíferos.** As exportações mantiveram-se constantes na generalidade no primeiro semestre de 2017, após o aumento de 8% registado em 2016, o qual beneficiou sobretudo da dispensa do visto obrigatório e do aumento do número de turistas. Por outro lado, as importações, que se mantiveram basicamente constantes em 2016, cresceram quase 10% no primeiro semestre de 2017. Entretanto, as reservas internacionais brutas aumentaram para USD 67 milhões (4,6 meses de importações), após registarem uma descida em 2016.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA

**10. O desempenho no primeiro semestre de 2017 foi positivo, ainda que as metas para o final de dezembro de 2016 não tenham sido cumpridas.** Especificamente, não foram cumpridos os critérios de desempenho para o final de dezembro de 2016 relativos ao défice orçamental primário e ao crédito bancário líquido à administração central. No entanto, as medidas corretivas implementadas, conforme discutido anteriormente, deram frutos, tendo sido cumprido o critério de desempenho para o final de junho de 2017 relativo ao défice primário interno. Foram também cumpridos os outros critérios de desempenho para o final de junho de 2017, relativos às reservas internacionais líquidas e ao crédito bancário líquido. Duas metas indicativas orçamentais para o final de junho de 2017 não foram cumpridas, nomeadamente a meta indicativa relativa às receitas fiscais e a meta indicativa referente à não acumulação de atrasados internos. O défice de receitas fiscais deveu-se ao pagamento parcial de direitos aduaneiros pela ENCO. O BCSTP também não cumpriu a meta indicativa relativa à base monetária em dobras. A meta para as despesas redutoras da pobreza deixou de ser cumprida por uma pequena margem, uma vez que o orçamento foi revisto em baixa enquanto a referida meta permaneceu inalterada (Tabela 1).

**11. Foram feitos progressos na implementação de reformas estruturais no âmbito do programa** (Tabela 2). O governo concluiu a avaliação da regulamentação e supervisão do BCSTP e

reforçou as atribuições do seu Conselho de Auditoria em conformidade com os padrões internacionais. O governo adotou igualmente um plano de reforma da Empresa de Água e Eletricidade (EMAE), consistente com a recuperação total de custos no médio prazo. Contudo, três indicadores de referência estruturais não foram cumpridos, sobretudo devido a limitações de capacidade e atrasos na prestação de assistência técnica (AT). São eles: a apresentação da lei do IVA à Assembleia Nacional, que deve ocorrer até ao final de 2017; a conclusão da avaliação da gestão PIMA do investimento público, para a qual o Banco Mundial está a elaborar uma versão simplificada e mais bem alinhada às nossas necessidades; e a apresentação de uma proposta de lei sobre parcerias público-privadas (PPP) à Assembleia Nacional, que deve ocorrer até ao final de 2017.

## PERSPETIVAS E RISCOS ECONÓMICOS

**12. As perspetivas económicas para 2017 e no médio prazo são favoráveis, apesar de alguns riscos.** Espera-se que o crescimento do PIB real se mantenha em 4% em 2017, registando uma média de cerca de 5,5% no médio prazo, apoiado pela atividade robusta na construção, na agricultura e no turismo. De destacar a expansão do aeroporto e a construção de estradas, com o apoio dos nossos parceiros de desenvolvimento. Esses projetos, que devem ser iniciados já em 2018, não apenas darão um impulso às atividades de construção, mas também lançarão as bases para o crescimento do turismo e do agroprocessamento. A inflação anual deve acelerar para 6% em 2017 e descer para cerca de 5% no médio prazo, à medida que os baixos preços internacionais dos alimentos e do petróleo compensam o impacto da fraca produção interna.

**13. Contudo, as perspetivas estão sujeitas a riscos consideráveis.** As incertezas relativas ao financiamento externo e ao menor número de turistas devido às limitações da capacidade do aeroporto e dos serviços podem enfraquecer as perspetivas de crescimento no médio prazo. A fraca capacidade de implementação interna pode atrasar a execução de reformas estruturais e o financiamento externo associado. As próximas eleições legislativas de julho de 2018 podem perturbar a implementação das políticas, dado que as pressões para uma despesa excessiva aumentam no período que antecede as eleições. O volume elevado de crédito malparado pode ameaçar a retoma recente da concessão de crédito, com consequências negativas para o crescimento económico.

## OBJETIVOS DE POLÍTICA PARA 2017–18

*As principais prioridades para 2017/18 serão a consolidação da estabilidade macroeconómica, a remoção dos estrangulamentos de natureza estrutural que travam o crescimento acelerado, sustentado e inclusivo, e o desenvolvimento do setor financeiro.*

## A. Política Orçamental

**14. O governo realizou sérios esforços para alinhar a trajetória orçamental com o programa na sequência das derrapagens em 2016.** Reconhecendo os excessos orçamentais em 2016, o governo não hesitou em introduzir no orçamento revisto de 2017 medidas do lado da receita que, segundo cálculos anteriores, gerariam cerca de 1% do PIB em receitas adicionais. Tais medidas incluem o aumento dos direitos aduaneiros sobre determinados bens importados e a redução da despesa com bens e serviços, transferências e projetos de capital. Contudo, como já se referiu, o desempenho das receitas até o final de agosto foi consideravelmente mais fraco do que o programado, e o aumento dos direitos aduaneiros sobre as bebidas alcoólicas, que entrou em vigor em junho, resultou numa diminuição expressiva do volume de importação desses produtos, parcialmente neutralizando os ganhos com a elevação dos impostos e com o novo imposto de consumo. O governo reconhece que, mantida a tendência atual, seriam necessárias medidas equivalentes a cerca de 2,4% do PIB em 2017, em relação ao orçamento revisto, para cumprir a meta fixada para o final de 2017.

**15. O governo identificou medidas adicionais para abordar o menor dinamismo das receitas fiscais em relação ao projetado** (ver tabela a seguir). De referir, em especial, os acordos firmados com a ENCO para efetuar o pagamento dos impostos em atraso e manter os pagamentos em dia em 2017 (cerca de 50 mil milhões de dobras). Foram também firmados acordos com dois grandes contribuintes privados e empresas públicas, com base nas auditorias fiscais, para o pagamento parcelado dos impostos em atraso acumulados até ao final de junho de 2017, incluindo o IRS retido na fonte sobre os salários dos empregados e o imposto sobre o consumo. Os grandes contribuintes privados já efetuaram pagamentos em julho e agosto equivalentes a cerca de 22 mil milhões de dobras, e outros 8,5 mil milhões de dobras serão pagos até ao final do ano; espera-se que as empresas públicas efetuem pagamentos no montante de 5 mil milhões de dobras em 2017. Esses acordos serão suportados por sanções mais rigorosas, nomeadamente a suspensão de transferências para institutos públicos em caso de incumprimento. Em simultâneo, foram identificados cortes de despesas totalizando 1,4% do PIB, dos quais 0,6% referem-se a despesas primárias correntes e 0,8% a despesas de capital não prioritárias. Tais cortes foram possíveis graças à cautela empregada na execução do orçamento até à data para acompanhar o ritmo de arrecadação de receitas. A aplicação estrita das medidas acima referidas garantirá a economia necessária. Está-se também a buscar acordos com outros contribuintes com atrasos significativos, pois isso poderia ajudar a criar uma margem de reserva para o cumprimento da meta.

<b>Impacto das medidas orçamentais</b> (em percentagem do PIB)	
	2017 Medidas adicionais
Ganhos na receita total	1,0
Pagamento de impostos de importação pela ENCO	0,8
Arrecadação de atrasados fiscais baseados nos acordos assinados	0,2
Total de cortes na despesa interna	1,4
Despesa primária corrente:	0,6
<i>da qual:</i> bens e serviços	0,2
transferências	0,3
Gastos de investimento	0,8
<b>Poupanças totais</b>	<b>2,4</b>

**16. Até ao final de 2017, o governo irá monitorizar atentamente as perspetivas relativas às receitas e ao apoio orçamental e continuará a comparar a despesa com o envelope de recursos disponível por forma a cumprir a meta referente ao défice primário interno.** Tal é especialmente importante à luz do adiamento (relativamente ao esperado na segunda avaliação) de dois desembolsos de USD 5 milhões do Banco Mundial em apoio ao programa, de 2017–18 para 2018–19, e à incerteza associada ao desembolso da UE de 4,5 milhões de euros igualmente em 2017. Para atenuar o impacto do desembolso adiado do Banco Mundial em 2017, o piso do financiamento interno foi elevado pelo equivalente a USD 3 milhões. O restante do défice será colmatado pela reprogramação da eliminação dos atrasados não pagos em 2016 para 2018–20, em vez de efetuar o pagamento integral em 2017. A acumulação de novos atrasados será evitada.

**17. A consolidação orçamental prosseguirá em 2018 e além, num ambiente de apoio orçamental externo escasso e de níveis de dívida elevados.** A apresentação à Assembleia Nacional de um orçamento para 2018, que está de acordo com o programa, é uma medida prévia para a conclusão combinada da terceira e quarta avaliações. Especificamente:

- A meta para o défice primário interno foi fixada em 1% do PIB, em vista da acumulação de dívida interna e da reprogramação da eliminação dos atrasados em 2017, bem como da perspetiva de donativos em apoio ao orçamento em montante mais reduzido do que se projetava à altura da segunda avaliação. Tal pressupõe o recebimento em 2018 de donativos em apoio ao orçamento no montante de USD 5 milhões do Banco Mundial e €3 milhões da UE, e nenhuma receita de privatização. O governo procurará realizar esta consolidação adicional através de várias medidas, nomeadamente a suspensão temporária do Artigo 74 do Código do IRS, que trata de correções no caso de retenção na fonte; a retenção na fonte do IRS sobre os salários nas transferências aos institutos públicos, como forma de garantir o pagamento das obrigações fiscais e obter ganhos totais da ordem

de 20 mil milhões de dobras; e a contenção do aumento das despesa correntes, em especial os salários, preservando os gastos sociais. Especificamente, a massa salarial nominal do setor público não acompanhará o crescimento do PIB. Os salários ficarão basicamente inalterados para liberar recursos para novas contratações, a fim de colmatar necessidades prioritárias nos setores de educação, saúde e segurança, a um custo de cerca de 0,2% do PIB, enquanto busca-se obter poupanças através da racionalização e maior eficiência nesses setores.

- O governo está também empenhado em compensar o atraso na eliminação dos atrasados junto aos fornecedores, de forma a recolocar o plano de eliminação de atrasados no bom caminho até 2020. Devido à insuficiência de receitas e de financiamento externo em 2017–18, o orçamento prevê agora pagamentos de atrasados no montante de cerca de 10 e 40 mil milhões de dobras em 2017 e 2018, respetivamente. Contudo, o governo considera o pagamento de atrasados altamente prioritário e privilegiará a eliminação de atrasados caso se materializem recursos adicionais, incluindo receitas de privatização, receitas fiscais ou apoio ao orçamento.

**18. A redução do risco orçamental representado pela empresa de serviços de utilidade pública, EMAE, continua a ter grande importância na agenda do governo.**

Os atrasados da EMAE à ENCO aumentaram USD 6 milhões, passando para USD 67 milhões durante o primeiro semestre de 2017, após um aumento de USD 14 milhões (4,25% do PIB) no ano passado. O governo, com o apoio do Banco Mundial e do Banco Europeu de Investimento (BEI), está a executar um projeto para ajudar a EMAE a conseguir a recuperação de custos no médio prazo com ênfase na melhoria da arrecadação, redução das perdas técnicas e investimentos intensivos em energias renováveis. Propõe-se um novo indicador de referência estrutural relativo à adoção de um plano de gestão financeira e um plano de produção de energia a preços mais baixos para que a EMAE alcance a sustentabilidade financeira a médio prazo.

**19. Para demonstrar o seu compromisso com a reforma da EMAE e a contenção de custos, em simultâneo à aplicação de soluções de médio prazo, o governo tomará medidas imediatas para realinhar a estrutura tarifária com vista a aumentar as receitas, reduzir os custos com pessoal da EMAE e definir metas de poupança da empresa.**

Para orientar a redução dos custos com pessoal, o governo solicitou ao Tribunal de Contas que conduzisse uma auditoria especializada dos níveis de emprego e salários da EMAE, para além da auditoria mais especializada de todo o setor empresarial do Estado que está a ser realizada com o apoio do Banco Mundial. O governo aplicará também outras medidas de reforma a curto prazo, nomeadamente:

- Assegurar que os ministérios e órgãos da administração pública paguem em dia as suas faturas de eletricidade;
- Firmar acordos de reestruturação com consumidores com pagamentos em atraso;
- Melhorar a qualidade dos serviços para obter o apoio do público a futuros aumentos nas tarifas;

- Aplicar a legislação apropriada para coibir e punir a fraude e o roubo de energia, com o corte do abastecimento e ações judiciais contra os infratores;
- Instalar medidores para todos os clientes da EMAE;
- Publicar a lista de devedores da EMAE;
- Alargar a cobertura do pagamento das faturas de eletricidade através do sistema bancário; e
- Promover programas de uso eficiente da energia.

**20. Fortalecer a mobilização de receitas internas através de reformas legislativas e da administração tributária, que prosseguirão em 2017 e 2018.** Dar-se-á ênfase à finalização do Código do IVA e à sua aprovação pela Assembleia da República, em paralelo à aprovação da Lei do Orçamento de 2018 em dezembro de 2017. O IVA será implementado no início de 2019. Nos termos do acordo de colaboração entre o Ministério das Finanças, do Comércio e da Economia Azul (MF) e o Departamento de Finanças Públicas (FAD) do FMI (no âmbito do projeto RMTF), o foco das reformas da administração incidirá sobre as seguintes áreas: i) contratação e formação de 25 novos funcionários; ii) a disponibilização de instalações adequadas, em termos de mobiliário e equipamentos informáticos, para toda a equipa técnica, incluindo os novos funcionários, até junho de 2018, iii) adoção de uma estrutura organizativa clara para a administração tributária, por linhas funcionais e/ou segmentos de contribuintes, até abril de 2018; iv) adoção de um sistema informático moderno com funcionalidades básicas, como a notificação automática de contribuintes não pagadores, a extração de dados estatísticos, a fiscalização e o apoio à supervisão até julho de 2018; e v) implementação de uma unidade de atendimento ao contribuinte e de um programa de educação do contribuinte até abril de 2018. Para melhorar a mobilização de receitas internas no médio prazo e em linha com as recomendações de AT do FAD de março de 2017 relativas à administração tributária, o governo implementará uma inspeção mais sistemática dos grandes contribuintes e uma cobertura mais abrangente da fiscalização de contribuintes através de um processo de seleção informático e de uma melhor gestão de risco.

**21. O governo continuará a reforçar a gestão das finanças públicas.** Com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), o governo concluiu um estudo de diagnóstico do Sistema Eletrónico da Administração Financeira do Estado (SAFE-e). O governo alargou também a supervisão à Inspeção Geral de Finanças e irá estendê-la ao Tribunal de Contas. Nesse contexto, o governo acelerará a apresentação das contas do Estado referentes a 2015 e 2016 ao Tribunal de Contas até dezembro de 2017. Para garantir o bom uso dos recursos, o governo avançará também para um quadro centralizado de monitorização e avaliação de projetos, o que será realizado através da priorização de projetos de capital e da adoção do quadro de avaliação da gestão do investimento público e de quadros orçamental e de despesas de médio prazo. Será necessária AT adicional nessa área. O governo implementará as recomendações de uma missão recente de AT do FMI sobre gestão das finanças públicas, com o reforço da previsão das receitas e a garantia da coerência entre a programação financeira e o quadro macroeconómico na preparação e gestão do orçamento, e limitará a acumulação de atrasados.

**22. As reformas estruturais para reforçar a posição orçamental serão aceleradas para permitir o acesso a financiamento adicional de parceiros de desenvolvimento.** O governo continua empenhado em aplicar eficazmente o mecanismo de ajuste automático de preços dos combustíveis. A proposta de lei sobre as parcerias público-privadas (PPP) será também concluída e submetida à Assembleia Nacional para aprovação antes do final do ano (*indicador de referência estrutural para o final de junho de 2017*). O governo tomou medidas no sentido de reduzir os atrasados. As telecomunicações pós-pagas foram eliminadas e os serviços pré-pagos foram reduzidos, o que baixou em mais de 20% a conta telefónica do governo. As recomendações do grupo de trabalho para avaliar os limites apropriados de consumo de água e eletricidade em diferentes unidades do governo serão adotadas no orçamento de 2018.

## B. Políticas Monetárias e Financeiras

**23. O BCSTP está empenhado em continuar a melhorar a gestão e a previsão da liquidez.** Foram tomadas medidas para desenvolver o mercado de títulos e, atualmente, o BCSTP está a alterar os regulamentos com vista a permitir a criação de um mercado secundário e de instrumentos de mais longo prazo. O BCSTP está também a trabalhar em estreita colaboração com o Tesouro para melhorar as necessidades de previsão da liquidez e informar o calendário e o montante da emissão de novos títulos. As previsões serão atualizadas regularmente e utilizadas de forma sistemática na tomada de decisões em matéria de gestão de liquidez. Será também elaborado um calendário da emissão de obrigações do Tesouro alinhado com os planos de tesouraria e de endividamento público. Para estimular o desenvolvimento do mercado monetário, o BCSTP irá rever o funcionamento do mercado, avaliar as experiências com a emissão de títulos com diferentes taxas, maturidades e montantes, e explorar abordagens de mercado na determinação das taxas.

**24. O BCSTP procederá à redenominação da moeda nacional a partir de 1 de janeiro de 2018.** Em vista do êxito na redução da inflação desde a adoção da paridade fixa com o euro, o banco central procederá ao corte de três zeros da dobra (a paridade atual é 24.500 dobras por euro) e emitirá novas notas e moedas que entrarão em circulação no próximo ano. As novas notas terão características de segurança inovadoras para coibir a contrafação, e a taxa de câmbio após a redenominação será de 24,50 dobras por 1 euro. O BCSTP deu início a uma ampla campanha de sensibilização através do rádio, da televisão, de cartazes publicitários, oficinas e seminários, bem como das redes sociais, para facilitar a transição e apoiar este plano de reforma monetária.

**25. O BCSTP continuará a reduzir as vulnerabilidades do setor bancário através da monitorização frequente e de uma supervisão melhorada.** O banco central realizou avaliações da qualidade dos activos que resultaram em correctas reclassificações e no aumento do nível de crédito malparado. Dado os seus principais objectivos de promover a estabilidade financeira e a eficiência da intermediação financeira, o BCSTP está fazendo um esforço intensivo e concertado para a aplicação de três importantes instrumentos, nomeadamente o Plano de Implementação para o Desenvolvimento do Setor Financeiro (PIDSF), o Plano Estratégico do BCSTP e a Estratégia de Redução dos Créditos Malparados. Espera-se, assim, alcançar um nível adequado de desenvolvimento do setor financeiro para que ele contribua para o crescimento e o

desenvolvimento do país. Nesse contexto, o BCSTP irá intensificar a supervisão do sistema bancário com base no risco e acompanhar atentamente os bancos vulneráveis em busca de sinais de possível insolvência. Além disso, os esforços continuarão a orientar-se para a redução do nível elevado de créditos malparados no sector bancário. Espera-se ainda no âmbito das reformas preconizadas facilitar mecanismos, nomeadamente a venda ou a reestruturação de empréstimos e a monetização de garantias através do desenvolvimento do mercado, da reforma dos regimes de execução de dívidas e de insolvência, da introdução de resoluções extrajudiciais e da melhoria da capacidade dos bancos de monitorizar os créditos malparados e o risco de crédito dos clientes através de uma versão atualizada do sistema de registo de crédito.

**26. O governo continuará a monitorizar a liquidação do Banco Equador com o objetivo de quantificar monetariamente os restantes ativos do banco e minimizar o custo orçamental.**

Após os atrasos causados pela greve no sistema judiciário, o liquidatário foi empossado em setembro de 2017 e adotou mecanismos para dar início ao trabalho envolvido no processo de liquidação. Sob a jurisdição dos tribunais, o liquidatário utilizará o produto líquido da liquidação para o reembolso dos custos de encerramento do banco, de acordo com a gradação dos créditos, prevista na legislação civil.

**27. Os planos estão avançados para a realização de um exame da qualidade dos ativos (EQA) do sistema bancário com o apoio do Banco Mundial (indicador de referência estrutural, final de dezembro de 2017).**

O BCSTP finalizou os termos de referência para a EQA após receber os comentários do Banco Mundial e do FMI, e em setembro de 2017 lançou o concurso para a seleção de consultores externos para realizar a avaliação. A conclusão da EQA está agora planeada para o final de junho de 2018 devido a atrasos na identificação dos financiamentos.

**28. O BCSTP está a implementar as recomendações da última avaliação de salvaguardas.**

Foi instituída a fiscalização independente dos mecanismos de auditoria, controlos internos e reporte financeiro no BCSTP. Ademais, o Regulamento do Conselho de Auditoria do BCSTP foi revisto à luz das recomendações do Departamento Financeiro do FMI e aprovado em março de 2017 (*indicador de referência estrutural para o final de dezembro de 2016*). A implementação das normas de relato financeiro foi adiada devido a dificuldades em receber a AT planeada do Banco Central do Brasil. Contudo, o BCSTP está a adotar progressivamente certas políticas contabilísticas que se alinham às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS), nomeadamente a adoção cabal do regime de competência dos ativos registro, a reclassificação de itens da demonstração financeira, e a reconfiguração do sistema informático para ajustá-lo às novas regras de apresentação e divulgação. O banco central continuará a coordenar com o FMI as modalidades de AT disponíveis nesta área.

## C. Políticas do Setor Externo

**29. O governo buscará obter donativos e empréstimos em condições concessionais para reduzir o risco de sobre-endividamento.** A análise da sustentabilidade da dívida demonstra que o risco de sobre-endividamento é elevado e que os rácios do valor atual da dívida face ao PIB,

exportações e receitas ultrapassam os seus limiares na projeção inicial, mas ficam abaixo dos limiares no longo prazo graças a políticas orçamentais prudentes. O governo dará seguimento ao seu programa de consolidação orçamental e trabalhará no sentido de diversificar a economia e expandir a base de exportações. Além disso, o governo limitará o crédito concessional a cerca de 4% do PIB no médio prazo e evitará contrair empréstimos em condições não concessionais, para ajudar a reduzir o risco elevado de sobre-endividamento e garantir a sustentabilidade da dívida. O governo obteve alívio da dívida no montante de USD 18,4 milhões com a assinatura do Acordo Económico com a China e está a buscar ativamente acordos de reestruturação da dívida com Angola, o Brasil, e a Guiné Equatorial.

<b>Plano de Endividamento 2017–19</b> (Milhões de USD)		
Nova dívida PPG contraída ou garantida	2017	
	Volume <sup>1/</sup>	Valor atual <sup>1/</sup>
<b>Fontes de financiamento da dívida</b>	22,0	14,3
Dívida concessional da qual <sup>2/</sup>	22,0	14,3
Dívida não concessional da qual <sup>2/</sup>	0,0	0,0
Dívida semi-concessional <sup>3/</sup>	0,0	0,0
Termos comerciais <sup>4/</sup>	0,0	0,0
<b>Utilizações do financiamento da dívida</b>	22,0	14,3
<i>Itens do memorando</i>		
Projeções indicativas		
2018	17,0	11,1
2019	18,0	11,7
<sup>1/</sup> Contratação e garantia de nova dívida. O atual valor da dívida é calculado usando os termos dos empréstimos individuais e aplicando a taxa de desconto do programa de 5%. <sup>2/</sup> Dívida com um elemento de donativo que não excede o limite mínimo. Normalmente, este mínimo é 35%, mas poderá ser mais elevado. <sup>3/</sup> Dívida com um elemento de donativo positivo que não cumpre o elemento de donativo mínimo. <sup>4/</sup> Dívida sem um elemento de donativo positivo. Relativamente à dívida comercial, o atual valor seria definido como o valor nominal/facial.		

**30. O governo implementará medidas para reforçar a gestão da dívida, melhorar a gestão da atual carteira de empréstimos e gerir a contratação de novos empréstimos.**

A Assembleia Nacional aprovou uma versão atualizada da estratégia de gestão da dívida a médio prazo, juntamente com o orçamento de 2017, que está em linha com os objetivos supracitados. Em novembro de 2016, com o apoio do Banco Mundial, foi concluída uma nova avaliação DeMPA do desempenho na gestão da dívida. Constatou-se que houve alguns progressos desde a avaliação de 2011, nomeadamente a aprovação de uma lei da dívida pública em 2013, a formulação de uma estratégia de gestão da dívida a médio prazo e o desenvolvimento de um mercado para os Bilhetes do Tesouro. Entre as principais recomendações da avaliação DeMPA, destacam-se a melhoria das projeções sobre o serviço da dívida, a realização de análises de risco, a divulgação de informações mais pormenorizadas sobre o stock da dívida e a migração da base de dados da plataforma Excel para CS-DRMS.

**31. O governo obteve um donativo da China que complementar o empréstimo concedido pelo Kuwait para financiar as obras do Hospital Dr. Ayres Menezes.** O elemento de subvenção do pacote de financiamento é muito superior ao limiar de 35% exigidos no programa. O empréstimo do Kuwait propriamente dito tem um elemento de subvenção de 34%. Este projeto trará enormes benefícios para a população em termos de melhoria dos serviços de saúde.

## D. Implementação de Outras Reformas Estruturais

### Ambiente de negócios

**32. O governo está empenhado em criar um ambiente conducente ao desenvolvimento do setor privado.** Para o efeito, a nossa agenda de reformas estruturais dá prioridade à diversificação e à competitividade de custos das exportações para apoiar o crescimento e a estabilidade externa. O governo está a trabalhar com o Banco Mundial para finalizar uma estratégia nacional de diversificação das exportações (*indicador de referência estrutural para o final de dezembro de 2017*) centrada no crescimento sustentável do turismo. Além disso, o governo está a desenvolver estratégias para abordar a falta de fiabilidade do fornecimento de eletricidade e os elevados custos da produção energética, nomeadamente através do desenvolvimento de fontes de energia mais baratas. Conforme discutido anteriormente, o governo dará continuidade aos planos de reestruturação da EMAE, eliminação dos subsídios cruzados e aplicação de tarifas de eletricidade que assegurem a recuperação total dos custos.

### Redução da pobreza

**33. O nosso Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2017–21, que sucede a segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP II, 2012–16) descreve em pormenor a nossa estratégia de desenvolvimento a médio prazo.** O plano está alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável e continua a atribuir prioridade absoluta à redução da pobreza como foco das várias políticas públicas que visam melhorar as condições de vida da população. Os dois pilares do PND—1) a aceleração do crescimento económico sustentável (gerador de emprego, redutor da pobreza e promotor da segurança alimentar) e 2) o reforço da coesão social e da

credibilidade externa do país — são o foco deste plano de cinco anos que sustenta a Agenda de Transformação mais alargada e de mais longo prazo (no horizonte 2030) e a Visão "São Tomé e Príncipe 2030: O País que queremos construir". As prioridades de desenvolvimento são: i) a estabilidade política; ii) o crescimento económico sustentável; iii) uma educação de qualidade acessível a todos; iv) um Estado forte e moderno e uma democracia mais sólida; v) infraestruturas adequadas para a promoção do desenvolvimento nacional; vi) um sistema de cobertura nacional de qualidade em matéria de saúde; vii) empregos decentes; viii) uma justiça funcional e acessível a todos; e ix) uma segurança alimentar e nutritiva. Com base nos ensinamentos da implementação da ENRP II, dentre os quais se destaca a fragilidade dos mecanismos de seguimento e avaliação, foram instituídos diversos comités de seguimento para monitorizar o desempenho.

### **Desenvolvimento das capacidades**

**34. O desenvolvimento das capacidades continua a representar uma prioridade do governo e necessitará da assistência continuada do FMI.** As principais áreas de desenvolvimento de capacidades incluem a mobilização de receitas internas, a gestão das finanças públicas, a gestão do investimento público, a gestão da dívida pública e a regulamentação e supervisão do setor financeiro. Registaram-se progressos significativos decorrentes de missões de AT bem direcionadas, sobretudo na forma de visitas de peritos de curto prazo que proporcionaram o tão necessário suporte prático. Foram iniciadas algumas reformas bem-sucedidas, incluindo a implementação de um mecanismo de ajuste automático de preços dos combustíveis, a aprovação da lei de resolução bancária e a introdução do mercado interbancário. Contudo, a capacidade interna limitada retardou a implementação das recomendações da AT, sendo necessário prolongar o suporte prático. O governo continuará a trabalhar com o FMI e outros parceiros de desenvolvimento para alcançar os seus objetivos no domínio da capacitação. Especialmente útil será o acompanhamento prático alargado da implementação das recomendações da AT para melhorar o respetivo impacto.

### **E. Estatísticas**

**35. Prosseguirão os esforços para corrigir as deficiências em matéria de dados relativos às estatísticas económicas.** Há margem para promover melhorias nas estatísticas da balança de pagamentos e alargar a cobertura da posição de investimento internacional. O Instituto Nacional de Estatística (INE) concluiu o rebaseamento das contas nacionais para o ano-base 2008 e o desenvolvimento de um novo IPC, que reflete as flutuações de preços de um cabaz de bens e serviços mais alargado, tendo como ano-base 2014. Os próximos passos serão a ligação das séries do PIB antes e depois de 2008 e das séries do IPC antes e depois de 2014, bem como a melhoria das estatísticas com o desenvolvimento de dados sobre as componentes do PIB do lado da procura e do PIB trimestral, incluindo indicadores de alta frequência da atividade económica.

## MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA

**36. Os critérios de desempenho, metas indicativas e indicadores de referência estruturais para o restante de 2017 e para 2018 são apresentados nas Tabelas 3 e 4.**

Solicitamos a prorrogação do programa até ao final de 2018 e a correspondente reprogramação das metas para que tenhamos mais tempo para executar as reformas necessárias para alcançar os objetivos do programa de promover o crescimento sustentável e reduzir a pobreza. Os critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas são definidos no MTE anexo, que também define o âmbito e a frequência dos dados que serão transmitidos para fins de monitorização do programa. Espera-se que a quinta avaliação seja concluída em ou depois de 15 de abril de 2018, e a sexta avaliação em ou depois de 15 de outubro de 2018.

## Tabela 1a. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2016, Dados Preliminares

(Em mil milhões de dobras, acumulados desde o início do ano, salvo indicação em contrário)

	2016					
	Setembro		Dezembro			Situação
	Meta Indicativa	Actual	Critério de Desempenho <sup>1</sup>	Critério de Desempenho com ajustamentos	Actual	
<b>Critérios de Desempenho:</b>						
Piso do saldo primário interno (como definido no MTE) <sup>2</sup>	-100	-250	-155	-155	-314	Não concluído
Teto da variação do financiamento interno líquido do Governo Central (à taxa de câmbio do programa) <sup>3, 4, 5</sup>	0	220	0	-61	84	Não concluído
Piso das reservas internacionais líquidas do Banco Central (milhões de USD) <sup>2, 4</sup>	51	50	49	46	51	Concluído
Teto do stock de atrasados de pagamentos externos do Governo Central (milhões de USD) <sup>5, 6, 7, 8</sup>	0	0	0	...	0	Concluído
Teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo Governo Central ou pelo BCSTP (milhões de USD) <sup>5, 6, 7, 8, 9</sup>	0	0	0	...	0	Concluído
Teto do stock da dívida externa com vencimento original inferior ou igual a um ano devida ou garantida pelo Governo Central ou pelo BCSTP (stock, USD milhões) <sup>5, 7, 8, 9</sup>	0	0	0	...	0	Concluído
<b>Metas Indicativas:</b>						
Teto das alterações dos novos atrasados internos do Governo Central	0	-8	0	...	55	Não concluído
Teto do stock da base monetária em dobras <sup>10</sup>	1.102	1.402	1.465	...	1.492	Não concluído
Piso das despesas em favor dos pobres	359	409	448	...	482	Concluído
Piso das receitas fiscais	783	562	1.170	...	949	Não concluído
<b>Por memória:</b>						
Contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo Governo Central ou pelo BCSTP (milhões de USD) <sup>5, 7, 8, 11</sup>	14	3	18	...	15	
Transferência da CNP para o Orçamento (USD milhões)	1,6	2,1	1,6	...	2,0	
Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa <sup>12</sup>	107	115	233	...	146	
Apoio externo oficial ao programa <sup>12</sup>	88	196	205	...	194	
Gastos de investimento financiados pelo Tesouro	50	40	101	...	50	

Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe; e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> O desempenho na data de teste de Dezembro de 2016 é analisado na terceira avaliação.

<sup>2</sup> O piso será ajustado em alta ou em baixa de acordo com as definições do MTE.

<sup>3</sup> O teto será ajustado em baixa ou em alta de acordo com as definições do MTE.

<sup>4</sup> Excluindo a Conta Nacional de Petróleo (CNP) no Banco Central.

<sup>5</sup> O termo "Governo Central" é definido conforme o parágrafo 5 do MTE, que exclui as operações das empresas estatais.

<sup>6</sup> Este critério será avaliado como um critério de desempenho contínuo.

<sup>7</sup> O termo externa/externos é definido com base na residência do credor, conforme indicado no parágrafo 5 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014).

<sup>8</sup> Este critério de desempenho ou por memória aplica-se não apenas à dívida conforme definida no parágrafo 8 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido. Mais detalhes sobre a definição de dívida e de atrasados de pagamentos externos podem ser encontrados nos parágrafos 6 e 15 do MTE.

<sup>9</sup> Só se aplica a dívida com um elemento de donativo inferior a 35 por cento. Mais detalhes podem ser encontrados no parágrafo 17 do MTE.

<sup>10</sup> Proposta para alterar para um item do memorando.

<sup>11</sup> Só se aplica a dívida com um componente de donativo de pelo menos 35 por cento.

<sup>12</sup> Conforme definido no MTE valor à taxa de câmbio do programa.

### Tabela 1b. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2017, Dados Preliminares (conclusão)

(Em mil milhões de dobras, acumulado desde o início do ano, salvo indicação em contrário)

	2017					
	Março		Junho			Situação
	Meta Indicativa	Actual	Critério de Desempenho <sup>1</sup>	Critério de Desempenho com ajustamentos	Actual	
<b>Critérios de Desempenho:</b>						
Piso do saldo primário interno (como definido no MTE) <sup>2</sup>	-74	-98	-124	...	-115	Concluído
Teto da variação do financiamento interno líquido do Governo Central (à taxa de câmbio do programa) <sup>3,4,5</sup>	0	17	0	...	-46	Concluído
Piso das reservas internacionais líquidas do Banco Central (milhões de USD) <sup>2,4</sup>	50	52	50	...	54	Concluído
Teto do stock de atrasados de pagamentos externos do Governo Central (milhões de USD) <sup>5,6,7,8</sup>	0	0	0	...	0	Concluído
Teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo Governo Central ou pelo BCSTP (milhões de USD) <sup>5,6,7,8,9</sup>	0	0	0	...	0	Concluído
<b>Metas Indicativas:</b>						
Teto das alterações dos novos atrasados internos do Governo Central	0	0	0	...	12	Não concluído
Teto do stock da base monetária em dobras <sup>10</sup>	1,206	1,474	1,254	...	1,415	Não concluído
Piso das despesas em favor dos pobres	171	169	301	...	289	Não concluído
Piso das receitas fiscais	206	234	520	...	508	Não concluído
<b>Por memória:</b>						
Contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo Governo Central ou pelo BCSTP (milhões de USD) <sup>5,7,8,11</sup>	22	0	22	...	2	
Transferência da CNP para o Orçamento (USD milhões)	2.3	3	2.3	...	3	
Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa <sup>12</sup>	33	61	49	...	83	
Apoio externo oficial ao programa <sup>12</sup>	0	0	8	...	0	
Gastos de investimento financiados pelo Tesouro	25	9	25	...	15	

Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe; e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> O desempenho na data de teste de Junho de 2017 é analisado na quarta avaliação.

<sup>2</sup> O piso será ajustado em alta ou em baixa de acordo com as definições do MTE.

<sup>3</sup> O teto será ajustado em baixa ou em alta de acordo com as definições do MTE.

<sup>4</sup> Excluindo a Conta Nacional de Petróleo (CNP) no Banco Central.

<sup>5</sup> O termo "Governo Central" é definido conforme o parágrafo 5 do MTE, que exclui as operações das empresas estatais.

<sup>6</sup> Este critério será avaliado como um critério de desempenho contínuo.

<sup>7</sup> O termo externa/externos é definido com base na residência do credor, conforme indicado no parágrafo 5 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014).

<sup>8</sup> Este critério de desempenho ou por memória aplica-se não apenas à dívida conforme definida no parágrafo 8 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido. Mais detalhes sobre a definição de dívida e de atrasados de pagamentos externos podem ser encontrados nos parágrafos 6 e 13 do MTE.

<sup>9</sup> Só se aplica a dívida com um elemento de donativo inferior a 35 por cento. Mais detalhes podem ser encontrados no parágrafo 17 do MTE.

<sup>10</sup> Proposta para alterar para um item do memorando.

<sup>11</sup> Só se aplica a dívida com um componente de donativo de pelo menos 35 por cento.

<sup>12</sup> Conforme definido no MTE valor à taxa de câmbio do programa.

**Tabela 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Referência Estruturais no Âmbito do Programa ECF, Dezembro de 2016 – Junho de 2017**

Objetivos e Medidas Políticas	Calendário	Racional Macro	AT	Situação
<b>Reforço das Finanças Públicas</b>				
Adotar um plano de reforma da EMAE (Empresa Pública de Água e Eletricidade) para garantir a total recuperação de custos.	Final de Dezembro de 2016	Apoiar o plano de regularização de atrasados.	Com o apoio do Banco Mundial e da EU	Concl.
Enviar à Assembleia Nacional a nova Lei do IVA.	Final de Dezembro de 2016	Apoiar a introdução do IVA.	Futura AT FAD/LEG	Não concl. <i>(Proposta para realizar numa data posterior)</i>
Concluir a Avaliação da Gestão dos Investimentos Públicos (PIMA) e enviar ao corpo técnico um plano de reforma para o reforço das práticas de gestão dos investimentos públicos.	Final de Dezembro de 2016	Reforçar a capacidade para um processo de tomada de decisão do investimento público eficiente.	Com o apoio do Banco Mundial	Não concl. <i>(O Banco Mundial apresentará uma racionalização da PIMA mais adequada às necessidades de STP.)</i>
Apresentar à Assembleia Nacional um projeto de lei sobre as parcerias público-privadas (PPP).	Final de Junho de 2017	Reforçar a capacidade para um processo de tomada de decisão do investimento público eficiente.	Sem AT	Não concl. <i>(Projecto de Lei das PPP já foi elaborado mas ainda não foi apresentado à Assembleia Nacional.)</i>
<b>Melhorar a Política Monetária e a Estabilidade Financeira</b>				
Estabelecer um Conselho de Auditoria para o BCSTP que desempenhe um papel semelhante a uma Comissão de Auditoria Convencional, com responsabilidades pela supervisão dos mecanismos de auditoria interna e externa e pelo reporte financeiro.	Final de Dezembro de 2016	Melhorar a supervisão independente dos mecanismos de auditoria e controlo.	Sem AT	Implementado com atraso (Março de 2017).
Concluir a avaliação da regulamentação e da supervisão, em vez de uma avaliação exaustiva, do cumprimento dos Princípios de Basileia.	Final de Dezembro de 2016	Melhorar a robustez do sistema financeiro.	TA MCM	Concl.

**Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2017–18, Dados Preliminares**

(Em mil milhões de dobras, acumulado desde o início do ano, salvo indicação em contrário)

	2017			2018		
	Setembro	Dezembro		Março	Junho	Dezembro
	Meta Indicativa 2ª Avaliação	Critério de Desempenho <sup>1</sup> 2ª Avaliação	Revisto	Meta Indicativa	Critério de Desempenho <sup>1</sup> Proposto	Meta Indicativa
<b>Critérios de Desempenho:</b>						
Piso do saldo primário interno (como definido no MTE) <sup>2</sup>	-173	-152	-152	-48	-90	-97
Teto da variação do financiamento interno líquido do Governo Central (à taxa de câmbio do programa) <sup>3, 4, 5</sup>	0	0	66	50	75	65
Piso das reservas internacionais líquidas do Banco Central (milhões de USD) <sup>2, 4</sup>	50	54	51	52	52	54
Teto da acumulação de novos atrasados de pagamentos externos do Governo Central (milhões de USD) <sup>5, 6, 7, 8</sup>	0	0	0	0	0	0
Teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo Governo Central ou pelo BCSTP (milhões de USD) <sup>5, 6, 7, 8, 9</sup>	0	0	0	0	0	0
<b>Metas Indicativas:</b>						
Teto das alterações dos novos atrasados internos do Governo Central	0	0	0	0	0	0
Teto do stock da base monetária em dobras <sup>10</sup>	1,290	1,540	...	...	...	...
Piso das despesas em favor dos pobres	417	501	501	188	289	551
Piso das receitas fiscais	817	1,237	1,066	238	535	1,211
<b>Por memória:</b>						
Contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo Governo Central ou pelo BCSTP (milhões de USD) <sup>5, 7, 8, 11</sup>	22	22	22	17	17	17
Transferência da CNP para o Orçamento (USD milhões)	2.3	2.3	2.3	1.5	1.5	1.5
Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa <sup>12</sup>	58	107	55	34	68	136
Apoio externo oficial ao programa <sup>12</sup>	8	205	147	45	85	218
Donativos para apoio orçamental	...	...	110	45	66	181
Gastos de investimento financiados pelo Tesouro	25	94	27	6	13	28
Teto da base monetária em Dobras (stock)	...	...	...	1,553	1,578	1,574

Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe; e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> O desempenho nas datas de teste de Dezembro de 2017 e Junho de 2018 será avaliado na quinta e sexta avaliações, respetivamente.

<sup>2</sup> O piso será ajustado em alta ou em baixa de acordo com as definições do MTE.

<sup>3</sup> O teto será ajustado em baixa ou em alta de acordo com as definições do MTE.

<sup>4</sup> Excluindo a Conta Nacional de Petróleo (CNP) no Banco Central.

<sup>5</sup> O termo "Governo Central" é definido conforme o parágrafo 5 do MTE, que exclui as operações das empresas estatais.

<sup>6</sup> Este critério será avaliado como um critério de desempenho contínuo.

<sup>7</sup> O termo externa/externos é definido com base na residência do credor, conforme indicado no parágrafo 5 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014).

<sup>8</sup> Este critério de desempenho ou por memória aplica-se não apenas à dívida conforme definida no parágrafo 8 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido. Mais detalhes sobre a definição de dívida e de atrasados de pagamentos externos podem ser encontrados nos parágrafos 6 e 13 do MTE.

<sup>9</sup> Só se aplica a dívida com um elemento de donativo inferior a 35 por cento. Mais detalhes podem ser encontrados no parágrafo 17 do MTE.

<sup>10</sup> Proposta para alterar para um item do memorando.

<sup>11</sup> Só se aplica a dívida com um componente de donativo de pelo menos 35 por cento.

<sup>12</sup> Conforme definido no MTE valor à taxa de câmbio do programa, exclui as amortizações HIPC.

**Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Referência Estruturais no Âmbito do Programa ECF, Dezembro de 2017 – Junho de 2018, Dados Preliminares**

<b>Objetivos e Medidas Políticas</b>	<b>Calendário</b>	<b>Racional Macro</b>	<b>AT</b>
<b>Ação prévia</b>			
Adoptar um orçamento de 2018 consistente com os parâmetros do programa ( <i>proposto recentemente, ¶17</i> ).	Final de Novembro de 2017	Demonstrar compromisso para com a consolidação fiscal.	Sem AT
<b>Reforço das Finanças Públicas</b>			
Adoptar medidas imediatas para conter as despesas da EMAE ( <i>proposta recentemente, ¶19</i> ).	Final de Dezembro de 2017	Conter o risco fiscal.	Sem AT
Adoptar um plano de gestão financeira e um plano de produção de energia a preços mais baixo para a EMAE ( <i>proposta recentemente, ¶18</i> ).	Final de Junho 2018	Conter o risco fiscal.	Com o apoio do Banco Mundial
Apresentar à Assembleia Nacional a nova Lei do IVA ( <i>proposta para apresentar numa data posterior</i> ).	Final de Junho 2018	Apoiar a introdução do IVA.	Futura AT FAD/LEG
Apresentar à Assembleia Nacional um projeto de lei sobre as parcerias público-privadas (PPP) ( <i>proposta para apresentar numa data posterior</i> ).	Final de Dezembro de 2017	Reforçar a capacidade para um processo de tomada de decisão do investimento público eficiente.	Sem AT
<b>Melhorar a Política Monetária e a Estabilidade Financeira</b>			
Realizar uma avaliação da qualidade dos activos dos bancos detalhada e independente. ( <i>proposta para apresentar numa data posterior</i> ).	Final de Junho 2018	Apoiar a estabilidade e crescimento do sector financeiro.	Com o apoio do Banco Mundial
<b>Facilitar a actividade empresarial</b>			
Elaborar e enviar à Assembleia Nacional o documento de Estratégia Nacional de Diversificação das Exportações.	Final de Junho de 2018	Promover a diversificação económica e as oportunidades de emprego.	Com o apoio do Banco Mundial

## Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento, Novembro de 2017

**1. O presente Memorando Técnico de Entendimento (MTE) contém definições e mecanismos de ajustamento para clarificar a medição dos critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas incluídos na Tabela 3,** anexa ao Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2017 e 2018. Salvo indicação em contrário, todos os critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas serão avaliados em termos de fluxos acumulados a partir do início de cada ano civil.

**2. A taxa de câmbio do programa** para efeitos do presente MTE<sup>1</sup> será de 20.299 dobras por dólar dos Estados Unidos, 24.500 dobras por euro e 29.236 dobras por DSE para 2017 e 2018.

### FORNECIMENTO DE DADOS AO FMI

**3. Os dados relativos a todas as variáveis sujeitas a critérios de desempenho e metas indicativas serão fornecidos ao corpo técnico do FMI com a frequência descrita abaixo** (parágrafo 24), com um desfasamento não superior a quatro semanas para os dados relativos às reservas internacionais líquidas do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) e a seis semanas para outros dados. Quaisquer revisões de dados serão transmitidas de imediato pelas autoridades ao corpo técnico do FMI. As autoridades consultarão o corpo técnico do FMI, à medida do necessário, sobre como medir e reportar variáveis relevantes para avaliar o desempenho relativamente aos objetivos do programa, mas que não constam especificamente no presente Memorando. Os critérios de desempenho incluídos no programação definidos a seguir, especificamente: i) o limite inferior (piso) do saldo primário interno; ii) o limite superior (teto) da variação do financiamento bancário líquido do governo central; iii) o piso de reservas internacionais líquidas do banco central, iv) o teto do saldo de atrasados de pagamentos externos do governo central e v) o teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo governo central ou o BCSTP.

### DEFINIÇÕES

**4. Para efeitos do presente MTE, externo e interno** serão definidos com base no princípio de residência.

**5. O governo central, para efeitos do presente MTE,** inclui todos os ministérios, gabinetes e entidades governamentais e outros organismos que constituem agências ou instrumentos da autoridade central de São Tomé e Príncipe. O governo central não inclui as operações do sector empresarial público.

---

<sup>1</sup> Este dado refere-se ao ponto médio das taxas de câmbio publicadas na página do BCSTP na internet no último dia de 2014.

**6. O termo dívida define-se em conformidade com o parágrafo 8 das Directrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adoptadas através da Decisão n.º 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de Dezembro de 2014).**

“Por ‘dívida’ entende-se um passivo corrente, ou seja, não contingente, criado por via contratual mediante a provisão de valor na forma de activos (incluindo moeda) ou serviços, e que requeira que o devedor realize um ou mais pagamentos na forma de activos (incluindo moeda) ou serviços, em data(s) futura(s); tais pagamentos serão de liquidação do capital e juros decorrentes da obrigação contratual.”

**7. A receita interna do Governo (excluindo receitas petrolíferas)** inclui todas as receitas fiscais e não fiscais do Governo (em moeda nacional e estrangeira), excepto: 1) donativos externos, 2) receitas da venda local de donativos em espécie (por exemplo, o petróleo bruto recebido da Nigéria, a ajuda alimentar, etc.) e 3) quaisquer fluxos de entrada brutos para o Governo relacionados com os pagamentos dos bónus de assinatura do petróleo e com os juros acumulados na Conta Nacional do Petróleo (CNP). As receitas serão calculadas em base de caixa conforme apresentado na Tabela de Operações Financeiras do Estado elaborada pelas Direcções do Orçamento e do Tesouro do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul.

**8. A despesa primária interna** abrange todas as despesas do Governo avaliadas na base de compromissos, excluindo: 1) as despesas de capital financiadas por empréstimos concessionais e donativos externos para projectos e 2) os pagamentos de juros programados. A divulgação de dados sobre as despesas internas do Governo será baseada no relatório de execução do Orçamento do Estado elaborado mensalmente pelas Direcções do Orçamento e do Tesouro do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul. A porção dos donativos da UE em apoio ao orçamento que será utilizada para financiar despesas de capital nas áreas ligadas à condicionalidade dos donativos, nomeadamente na melhoria do abastecimento de água e saneamento, é tratada como donativos para projectos.

<b>Apoio externo oficial ao programa</b>				
	2017	2018 S1	2018	Unidade monetária
Donativos projectados em apoio ao orçamento				
Banco Mundial	0,0	2,5	5,0	milhões de USD
União Europeia	4,5	1,5	3,0	milhões de Euros
FMI, programa ECF	1,3	0,6	1,3	milhões de DSE

## CRITÉRIOS DE DESEMPENHO

**9. Critério de desempenho relativo ao piso do saldo primário interno.** Este critério de desempenho refere-se à diferença entre a receita interna (excluindo receitas petrolíferas) e a despesa primária interna do Governo. A título de referência, no final de 2016 este saldo era de -314 mil milhões de dobras, desdobrado da seguinte forma:

<b>Saldo primário interno</b>		
(2016, mil milhões de dobras)		
I	Receita total (1+2)	1130
<b>I.A</b>	<b>Da qual: Receita interna do governo (=I-2.1)</b>	<b>1056</b>
1	Receitas fiscais	949
2	Receitas não fiscais	181
2.1	<i>d/q: receita do petróleo</i>	74
II	Despesa interna total (=4+5+6)	1403
<b>II.A</b>	<b>Da qual: Despesa primária interna (=I-4.2)</b>	<b>1370</b>
4	Despesas correntes	1334
4.1	Despesas com pessoal	684
4.2	Juros devidos	34
4.3	Bens e serviços	249
4.4	Transferências	282
4.5	- Outras despesas correntes	84
5	Despesas de capital internas	50
5.1	Financiadas pelo Tesouro	50
5.2	Financiadas com recursos de privatização	0
6	Despesas sociais relacionadas à Iniciativa HIPC	19
<b>III</b>	<b>Saldo primário interno (= I.A - II.A)</b>	<b>-314</b>

**10. Critério de desempenho relativo ao teto da variação do financiamento bancário líquido do governo central (CLG).** Este critério de desempenho refere-se ao aumento (diminuição) do financiamento bancário líquido do governo central, que corresponde ao stock de todos os créditos concedidos ao governo central detidos pelo BCSTP e pelas outras sociedades de depósitos (OSD), menos o stock de todos os depósitos detidos pelo governo central no BCSTP e nas OSD. O saldo da Conta Nacional do Petróleo (CNP), os depósitos de donativos e empréstimos para projectos, os passivos contingentes e as operações da Segurança Social não são incluídos no CLG. Todas as contas expressas em moeda estrangeira serão convertidas em dobras à taxa de câmbio do programa. Os dados pertinentes são reportados mensalmente pelo BCSTP ao corpo técnico do FMI. A título de referência, no final de 2016 o saldo do crédito bancário líquido ao governo central (excluindo a CNP) era de 40 mil milhões de dobras, como se segue:

<b>Financiamento bancário líquido</b>			
(Mil milhões de dobras)			
		2015	2016
<b>I</b>	<b>Crédito líquido ao governo pelo BCSTP (=I.1-I.2)</b>	...	<b>161</b>
I.1	Crédito do BCSTP, incluindo o uso de recursos do FMI:	...	386
I.2	Depósitos do governo no BCSTP (excluindo a CNP)	...	225
	Contas do Tesouro em dobras	...	14
	Contas do Tesouro em divisas	...	129
	Depósitos de contrapartida	...	82
<b>II</b>	<b>Crédito líquido ao governo pelas OSD</b>	...	<b>-120</b>
II.1	Crédito das OSD ao governo	...	38
II.2	Depósitos do governo nas OSD (incl. fundos de contrapartida)	...	158
<b>III</b>	<b>Financiamento bancário líquido ao governo (excl. a CNP) (=I-II)</b>	<b>-43</b>	<b>41</b>
<b>IV</b>	<b>Variação em 2016 no financ. bancário líq. do governo central (CLG)</b>		<b>84</b>

**11. Critério de desempenho relativo ao piso das reservas internacionais líquidas (RIL) do BCSTP.** Para efeitos de monitorização do programa, as RIL do BCSTP são definidas como activos externos transaccionáveis do BCSTP de curto prazo (ou seja, maturidades originais iguais ou inferiores a um ano) menos os passivos externos de curto prazo, incluindo obrigações junto ao FMI. Todos os activos externos de curto prazo que não sejam integralmente conversíveis, nem imediatamente disponíveis para e controlados pelo BCSTP (isto é, os activos externos garantidos ou de outra forma onerados, incluindo, mas não se limitando, à conta geral HIPC em DSE, e os activos utilizados como garantia ou caução a obrigações de terceiros) serão excluídos da definição das RIL. Os títulos cujo valor de mercado no último dia do ano diferir em mais de 20% do seu valor de emissão nominal original serão avaliados pelo seu valor corrente de mercado, conforme informação do Departamento de Mercados do BCSTP. O saldo: 1) da CNP no BCSTP, 2) dos depósitos bancários relacionados às exigências de fundos próprios ou licenciamento e 3) das reservas bancárias expressas em moeda estrangeira, não está incluído na definição do programa das RIL. Todos os valores serão convertidos para dólares dos Estados Unidos ao ponto médio efectivo das taxas de câmbio de mercado vigentes à data de teste. A título de referência, no final de 2016 as RIL ascendiam a 1.188 mil milhões de dobras (ou USD 50,7 milhões, à taxa de câmbio de 23.438 dobras por USD), calculadas da seguinte forma:

<b>Reservas internacionais</b>		
(Final de 2016, mil milhões de dobras)		
<b>I</b>	<b>Reservas internacionais brutas</b>	<b>1481</b>
	Numerário	16
	Depósitos à ordem	407
	Depósitos a prazo (incl. depósitos bancários em divisas)	188
	Títulos excepto acções	840
	Obrigações do Tesouro Português I	234
	Obrigações do Tesouro Português II	248
	Obrigações da Rede Ferroviária Nacional	126
	Bilhetes do Tesouro Norte-Americano I	116
	Bilhetes do Tesouro Norte-Americano II	117
	Juros decorridos de títulos	15
	Posição de reserva no FMI	0
	Haveres em DSE	15
<b>II</b>	<b>Passivos cambiais</b>	<b>293</b>
	Passivos bilaterais de curto prazo	23
	Passivos para com o FMI	121
	Reservas bancárias expressas em moeda estrangeira	149
	Depósitos bancários garantidos expressos em moeda estrangeira	0
<b>III</b>	<b>Reservas internacionais líquidas (RIL) (=I - II)</b>	<b>1188</b>
<b>IV</b>	<b>Outros activos externos líquidos</b>	<b>169</b>
	Outros activos externos	392
	Obrigações de médio e longo prazo (incl. a afectação de DSE)	223
<b>IV</b>	<b>Activos externos líquidos (III+IV)</b>	<b>1357</b>
	<i>Por memória:</i> Conta Nacional do Petróleo (CNP)	271

**12. Critério de desempenho relativo ao teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo governo central ou pelo BCSTP.** Trata-se de um critério de desempenho contínuo que se refere à contratação ou garantia de nova dívida externa com qualquer maturidade (incluindo posições a descoberto, mas excluindo o crédito normal à importação e a fornecedores) pelo governo e/ou pelo BCSTP. Uma dívida é considerada não concessional caso inclua um elemento de donativo inferior a 35%. O elemento concessional ou de donativo é a diferença entre o valor nominal do empréstimo e o seu valor actual líquido, expresso como percentagem do valor nominal. O valor actual líquido da dívida na data da sua contratação é calculado descontando-se os fluxos de pagamentos do serviço da dívida no momento da sua contratação. A taxa de desconto aplicada para este efeito é de 5%. Um empréstimo entra em vigor na data de assinatura do contrato, salvo se especificado no contrato que o empréstimo entra em vigor após a sua ratificação pelo Parlamento. Para fins de monitorização do programa, um contrato de empréstimo é considerado como vigente na data do primeiro desembolso se esta for anterior à data de assinatura ou ratificação do contrato. Em relação à linha de crédito preventiva de Portugal de apoio à paridade fixa da dobra com o euro, o saldo pendente nos três primeiros trimestres de determinado ano será excluído deste teto. No entanto, o saldo pendente no final de determinado ano civil será incluído na avaliação do cumprimento deste critério de desempenho. Este critério de desempenho não se aplica aos instrumentos de crédito do FMI. A dívida em processo de reescalonamento ou reestruturação está excluída deste teto. A dívida de médio e longo prazo será reportada pelo Departamento de Gestão da Dívida do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul (conforme apropriado), calculada em dólares dos Estados Unidos às taxas de câmbio vigentes publicadas pelo BCSTP. O Governo consultará o corpo técnico do FMI antes de contrair ou garantir novas obrigações de dívida de médio e longo prazo.

**13. Critério de desempenho relativo ao teto da acumulação de novos atrasados de pagamentos externos do governo central.** Trata-se de um critério de desempenho contínuo. Os novos atrasados de pagamentos externos do governo central são obrigações do serviço da dívida externa (capital e juros) que não foram pagas no momento devido, conforme estabelecido no acordo contratual, sujeitas a qualquer período de carência aplicável. Este critério de desempenho não se aplica a atrasados resultantes do não pagamento do serviço da dívida para o qual tenha sido acordado um quadro de regularização ou para o qual o Governo esteja activamente a tentar um acordo de reescalonamento.

## METAS INDICATIVAS

**14. O teto relativo a novos atrasados internos do governo central** é definido como a diferença entre a despesa em base de compromissos e os pagamentos de caixa (montantes devidos há mais de 40 dias e não pagos).

**15. Dentro da despesa primária interna, o piso relativo às despesas pro-pobre** diz respeito aos gastos do Governo previstos no orçamento que têm efeito directo na redução da pobreza, tal como acordado com o corpo técnico do FMI e do Banco Mundial. Tais despesas, que incluem tanto gastos correntes como de investimento, são definidas da seguinte forma:

- a. **Despesas correntes pro-pobre:** Abrangem as seguintes classificações funcionais e categorias de despesas (por código orçamental) descritas na matriz a seguir:

Code	Economic classification of current expenditure	Education	Health	Social Security and Assistance	Housing and Community Services	Culture and Sport	Fuel and Energy	Agriculture and Fisheries
310000	Personnel Expenses	x	x					
331210	Specialty Durable Goods	x	x					
331290	Other Durable Goods	x	x					
331120	Fuels and Lubricants <sup>1</sup>	x	x					
331130	Foodstuffs, Food <sup>1</sup> and Accommodation	x	x					
331140	Specialized Current Consumable Materials (Specific to Each Sector)	x	x					
331190	Other Consumer Non Durable Goods	x	x					
332110	Water and Energy Services	x	x					
332120	Communication Services	x	x					
332130	Health services	x	x					
332220	Maintenance and Conservation Services	x	x					
353900	Other Miscellaneous Current Expenses	x	x	x				
352200	Transfers to non-profit institutions (private)		x	x				
352310	Retirement Pension and Veterans		x	x				
352320	Family Benefit		x	x				
352330	Scholarships	x						
352390	Other Current Transfers to Families		x	x				
353100	Unemployment Fund		x	x				
<b>Code</b>	<b>Economic classification of capital expenditure</b>							
411110	Feasibility Study and Technical Assistance	x	x	x	x	x	x	x
411120	Procurement and Construction of Real Estate	x	x	x	x	x	x	x
411200	Rehabilitation Works and Facilities	x	x	x	x	x	x	x
411300	Means and Equipments of Transportation	x	x	x	x	x	x	x
411400	Machinery and Equipment	x	x	x	x	x	x	x
411900	Other Fixed Capital Goods	x	x	x	x	x	x	x
412000	Stocks	x	x	x	x	x	x	x

Source: Diário da República de São Tomé e Príncipe No. 21 - May 7, 2008, pages 12-13.  
<sup>1</sup> Expenditures on fuels and lubricants (combustíveis e lubrificantes) that are affected for administrative purposes are excluded. Likewise, food (alimentação) and clothing and shoes (roupas e calçados) supplied to administrative staff are excluded.

- b. **Despesas de capital pro-pobre financiadas pelo Tesouro:** Abrangem os projectos que se considere terem um impacto directo no alívio da pobreza, nos seguintes sectores: educação, saúde, redes de segurança social, agricultura e pescas, desenvolvimento rural, juventude e desportos, abastecimento de água potável e electrificação.

**16. O piso relativo às receitas fiscais** aplica-se às receitas tributárias, incluindo impostos directos e indirectos, bem como a recuperação de impostos atrasados e esforços de arrecadação adicionais.

## POR MEMÓRIA

**17. A nova dívida externa concessional contraída ou garantida pelo governo central ou o BCSTP** mede essa dívida com um elemento concessional mínimo de 35%.

**18. Os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa pelo governo central** são definidos como o serviço da dívida devido menos a acumulação de quaisquer novos atrasados de pagamentos externos, conforme definido no critério de desempenho relativo ao teto dos atrasados de pagamentos externos do governo central.

**19. O apoio externo oficial ao programa** é definido como donativos e empréstimos em apoio ao orçamento, incluindo desembolsos do FMI no âmbito do acordo ECF e apoio em espécie quando os produtos são vendidos pelo Governo e as receitas são consignadas a uma rubrica

orçamental de despesa, e qualquer outro financiamento extraordinário fornecido por entidades estrangeiras oficiais e incorporado no orçamento.

**20. As despesas de capital financiadas pelo Tesouro** classificam-se como parte da despesa primária interna e abrangem projectos de investimento público que não sejam directamente financiados por donativos para projectos nem empréstimos concessionais ou que tenham de ser parcialmente co-financiados por recursos públicos. Incluem gastos em novas construções, reabilitação e manutenção. As despesas com vencimentos e salários e aquisição de bens e serviços relacionadas com os projectos não serão classificadas como despesa de capital.

**21. O teto relativo à base monetária em dobras** é definido como a soma da moeda emitida — que consiste em notas e moedas em poder do público e do numerário nos cofres-fortes — e das reservas bancárias em dobras. As reservas bancárias referem-se às reservas dos bancos comerciais (em dobras) detidas no Banco Central e incluem as reservas excedentárias sobre as reservas mínimas de caixa.

## FACTORES DE AJUSTAMENTO

**22. O critério de desempenho relativo ao saldo primário interno terá um factor de ajustamento.** O piso do saldo primário interno será ajustado em baixa se o Governo receber donativos de apoio ao orçamento em montante superior ao projectado (excluindo a eventual porção do donativo adicional da UE utilizada para financiar despesas de investimento em abastecimento de água e saneamento, que será incluída em despesas de capital financiadas por donativos de apoio a projectos) e recursos de privatização em 2017 e 2018; este ajustamento será limitado a 77,7 mil milhões de dobras (cerca de 1% do PIB de 2016) em 2017 e 38,8 mil milhões de dobras no primeiro semestre de 2018.<sup>2</sup> Para fins do programa, projecta-se que os recursos de privatização serão 0 em 2017 e 2018.

**23. Os critérios de desempenho sobre o financiamento bancário líquido do Governo central e as reservas internacionais líquidas do Banco Central** serão objecto dos seguintes ajustamentos, com base nos desvios calculados cumulativamente a partir do final de Dezembro de 2016 ou final de Dezembro de 2017, conforme apropriado (Tabela 3 do MPEF, Anexo I):

- **Ajustamentos dos tetos da variação do crédito bancário líquido ao Governo central (CLG):** As diferenças trimestrais entre os montantes efectivos e projectados do recebimento das transferências da CNP, dos donativos de apoio ao orçamento, dos pagamentos líquidos do serviço da dívida externa e dos atrasados internos serão convertidas em dobras à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final de Dezembro de 2016 ou do final de Dezembro de 2017, conforme apropriado, na data de teste. O teto será ajustado:

<sup>2</sup> Os donativos e as despesas relacionadas com os custos da realização de eleições serão excluídos dos cálculos do défice primário interno.

- i) em baixa (em alta) pelo desvio acumulado em baixa (em alta) entre os pagamentos líquidos efectivos e projectados do serviço da dívida externa (excl. HPIC),
- ii) em baixa (em alta) pelo desvio em alta (em baixa) nas transferências orçamentais da CNP,
- iii) em baixa pelo desvio em alta dos donativos em apoio ao orçamento que ultrapassar 77,7 mil milhões de dobras e em alta pela totalidade do desvio em baixa dos donativos em apoio ao orçamento.
- iv) em baixa pelo desvio em alta dos atrasados internos.

A aplicação combinada de todos os factores de ajustamento, em qualquer data de análise, é limitada ao equivalente a 3 milhões de dólares dos Estados Unidos à taxa de câmbio do programa.

- **Ajustamentos ao piso das reservas internacionais líquidas (RIL) do BCSTP:** As diferenças trimestrais entre os recebimentos efectivos e projectados das transferências da CNP para o orçamento, o apoio externo oficial ao programa, os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa e os atrasados internos, em dobras, serão convertidas em dólares dos Estados Unidos à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final de Dezembro de 2016 ou do final de Dezembro de 2017, conforme apropriado, à data de teste. O piso será ajustado em alta (em baixa):
  - i) pelo desvio acumulado em baixa (em alta) entre os pagamentos líquidos efectivos e projectados do serviço da dívida externa do Governo central,
  - ii) pelos desvios em alta (em baixa) das transferências orçamentais da CNP, e
  - iii) pelos desvios em alta (em baixa) do apoio oficial externo ao programa. Projecta-se que os empréstimos de apoio ao orçamento serão 0 em 2017 e 2018.

A aplicação combinada de todos os factores de ajustamento, em qualquer data de teste, é limitada de modo a que o piso ajustado não seja inferior a 46 milhões de dólares dos Estados Unidos em 2017 e a 50 milhões de dólares dos Estados Unidos em 2018.

## REPORTE DE DADOS

**24. As informações a seguir listadas** serão fornecidas ao corpo técnico do FMI para efeitos de monitorização do programa.

- 1) **Dados orçamentais:** As Direcções do Tesouro e do Orçamento do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul fornecerão a seguinte informação ao corpo técnico do FMI, no prazo de seis semanas após o final de cada mês ou trimestre, com excepção do programa de investimento público (PIP), cujos dados serão fornecidos no prazo de três meses após o final de cada trimestre:

- Dados mensais sobre as operações do Governo central em termos de receitas, despesas e financiamento, incluindo uma descrição detalhada dos recursos consignados, em base de compromissos e de caixa;
  - Dados mensais sobre o crédito líquido ao Governo pelo BCSTP, registados conta por conta, num formato compatível com as contas monetárias do BCSTP;
  - Dados mensais pormenorizados sobre receitas fiscais e não fiscais;
  - Dados mensais pormenorizados sobre a despesa de investimento com financiamento interno, em base de compromissos e de caixa;
  - Dados mensais sobre atrasados internos, por tipo e por credor;
  - Dados trimestrais sobre atrasados implícitos com a ENCO por conta dos preços dos combustíveis no retalho, não abrangendo os eventuais custos de importação, margens de distribuição e impostos aplicáveis;
  - Dados trimestrais sobre os atrasados da EMAE com a ENCO;
  - Dados mensais sobre o apoio externo oficial ao programa (não relacionado a projectos);
  - Dados trimestrais sobre a execução do programa de investimento público (PIP), por projecto e por fonte de financiamento;
  - Dados trimestrais sobre a execução das despesas de investimento financiadas pelo Tesouro, por tipo de projecto, montante, cronograma de execução e progressos na execução;
  - Dados trimestrais sobre donativos para projectos e desembolsos de empréstimos (HIPC e não HIPC);
  - Dados trimestrais sobre alívio da dívida bilateral no âmbito da HIPC;
  - Informação trimestral sobre a mais recente estrutura de preços de petróleo pendente e apresentação de novas estruturas de preços (no prazo de uma semana depois de estarem disponíveis).
  - Dados trimestrais sobre as despesas pro-pobre.
- 2) **Dados monetários:** O BCSTP fornecerá as suas contas monetárias ao corpo técnico do FMI no prazo de três semanas após o final de cada mês. Serão fornecidos outros dados monetários no prazo de seis semanas após o final de cada mês, no caso de dados mensais; no prazo de dois meses após o final de cada trimestre, no caso de dados trimestrais, e no prazo de dois meses após o final de cada ano, no caso de dados anuais. O BCSTP fornecerá a seguinte informação ao corpo técnico do FMI:
- Dados diários sobre taxas de câmbio, a serem publicados na página do BCSTP na internet;

- Dados diários sobre taxas de juro, a serem publicados na página do BCSTP na internet;
  - Tabela diária de gestão da liquidez, incluindo a base monetária em dobras e moeda em circulação, a ser publicada na página do BCSTP na internet;
  - Posição diária de reservas internacionais líquidas, a ser publicada na página do BCSTP na internet;
  - Dados mensais do balanço do BCSTP (no formulário 1SR do FMI, com as rubricas por memória solicitadas);
  - Dados mensais do balanço consolidado das outras sociedades de depósitos (no formulário 2SR do FMI);
  - Dados mensais consolidados da síntese das sociedades de depósitos (no formulário de inquérito 3SG do FMI);
  - Orçamento cambial mensal do Banco Central;
  - Mapa trimestral dos rácios prudenciais dos bancos e indicadores de solidez financeira;
  - Dados trimestrais sobre a posição financeira do BCSTP (demonstração de resultados, défice, execução orçamental, etc.).
- 3) **Dados da dívida externa:** A Direcção do Tesouro do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul fornecerá ao corpo técnico do FMI, no prazo de dois meses após o final de cada mês, a seguinte informação:
- Dados mensais sobre amortização e juros da dívida externa, por credor; montante pago, programado, em atraso, e sujeito a alívio da dívida ou reescalonado;
  - Dados trimestrais sobre desembolsos para projectos com financiamento externo e empréstimos de apoio ao programa;
  - Dados em base anual sobre os planos de endividamento futuro.
- 4) **Contas nacionais e estatísticas comerciais:** Os dados a seguir serão fornecidos ao corpo técnico do FMI:
- Dados mensais do índice de preços no consumidor, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, no prazo de um mês após o final de cada mês;
  - Dados mensais sobre importações (valor das importações, impostos cobrados sobre importações e atrasados) e valores das exportações de matérias-primas, fornecidos pela Direcção das Alfândegas do Ministério das Finanças Comércio e Economia Azul, no prazo de dois meses após o final de cada mês;
  - Dados mensais sobre os carregamentos e consumo de petróleo (volume e preços CIF, por produto), fornecidos pela Direcção das Alfândegas.



# REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

TERCEIRA E QUARTA AVALIAÇÕES NO ÂMBITO DA  
FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PRORROGAÇÃO DO  
ACORDO E MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE  
DESEMPENHO—ANEXO INFORMATIVO

Elaborado por:

Departamento de África  
(Em consulta com outros departamentos)

## ÍNDICE

RELAÇÕES COM O FMI	2
RELAÇÕES COM O GRUPO BANCO MUNDIAL	7
RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO	9
QUESTÕES ESTATÍSTICAS	11

## RELAÇÕES COM O FMI

(Em 30 de setembro de 2017)

### Admissão e Regime de Consultas

Admitido em 30 de setembro de 1977; Artigo XIV

<b>Conta de recursos gerais:</b>	<b>Milhões de DSE</b>	<b>% da quota</b>
Quota	14,80	100,00
Haveres do FMI na moeda do país	14,80	100,02
Posição na tranche de reserva	0,00	0,00

<b>Departamento de DSE:</b>	<b>Milhões de DSE</b>	<b>% da alocação</b>
Alocação acumulada líquida	7,10	100,00
Haveres	0,06	0,85

<b>Saldo de compras e empréstimos:</b>	<b>Milhões de DSE</b>	<b>% da quota</b>
Acordos ECF	3,44	23,21

### Acordos financeiros mais recentes:

<b>Tipo</b>	<b>Data de aprovação</b>	<b>Data de vencimento</b>	<b>Montante aprovado (Milhões de DSE)</b>	<b>Montante sacado (Milhões de DSE)</b>
ECF <sup>1</sup>	13/07/2015	07/12/2018	4,44	1,90
ECF <sup>1</sup>	20/07/2012	13/07/2015	2,59	1,11
ECF <sup>1</sup>	03/02/2009	03/01/2012	2,59	0,74

<sup>1/</sup> Antigo PRGF.

### Projeção dos pagamentos ao FMI<sup>2</sup>

(Milhões de DSE; com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DSE):

	Próximos				
	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>
Capital		0,39	0,33	0,26	0,41
Comissões/juros	0,01	0,04	0,04	0,04	0,04
<b>Total</b>	0,01	0,42	0,37	0,30	0,45

<sup>2/</sup> Quando um país membro tem obrigações financeiras vencidas há mais de três meses, o montante desses atrasados é apresentado nesta secção.

**Implementação da Iniciativa HIPC:**

	Quadro reforçado
Compromissos da assistência HIPC	
Data do ponto de decisão	Dezembro de 2000
Assistência comprometida por todos os credores (milhões de USD) <sup>1</sup>	124,30
<i>Da qual:</i> assistência do FMI (milhões de USD)	1,24
(equivalente em milhões de DSE)	0,82
Data do ponto de conclusão	Março de 2007
Desembolso da assistência do FMI (milhões de DSE)	
Assistência prestada ao país membro	0,82
Assistência intercalar	...
Saldo no ponto de conclusão	0,82
Desembolso adicional do rendimento de juros <sup>2</sup>	0,04
<b>Total dos desembolsos</b>	<b>0,87</b>

<sup>1/</sup> A assistência comprometida ao abrigo do quadro original está expressa em termos do valor atual líquido (VAL) no ponto de conclusão; a assistência comprometida ao abrigo do quadro reforçado está expressa em termos de VAL no ponto de decisão; por este motivo, não é possível somar os dois montantes.

<sup>2/</sup> No âmbito do quadro reforçado, é efetuado um desembolso adicional correspondente ao rendimento dos juros auferidos sobre o montante da assistência HIPC comprometida mas não desembolsada.

**Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):**

Dívida habilitada à MDRI (milhões de DSE) <sup>1</sup>	1,43
Financiada por: Fundo MDRI	1,05
Recursos HIPC remanescentes	0,38

Alívio da dívida por tipo de facilidade (milhões de DSE)

<b>Data da prestação</b>	<b>Dívida habilitada</b>		
	<b>GRA</b>	<b>PRGT</b>	<b>Total</b>
Dezembro de 2007	N/A	0,38	0,38
Março de 2007	N/A	1,05	1,05

<sup>1/</sup> A MDRI proporciona 100% de alívio da dívida aos países membros habilitados que se qualificam para tal assistência. A assistência concessional do Fundo MDRI e dos recursos HIPC proporciona alívio da dívida suficiente para cobrir a totalidade do stock da dívida com o FMI no final de 2004 que continua pendente de pagamento no momento em que o país membro se qualifica para esta modalidade de alívio da dívida.

**Avaliações das salvaguardas:**

A avaliação de 2015 das salvaguardas constatou que existem graves restrições de capacidade que contribuíram para um fraco ambiente de salvaguardas no BCSTP. Em particular, as práticas de relato financeiro carecem de transparência; é necessário o reforço da fiscalização independente da auditoria, do reporte financeiro e do mecanismo de controlo; e o quadro jurídico do BCSTP necessita de ser revisto, visando o seu alinhamento com as melhores práticas para bancos centrais. Não obstante, as auditorias externas realizadas por uma empresa de auditoria de renome continuam a constituir uma salvaguarda fundamental. Ademais, o BCSTP tomou medidas para implementar a fiscalização independente dos mecanismos de auditoria e controlo, estabelecendo um novo Conselho de Auditoria, após uma revisão do seu papel e responsabilidades, e já se iniciou a elaboração de reformas jurídicas. No entanto, é necessário o desenvolvimento institucional contínuo para reforçar a capacidade, em especial na área do reporte financeiro.

**Regime cambial:**

O regime cambial *de jure e de facto* é classificado como paridade fixa convencional ao euro. Desde janeiro de 2010, São Tomé e Príncipe indexou a dobra ao euro, à taxa de Db 24.500 por euro. A lei orgânica do BCSTP autoriza o banco a tomar decisões relativamente à política cambial. A comissão sobre a venda de divisas não pode ser superior a 2% no caso do euro e 4% no caso das outras moedas. As compras de euros devem ser efetuadas à taxa publicada pelo BCSTP e não é permitida a cobrança de comissões. A taxa oficial cruzada entre o euro e o dólar baseia-se na taxa de referência do Banco Central Europeu (BCE) no dia anterior. O BCSTP financia transações internacionais correntes à taxa de câmbio oficial somente após a verificação da documentação que comprova a boa-fé do pedido da instituição bancária. O acesso às divisas é restrito às instituições que apresentam uma posição líquida na moeda de transação não superior a 12% dos fundos próprios e uma posição líquida em divisas não superior a 25% dos fundos próprios, e que estejam em conformidade com os regulamentos do banco central sobre liquidez bancária e adequação dos fundos próprios. As instituições financeiras terão acesso às facilidades do banco central independentemente das condições acima referidas caso as divisas sejam utilizadas na importação de bens e serviços em períodos de crise ou na importação de combustíveis. Os bancos comerciais que cumprirem esses requisitos podem comprar divisas diretamente ao banco central, que pode cobrar uma comissão de até 1,5% sobre as vendas de euros e de até 0,5% sobre as compras de euros. A taxa de compra é meramente indicativa, pois o BCSTP raramente efetua compras. O atual regime cambial eliminou efetivamente a prática de taxas de câmbio múltiplas relacionada à existência de diversos mercados cambiais com diferentes taxas de câmbio para operações à vista que vigorava nos anos anteriores.

São Tomé e Príncipe continua a se valer do regime transitório previsto no Artigo XIV, mas não mantém restrições nos termos do referido artigo. Contudo, o país mantém uma medida sujeita à aprovação do FMI nos termos do Artigo VIII: uma restrição cambial decorrente dos limites à transferência dos lucros líquidos de investimentos, nos termos do Artigo 3(i) e do Artigo 10.1(b) do Código de Investimento (Lei n.º 7/2008). A restrição resulta da exigência que condiciona a transferência desses lucros ao pagamento de impostos e outras obrigações devidas ao Estado, uma vez que a exigência se estende ao pagamento de impostos e outras obrigações que não têm relação com os lucros líquidos exportáveis.

**Consulta ao abrigo do Artigo IV:**

São Tomé e Príncipe está atualmente num ciclo de consulta de 24 meses. O Conselho de Administração concluiu a última consulta com São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV em 10 de junho de 2016.

**Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP), Relatórios Sobre a Observância de Normas e Códigos (ROSC) e Avaliações dos Centros Financeiros Offshore (OFC):**

Nenhum.

**Representante residente:**

Desde outubro de 2006 o FMI não tem um representante residente em São Tomé e Príncipe.

**Assistência técnica em 2011-17:**

<b>Data da prestação</b>	<b>Departamento/finalidade</b>
Agosto de 2017	Missão da AFRITAC sobre estatísticas de finanças públicas
Julho de 2017	Missão do FAD sobre execução e controlo orçamental
Março de 2017	Missão do FAD sobre administração da receita
Março de 2017	Missão do FAD sobre gestão de atrasados
Março de 2017	Missão do STA sobre estatísticas das contas nacionais
Fevereiro de 2017	Missão do MCM sobre supervisão e regulamentação bancárias
Novembro de 2016	Missão do MCM sobre resolução e liquidação bancárias
Agosto de 2016	Missão do MCM sobre supervisão e regulamentação bancárias
Agosto de 2016	Missão do FAD/LEG sobre política fiscal
Abril de 2016	Missão do FAD sobre gestão de atrasados
Março de 2016	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Novembro de 2015	Missão do STA sobre estatísticas das contas nacionais
Novembro de 2015	Missão do FAD sobre mecanismo de ajuste automático do preço dos combustíveis
Setembro/outubro de 2015	Missão do FIN sobre avaliação das salvaguardas
Setembro de 2015	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Julho de 2015	Missão do FAD sobre administração fiscal
Junho 2015	Missão do STA sobre balança de pagamentos e PII
Abril de 2015	Missão do FAD sobre cenário fiscal de médio prazo
Março de 2015	Missão do FAD sobre administração fiscal
Março de 2015	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Novembro de 2014	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Setembro de 2014	Missão do STA sobre estatísticas das contas nacionais

<b>Data da prestação</b>	<b>Departamento/finalidade</b>
Setembro de 2014	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Abril de 2014	Missão do STA sobre balança de pagamentos e PII
Abril de 2014	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Março de 2014	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Fevereiro de 2014	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Dezembro de 2013	Visita de curto prazo de um perito do FAD em contabilidade pública
Novembro de 2013	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Agosto de 2013	Missão do FAD sobre administração da receita
Agosto de 2013	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Junho 2013	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Março de 2013	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Janeiro de 2013	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Janeiro de 2013	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Novembro de 2012	Missão do FAD sobre cenário fiscal de médio prazo
Novembro de 2012	Missão do FIN sobre avaliação das salvaguardas
Novembro de 2012	Missão de seguimento do LEG sobre CBC/FT
Outubro de 2012	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Outubro de 2012	Missão de diagnóstico do FAD sobre as alfândegas
Outubro de 2012	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Setembro de 2012	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Julho de 2012	Missão de diagnóstico do LEG sobre CBC/FT
Abril de 2012	Missão do FAD sobre administração da receita
Março de 2012	Missão do FAD sobre gestão financeira pública
Março de 2012	Missão do STA sobre a balança de pagamentos
Fevereiro de 2012	Missão de diagnóstico do LEG sobre CBC/FT
Fevereiro de 2012	Missão do FAD sobre implementação do SAFE-e
Janeiro de 2012	Missão de diagnóstico do FAD sobre administração fiscal
Novembro de 2011	Missão do MCM sobre avaliação das necessidades de AT
Novembro de 2011	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Novembro de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Outubro de 2011	Missão do FAD sobre gestão financeira pública
Agosto de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Junho 2011	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Junho 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Fevereiro de 2011	Missão do MCM sobre quadros de resolução bancária;
Janeiro de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública

## RELAÇÕES COM O GRUPO BANCO MUNDIAL

### Plano Executivo de Ação Conjunta (JMAP) para São Tomé e Príncipe

(Em 20 de outubro de 2017)

1. As equipas do FMI e do Banco Mundial para São Tomé e Príncipe mantêm reuniões regulares para discutir os seus respetivos programas de trabalho e as reformas estruturais macrocríticas para o país. As equipas de ambas as instituições reuniram-se no contexto da supervisão do atual programa ECF para discutir as políticas e o financiamento durante a vigência do programa, entre 2015 e 2018.
2. O programa de trabalho do Banco Mundial é norteado por um Quadro de Parceria com o País (CPF) para os exercícios de 2014 a 2018, aprovado no EF2014, o qual incide sobre o apoio ao crescimento e à criação de empregos através de dois temas amplos: estabilidade macroeconómica e competitividade nacional, e redução da vulnerabilidade e desenvolvimento da capacidade humana. As questões de género, parcerias e capacitação são transversais a todas as áreas propostas de atuação. Está-se a buscar uma extensão de dois anos do CPF atual para integrar no novo CPF e no novo Diagnóstico Sistemático do País (SCD) os resultados da Avaliação de Desempenho e Aprendizagem e do novo inquérito às famílias. Em novembro de 2016 foi concluído um relatório da Avaliação do Desempenho e da Gestão da Dívida (DeMPA).
3. O programa de trabalho do FMI incluiu a discussão no Conselho de Administração da segunda avaliação do acordo ao abrigo da ECF em dezembro de 2016, uma visita do corpo técnico em julho de 2017 e uma missão de avaliação em setembro de 2017 para supervisionar o programa apoiado pela ECF, bem como a assistência em matéria de capacitação nas áreas de gestão financeira pública, administração da receita e supervisão bancária.
4. O Banco e o Fundo estão a prestar apoios complementares para ajudar São Tomé e Príncipe a fortalecer a gestão financeira pública e fazer progressos rumo à sustentabilidade da dívida. No que respeita a esta última, as equipas do FMI e do Banco Mundial elaboraram, em conjunto, uma atualização da análise de sustentabilidade da dívida (ASD) em 2017 para acompanhar a avaliação do programa ao abrigo da ECF a apresentar ao Conselho de Administração em dezembro de 2017.

<b>Programa de trabalho para o período 2017-18</b>			
<i>Título</i>	<i>Produtos</i>	<i>Datas provisórias das missões</i>	<i>Data prevista de conclusão</i>
<b>A. Informação mútua sobre programas de trabalho pertinentes</b>			
Programa de trabalho do Banco Mundial nos próximos 12 meses	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto de recuperação do setor energético de STP</li> <li>• 2.ª Operação de Política de Desenvolvimento</li> <li>• PER</li> <li>• Apoio ao novo inquérito às famílias</li> <li>• Sistema de pagamentos e inclusão financeira</li> <li>• Resolução bancária</li> <li>• Apoio às reformas do ambiente de negócios</li> <li>• Projeto de Desenvolvimento do Setor dos Transportes</li> <li>• Educação de Qualidade para Todos</li> <li>• Adaptação ao Projeto de Alteração Climática</li> <li>• Projeto de Capacidade Institucional</li> <li>• Proteção Social e Desenvolvimento de Competências</li> </ul>	Out. 2017 Nov. 2017 Nov. 2017 Nov. 2017 Nov. 2017 Nov. 2017 Out. 2017 Jan. 2018  Nov. 2017 Jan. 2018 Nov. 2017 Nov. 2017	Aprovado EF2018 EF2018 EF2018 EF2019 EF2019 EF2017 EF2019  Aprovado Aprovado EF2018 EF2019
Programa de trabalho do FMI nos próximos 12 meses	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Terceira e quarta avaliações combinadas do acordo ECF</li> <li>• Quinta avaliação do acordo ECF e Artigo IV</li> <li>• Assistência técnica do FAD/LEG/AFRITAC:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Política fiscal (IVA)</li> <li>○ Legislação fiscal - legislação do IVA</li> <li>○ Administração das receitas</li> <li>○ GFP</li> </ul> </li> <li>• MCM:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Resolução bancária</li> <li>○ Supervisão bancária</li> </ul> </li> </ul>	Set.-out. 2017  Mar.-abr. 2018  Set.-nov. 2017 Nov. 2017 EF2018 EF2018  Nov. 2017 Dez. 2017	EF2018  EF2019  EF2018 EF2018 EF2018 EF2018  EF2018 EF2018
<b>B. Pedido de contributos para o programa de trabalho</b>			
Pedido do FMI ao BM	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação sobre as operações do Banco em apoio ao orçamento e o calendário de desembolsos</li> <li>• Avaliação do documento de desenvolvimento económico (EDD)</li> </ul>	Em apoio ao programa orçamental de 2017-18	Em curso  Concluído
Pedido do BM ao FMI	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Colaboração no fornecimento de um conjunto completo de mapas e quadros macroeconómicos</li> </ul>		Em curso

## RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

(Em 20 de outubro de 2017)

1. O Grupo do Banco iniciou as operações de concessão de crédito em São Tomé e Príncipe em 1978. Até à data, o Banco aprovou empréstimos e donativos que ascendem a um total acumulado de compromissos de cerca de UC 135 milhões (USD 191 milhões).
  
2. Em outubro de 2017, a carteira ativa do Banco em São Tomé e Príncipe era constituída por cinco operações num valor de aproximadamente UC 25 milhões (USD 35 milhões). São eles: o projeto de Reabilitação das Infraestruturas para a Segurança Alimentar (PRIASA II); o Projeto de Gestão das Finanças Públicas (PAGEF); o estudo do Mecanismo Nacional de Planificação; o projeto de Facilitação do Comércio (segunda fase do SYDONIA) e o Sistema de Pagamentos (Tabela 1). A carteira é relativamente recente. A idade média da carteira é de 2,6 anos e a taxa de desembolso acumulada é de 26% após a extinção de dois projetos (nomeadamente, o PRIASA I com uma taxa de desembolso de 100% e o Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural com uma taxa de desembolso de 85%). Em termos de distribuição setorial, o setor da agricultura e das pescas domina a carteira com 57%, seguido pelas operações plurissetoriais com 37% e as finanças com 6%. Não há projetos multinacionais ou do setor privado em curso. A carteira é, em grande medida, financiada por créditos do Fundo Africano de Desenvolvimento (81%), seguido pelo Fundo para o Ambiente Mundial (FAM) (10%), a Facilidade de Apoio de Transição (TSF) (8%) e o Fundo Africano de Facilitação do Comércio (1,5%). O Banco também realizou trabalho analítico centrado nas áreas da energia, agricultura, gestão das finanças públicas e estratégia de desenvolvimento do setor privado 2015-2024.
  
3. O atual envolvimento do BAfD em STP é regido pelo documento de estratégia nacional (CSP) de 2012-16, aprovado em julho de 2012. A estratégia centrou-se em dois pilares: Pilar I - Reforço da Governação; e Pilar II - Promoção da Infraestrutura Agrícola. O principal objetivo do CSP era preparar as autoridades para a nova era de produção de petróleo e os desafios e riscos que ela representa para o desenvolvimento socioeconómico do país, assim como ajudar o governo a abordar a questão da segurança alimentar. Em setembro de 2017, a Comissão para a Eficácia do Desenvolvimento aprovou o relatório de conclusão do CSP elaborado para orientar a preparação do CSP 2017-2021. Neste contexto, dois pilares foram identificados como potenciais áreas de intervenção do Banco: Pilar I - Infraestrutura de Eletricidade e Água, e Pilar II - Capacitação para uma Melhor Gestão Económica. Ambos os pilares são coerentes com as prioridades das autoridades, bem como com as prioridades do BAfD tal como descritas na estratégia de 2013-2022 e na agenda *High 5*.
  
4. Como parte da sua estratégia e dos seus produtos do conhecimento, o BAfD pretende também desenvolver o seguinte trabalho económico e setorial: i) avaliação da fragilidade; ii) perfil de governação (uma atualização); iii) estratégia de estatísticas agrícolas; iv) estratégia nacional para o emprego dos jovens e capital humano; v) estudo sobre as limitações e os potenciais da economia

azul; e vi) preparação de uma estratégia de género 2017-2022. Estes estudos disponibilizarão informação sobre a preparação dos futuros projetos e apoiarão os esforços de reforma de políticas do governo.

5. São Tomé e Príncipe alcançou os pontos de decisão e de conclusão da Iniciativa HIPC para os países pobres muito endividados em 2000 e 2007, respetivamente. Em consequência, em março de 2007, o país alcançou o ponto de conclusão e beneficiou do alívio da dívida ao abrigo da HIPC e da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI), no valor de USD 327 milhões. Cerca de 73% do alívio da dívida foi concedido por instituições multilaterais – do qual, 40% do Banco Africano de Desenvolvimento, 29% do Banco Mundial e 27% de parceiros bilaterais (11% dos países do Clube de Paris e 16% de países não membros do Clube de Paris)<sup>1</sup>. Projeta-se que a dívida remanescente do país junto do BAfD ascenda a USD 0,11 milhões no final de 2017.

<b>Tabela 1. Projetos em curso do BAfD (Milhões de UC)</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Data de aprovação</b>	<b>Data de conclusão</b>	<b>Compromissos líquidos (milhões de UC)</b>	<b>Taxa de desembolso (%)</b>	<b>Facilidade</b>
Projeto de apoio à segurança alimentar (PRIASA II)	10/06/2015	31/12/2020	11,50	19	Empréstimo do FAfD
			2,48	0	FAM
Mecanismo nacional de planificação (PNAT)	25/01/2016	31/12/2018	2,00	4	Empréstimo do FAfD
<b>Total Agricultura</b>			<b>15,98</b>	<b>14</b>	
Facilitação do comércio	14/10/2014	30/06/2017	0,31	64	Fundo Africano do Comércio
Projeto de gestão económica e financeira (PAGEF)	14/01/2013	29/06/2018	5,00	43	Donativo FAfD
			2,00	89	Donativo TSF
<b>Total Plurissetorial</b>			<b>7,31</b>	<b>56</b>	
Infraestrutura do Sistema de Pagamentos e Inclusão Financeira (SPAUT)	03/02/2017	31/12/2021	1,50	0	Empréstimo do FAfD
<b>Total do Setor Financeiro</b>			<b>1,50</b>	<b>0</b>	
<b>Total da Carteira</b>			<b>24,79</b>	<b>26</b>	

<sup>1</sup> Dados do governo.

## QUESTÕES ESTATÍSTICAS

(Em 26 de outubro de 2017)

<b>I. Avaliação da suficiência de dados para fins de supervisão</b>
<p><b>Geral.</b> Os dados económicos são apropriados na generalidade para fins de supervisão. Ao mesmo tempo, os graves constrangimentos em termos de recursos financeiros, humanos e tecnológicos atrasaram os avanços para o fortalecimento do sistema estatístico.</p>
<p><b>Contas nacionais.</b> As autoridades compilam e publicam uma série temporal do PIB anual usando um ano base desatualizado (2001) e dados de base inadequados. Os dados das contas nacionais não são tão atempados, uma vez que a mais recente estimativa do PIB refere-se ao ano civil 2014. Não são compiladas estimativas trimestrais do PIB. As autoridades produziram uma estimativa revista do PIB para 2008; uma série temporal rebaseada do PIB, preliminar mas incompleta; e estão atualmente a trabalhar no sentido de finalizar uma série temporal rebaseada completa do PIB, com plano para a sua publicação até ao final do ano civil de 2017. A última missão de assistência técnica (março de 2017) fez progressos relativamente a este objetivo e recomendou recursos adicionais para melhorar a capacidade do Instituto Nacional de Estatística (INE) e permitir a compilação de dados de base apropriados.</p>
<p><b>Estatísticas de preços no consumidor.</b> O INE iniciou a divulgação de um novo IPC (base: 2014 = 100) a partir de janeiro de 2016. Com a assistência do AFRISTAT, o cabaz de produtos foi alterado e as ponderações foram atualizadas, utilizando os resultados de um inquérito ao orçamento familiar realizado em 2010. Devido às limitações financeiras, o novo IPC abrange apenas a capital do país. Está planeada uma missão de assistência técnica no EF2018 para rever o índice que mudou de ano de referência, realizar o diagnóstico de toda a série, associar as séries anteriores e posteriores ao rebaseamento para produzir uma série analítica para a base de dados do FMI e para fins estatísticos, e considerar os planos do INE de atualizações adicionais ao IPC após a conclusão do novo inquérito ao orçamento familiar que está em curso.</p>
<p><b>Estatísticas das finanças públicas.</b> Dados detalhados sobre as receitas e despesas são compilados e transmitidos ao AFR. As principais áreas que carecem de reforço são:</p> <p>i) monitorização das despesas com projetos financiados por doadores e ii) operações de financiamento. Todos os empréstimos a projetos (financiados por doadores) estão inscritos no orçamento, mas alguns são executados de forma independente. O governo solicitou a ajuda dos parceiros de desenvolvimento para inscrever todos os financiamentos externos no orçamento. A expectativa é que o registo das operações de financiamento e dos stocks seja aperfeiçoado em consequência do reforço da capacidade de gestão da dívida. As contas públicas de 2010-14 foram finalizadas e apresentadas ao Tribunal de Contas. As autoridades estão a trabalhar nas contas públicas de 2015 e de 2016.</p> <p>A assistência técnica anterior em matéria de estatísticas das finanças públicas (EFP) auxiliou o Ministério das Finanças a compilar e disseminar as EFP do governo geral orçamental segundo as diretrizes do <i>GFSM 2001 (Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2001)</i>. As autoridades transmitem agora dados de EFP ao STA de forma consistente e apresentaram uma série temporal</p>

da síntese anual das EFP relativas a 2002–2016. No entanto, os dados incluem discrepâncias estatísticas significativas entre os dados acima da linha e abaixo da linha, assim como discrepâncias entre os dados de EFP comunicados ao STA e os dados orçamentais fornecidos ao AFR. A tentativa de acelerar os progressos estatísticos é prejudicada pela ausência de um sistema contabilístico apropriado.

O STP aderiu recentemente ao projeto do AFRITAC Central que visa o desenvolvimento das EFP. A primeira missão de diagnóstico realizou-se em agosto de 2017. A missão identificou as prioridades em termos da compilação de EFP e sugeriu às autoridades a migração para a adoção plena dos princípios do *GFSM 2014 (Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014)*.

**Estatísticas monetárias e financeiras.** As missões do STA prestaram assistência técnica em estatísticas monetárias em dezembro de 2004, abril/maio de 2006, junho de 2007 e setembro de 2010, em resultado das quais se melhorou consideravelmente a exatidão e oportunidade dos dados monetários transmitidos no formulário padrão de reporte de dados (SRF) relativamente ao banco central e às outras sociedades de depósitos. O BCSTP retomou a transmissão regular de dados mensais ao STA sobre o banco central e outras sociedades de depósitos (OSD).

Os balancetes mensais do BCSTP são, na generalidade, apropriados para a compilação de estatísticas monetárias em conformidade com o *MFSMCG (Manual de Estatísticas Monetárias e Financeiras e Guia de Compilação)*.

Um novo plano de contas para as OSD foi introduzido em janeiro de 2010. A missão de setembro de 2010 examinou este novo plano de contas para o sistema financeiro e considerou-o apropriado para a correta classificação, setorização e avaliação dos instrumentos financeiros, e compatível com a metodologia do *MFSMCG*. Contudo, a missão constatou graves deficiências na informação reportada por alguns bancos e incoerências na abordagem adotada pelos bancos no reporte de dados ao BCSTP. Seguindo as recomendações da missão, o BCSTP se empenhou em corrigir esses problemas. O banco central começou a recolher dados das companhias de seguros que iniciaram as suas atividades nos últimos anos. O volume de ativos das companhias de seguros ainda é pequeno demais para justificar a inclusão destas nas estatísticas monetárias.

O banco central produz um quadro trimestral de indicadores de solidez financeira (ISF). Missões de assistência técnica do MCM na área de supervisão bancária ajudaram a alargar a cobertura de tal quadro e melhorar a qualidade dos dados. A compilação dessas informações adicionais permitiria ao país começar a realizar exercícios de testes de stress no futuro próximo. O STA entrou em contacto com o BCSTP para solicitar o envio regular de dados dos ISF segundo a metodologia do *FSI Compilation Guide* para que tais dados fossem publicados na página do FMI na internet.

**Estatísticas do setor externo.** O BCSTP compila estatísticas trimestrais sobre a balança de pagamentos e estatísticas da posição de investimento internacional (PII) que são coerentes com a sexta edição do *Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional (BPM6)*.

O BCSTP realiza inquéritos trimestrais para recolher dados da balança de pagamentos e da PII junto do setor privado não financeiros e do setor do petróleo e do gás. Contudo, as taxas de resposta são baixas e é necessário melhorar a cobertura destes setores.

Existe espaço para melhorar a compilação das estatísticas do setor externo, em particular, para melhorar a atualidade e diminuir grandes erros e omissões. O BCSTP tem trabalhado no sentido de melhorar a compilação das transações financeiras e das estatísticas da PII. Todavia, é necessário um trabalho adicional para alargar a cobertura, melhorar a fiabilidade e assegurar a consistência entre os dados da PII e da balança de pagamentos. Para o efeito, está planeada uma missão de assistência técnica no EF2018.

A missão de junho de 2015 recomendou melhorias na coordenação e na partilha de dados entre os órgãos produtores de dados, o reforço do pessoal do BCSTP dedicado à compilação e à recolha de estatísticas do setor externo e discussões com a Autoridade de Desenvolvimento Conjunto sobre a definição de mecanismos para o recebimento de dados regulares sobre os contratos de partilha de produção. A Agência Nacional do Petróleo iniciou a transmissão regular de dados.

## **II. Normas e Qualidade dos Dados**

São Tomé e Príncipe participava do Sistema Geral de Difusão de Dados (GDDS) do FMI desde 20 de abril de 2004, e participa atualmente do eGDDS, a iniciativa de divulgação de dados que o sucedeu.

**República Democrática de São Tomé e Príncipe: Tabela de Indicadores Comuns Necessários à Supervisão**  
(Em outubro de 2017)

	Data da última observação	Data de recebimento	Frequência dos dados <sup>6</sup>	Frequência da declaração	Frequência da publicação
Taxas de câmbio	Out. 2017	Out. 2017	D	D	D
Ativos e passivos de reserva internacionais da autoridade monetária <sup>1</sup>	Out. 2017	Out. 2017	D	D	D
Posição de investimento internacional	Março 2017	Jun. 2017	T	T	T
Reservas/base monetária	Out. 2017	Out. 2017	D	D	D
Massa monetária	Ago. 2017	Set. 2017	M	M	M
Balanço do banco central	Ago. 2017	Set. 2017	M	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	Ago. 2017	Set. 2017	M	M	M
Taxas de juro <sup>2</sup>	Ago. 2017	Set. 2017	M	M	M
Índice de Preços no Consumidor	Ago. 2017	Set. 2017	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento <sup>3</sup> – governo geral <sup>4</sup>	Ago. 2017	Set. 2017	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento <sup>3</sup> – governo central	Ago. 2017	Set. 2017	M	M	M
Stocks da dívida contraída ou garantida pelo governo central <sup>5</sup>	Set. 2017	Out. 2017	M	T	T
Saldo da conta corrente externa	Jun. 2017	Set. 2017	T	T	T
Exportações e importações de mercadorias	Ago. 2017	Out. 2017	M	M	M
PIB/PNB <sup>6</sup>	2014	Set. 2017	A	A	A
Dívida externa bruta	Set. 2017	Out. 2017	M	T	T

<sup>1</sup> Inclui os ativos de reserva dados em garantia ou penhorados, bem como as posições derivadas líquidas.

<sup>2</sup> Taxa de referência do banco central.

<sup>3</sup> Financiamento estrangeiro, bancário interno e não bancário interno.

<sup>4</sup> O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extraorçamentais e fundos de segurança social) e os governos provinciais e locais.

<sup>5</sup> Incluindo a composição por moeda e por vencimento.

<sup>6</sup> Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND).



# REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

27 de novembro de 2017

## TERCEIRA E QUARTA AVALIAÇÕES NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PRORROGAÇÃO DO ACORDO E MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO—ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA<sup>1</sup>

Aprovado por  
**David Owen e Kevin Fletcher**  
(FMI) e **Paloma Anos-Casero**  
(AID)

Elaborado pelos corpos técnicos do Fundo Monetário Internacional e da Associação Internacional de Desenvolvimento, em colaboração com as autoridades de São Tomé e Príncipe.

**São Tomé e Príncipe apresenta um risco elevado de sobre-endividamento, segundo esta análise de sustentabilidade da dívida (ASD) de países de baixo rendimento, efetuada em conjunto pelo Banco Mundial e o FMI.** Esta avaliação permanece inalterada por comparação com a ASD anterior, concluída em maio de 2016. Similarmente à ASD anterior, os rácios do valor da dívida face ao PIB, exportações e receitas no cenário de base ultrapassam os seus limiares de risco elevado de sobre-endividamento no início do período de projeção com uma tendência descendente no longo prazo. Os rácios do serviço da dívida permanecem abaixo dos limiares em todos os cenários. Pela primeira vez, os atrasados internos foram adicionados ao stock da dívida pública. O rápido aumento dos rácios da dívida no cenário histórico sublinha a importância de dar seguimento à consolidação orçamental, evitar empréstimos não concessionais e trabalhar no sentido da diversificação da economia e da expansão da base de exportações. Um cenário personalizado mostra que é fundamental procurar financiamento através de donativos e de capital próprio para uma grande parte dos projetos de infraestruturas extremamente grandes porque mesmo os empréstimos concessionais, quando contratados demasiado rapidamente, colocariam em risco a sustentabilidade da dívida.

<sup>1</sup> A atualização da ASD foi elaborada pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial em colaboração com as autoridades de São Tomé e Príncipe. A análise atualiza a anterior ASD conjunta, datada de 20 de maio de 2016 (Relatório do FMI n.º 16/174). A ASD observa os princípios da nota de orientação conjunta para a aplicação do quadro de sustentabilidade da dívida de países de baixo rendimento, de 5 de novembro de 2013 (*Staff Guidance Note on the Application of the Joint Fund-Bank Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries*). A ASD utiliza a taxa de desconto unificada de 5% definida na Decisão n.º 15462 (11/10/2013). Para fins da determinação dos limiares da carga da dívida nos termos do quadro conjunto de sustentabilidade da dívida (QSD), São Tomé e Príncipe é classificado como um país de desempenho fraco. A notação média do país no período 2014-16, segundo o índice CPIA do Banco Mundial de avaliação das políticas e instituições nacionais, é de 3,07. Os limiares indicativos correspondentes a esta notação são: 30% para o rácio do valor atualizado líquido (VAL) da dívida/PIB, 100% para o rácio VAL da dívida/exportações, 200% para o rácio VAL da dívida/receitas, 15% para o rácio serviço da dívida/exportações e 18% para o rácio serviço da dívida/receitas.

## CONTEXTO

1. A análise de sustentabilidade da dívida (ASD) anterior de São Tomé e Príncipe foi realizada em 2015 como parte do pedido de acordo de três anos ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (Relatório do FMI n.º 15/196). Foi concluída em 20 de maio de 2016 uma atualização da ASD durante a segunda avaliação do programa (Relatório do FMI n.º 16/174). As duas ASD concluíram que São Tomé e Príncipe apresenta um alto risco de sobre-endividamento.

2. São Tomé e Príncipe atingiu o ponto de conclusão da Iniciativa Reforçada para os Países Pobres Muito Endividados (HIPC) em março de 2007, recebeu complementação (*topping-up*) da assistência em dezembro de 2007 e beneficiou, posteriormente, do alívio da dívida da HIPC/Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI). A MDRI, em particular, contribuiu com um alívio considerável da dívida, uma vez que 54% da dívida antes do ponto de conclusão da HIPC se referia à AID, ao BAfD e ao FMI. Os credores do Clube de Paris também ajudaram a melhorar o perfil de endividamento do país. O rácio de dívida externa diminuiu de 415% do PIB em 2001 para 19% em 2008 (sem os atrasados antigos anteriores à HIPC).

3. Estima-se que o total da dívida pública e com garantia pública, que engloba os atrasados internos junto de fornecedores, se situasse em 59% do PIB (USD 225,4 milhões) em junho de 2017, com a dívida externa pública e com garantia pública de médio e longo prazo a ascender a 46% do PIB (USD 176,5 milhões) (Tabela 1 do texto). Os atrasados antigos anteriores à Iniciativa HIPC, que ascendem a 14% do PIB, estão excluídos da ASD, no pressuposto do perdão esperado. Similarmente, foi também

excluído do stock da dívida um empréstimo da Nigéria que está a ser contestado. Por outro lado, a ASD atual inclui no stock da dívida de 2016 os atrasados internos, principalmente do governo central à empresa de importação de petróleo, ENCO. No momento da atualização da ASD anterior, estes atrasados estavam ainda a ser auditados e, para já, não foram reconhecidos pelo governo. A tabela 2 do texto indica os tipos de atrasados e o seu tratamento na ASD. O Banco Mundial está a prestar assistência técnica a São Tomé e Príncipe para melhorar a sua gestão da dívida e das empresas públicas (EP), o que ajudará a reduzir a incidência de atrasados externos e internos. Um perito em gestão da dívida está a trabalhar com a unidade de gestão da dívida com vista a melhorar

**Tabela 1 do texto. São Tomé e Príncipe:  
Stock da dívida pública**

(Fim de junho de 2017)	USD milhões	% do PIB
<b>Total da dívida PGP</b>	<b>225.4</b>	<b>59%</b>
<b>Total da dívida externa PGP</b>	<b>176.5</b>	<b>46%</b>
<b>Credores multilaterais</b>	<b>40.8</b>	<b>11%</b>
AID	13.3	3%
BADEA	10.6	3%
FIDA	6.0	2%
BAfD	4.4	1%
FMI	4.3	1%
OPEP	2.2	1%
<b>Credores bilaterais</b>	<b>123.9</b>	<b>32%</b>
Portugal	57.2	15%
Angola	50.0	13%
China <sup>1</sup>	10.0	3%
Brasil <sup>1</sup>	4.3	1%
Guiné Equatorial	1.6	0%
Bélgica	0.8	0%
<b>Dívida externa a fornecedores</b>	<b>11.8</b>	<b>3%</b>
<b>Atrasados internos</b>	<b>48.9</b>	<b>13%</b>
ENCO (importação de petróleo)	41.9	11%
CST (telecomunicações)	4.8	1%
EMAE (água e eletricidade)	2.2	1%
<b>Por memória:</b>		
<b>Atras. antigos anteriores à HIPC</b>	<b>55.1</b>	<b>14%</b>
Itália <sup>1</sup>	24.3	6%
Angola	30.8	8%
<b>Atrasados da EMAE à ENCO</b>	<b>66.6</b>	<b>17%</b>

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Dívida comercial garantida pelo governo.

as deficiências realçadas no relatório de avaliação do desempenho da gestão da dívida (DeMPA) de 2016. Simultaneamente, o Banco Mundial formulou um plano de reforma das EP e está a implementar a reforma do setor energético. As ineficiências no setor energético são a principal causa dos atrasados cruzados entre as EP e o governo.

**Tabela 2 do texto. Atrasados e dívida contestada**

(Em fim de junho de 2017)

<b>Tipo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Tratamento na ASD</b>
Atrasados antigos anteriores à HIPC (14% do PIB).	São Tomé e Príncipe apresenta atrasados antigos anteriores à HIPC com Angola (USD 30,8 milhões) e Itália (USD 24,3 milhões). O país está a envidar os melhores esforços para chegar a um acordo consistente com o representativo acordo com o Clube de Paris. Em 2017, São Tomé e Príncipe conseguiu garantir um alívio dos atrasados antigos anteriores à HIPC com a China no valor de USD 18,4 milhões.	Não incluídos na ASD.
Atrasados bilaterais após a HIPC (2% do PIB)	São Tomé e Príncipe apresenta atrasados após a HIPC com Angola (USD 2 milhões), o Brasil (USD 4,3 milhões) e a Guiné Equatorial (USD 0,7 milhões). Já estão em curso negociações para reescalonar os acordos com Angola e o Brasil, e São Tomé e Príncipe está ativamente a tentar conseguir um acordo de reescalonamento com a Guiné Equatorial. Estes atrasados são o resultado de uma gestão da dívida fraca e o corpo técnico considera que São Tomé e Príncipe tem capacidade para os reembolsar.	Incluídos na ASD.
Atrasados internos (13% do PIB)	São Tomé e Príncipe apresenta atrasados internos à empresa de petróleo, ENCO (USD 41,9 milhões), à empresa de telecomunicações, CST (USD 4,8 milhões) e à empresa de água e eletricidade, EMAE (USD 2,2 milhões). O governo dispõe de um plano de regularização dos atrasados internos.	Incluídos na ASD.
Dívida contestada (8% do PIB)	Foi excluído do stock da dívida um empréstimo da Nigéria, no valor de USD 30 milhões, dado que, com base nas informações prestadas pelas autoridades de São Tomé e Príncipe, está em processo de contestação. Este empréstimo foi concedido como adiantamento de receitas do petróleo no contexto da zona de desenvolvimento conjunto entre os dois países, mas este projeto foi interrompido.	Não incluída na ASD.

**4. Os maiores desembolsos em 2016 e no primeiro semestre de 2017 foram de Angola e de Portugal (USD 9 milhões e USD 3 milhões, respetivamente).** Os desembolsos em 2016 foram inferiores ao inicialmente previsto (USD 9,5 milhões face a USD 14,7 milhões), sobretudo devido à não realização de desembolsos do Kuwait e da Turquia. Existem USD 75,7 milhões de dívida já contratada que se espera que sejam desembolsados entre 2017 e 2021. O orçamento prevê desembolsos de USD 20,9 milhões em 2017, e Angola já realizou um desembolso no

<b>Desembolsos projetados de empréstimos</b> (Em USD milhões)		
	2017	2018-2021
Kuwait	1,7	14,7
BEI	0,0	12,7
BAfD	7,6	12,5
Portugal	2,2	6,8
BADEA	1,2	6,3
FMI	1,8	1,8
Angola	4,5	0,0
FIDA	1,9	0,0
<b>Total</b>	<b>20,9</b>	<b>54,8</b>

primeiro semestre. Estes desembolsos previstos estão todos incluídos na ASD. Informação preliminar sugere que o acordo económico com a China envolve apenas donativos no curto prazo.

**5. Em termos de composição, a dívida do setor público é composta apenas por dívida contratada ou garantida pelo governo central.** As EP não apresentam dívida externa. No tocante a credores, a composição mudou após o ponto de conclusão da HIPC – a participação da dívida multilateral diminuiu de quase 60% antes do ponto de conclusão para 21%. Portugal e Angola são hoje os principais credores bilaterais do país, e o maior credor multilateral é a AID.

## PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

**6. Os pressupostos macroeconómicos básicos alteraram-se ligeiramente face aos constantes na ASD anterior. Os principais pressupostos são os seguintes:**

<b>Tabela 3 do texto. Pressupostos macroeconómicos (médias)</b>						
	ASD 2015 <sup>1</sup>	ASD 2016 <sup>2</sup>	ASD 2017		Histórico	
	2015-35	2016-36	2016-36	2017-37	2006-16	2014-16
Crescimento do PIB real (%)	5,5	5,6	5,3	5,4	4,4	4,1
Inflação (média percentual)	3,2	3,1	3,5	3,4	12,4	5,6
Défice primário interno (% do PIB)	-1,3	-1,2	-1,4	-1,3	-4,3	-3,4
Donativos (% do PIB)	12,3	11,4	8,0	7,6	17,0	12,3
Novos empréstimos (% do PIB)	1,5	1,4	2,4	2,3	7,3	6,4
IDE (% do PIB)	9,7	8,8	4,2	3,8	16,7	12,3
Crescimento das exportações em USD (%)	7,2	7,4	6,7	6,6	20,6	26,0
Crescimento das importações em USD (%)	6,0	6,0	5,2	5,5	10,5	3,8
Saldo da cta. corr. excl. donativos (% do PIB)	-25,0	-19,4	-13,8	-13,2	-37,7	-26,0
Saldo da cta. corr. incl. donativos (% do PIB)	-12,7	-8,0	-5,8	-5,6	-20,6	-13,7

<sup>1</sup> Relatório do FMI n.º 15/196.  
<sup>2</sup> Relatório do FMI n.º 16/174.

- **Os pressupostos sobre o crescimento permaneceram, em grande medida, inalterados face à ASD anterior.** Estima-se que a economia tenha crescido 4% em 2016, um valor inferior ao pressuposto, dado que a atividade global foi limitada por uma despesa de capital com financiamento externo inferior ao projetado. O crescimento deverá permanecer em 4% em 2017 e subir para 5,5% no médio prazo. Espera-se que os motores do crescimento sejam a construção, o turismo, a agricultura e as pescas. No horizonte de longo prazo, a manutenção do crescimento no nível de 5,5% ao ano exigirá políticas macroeconómicas mais sólidas, novas medidas para melhorar o clima de negócios e o êxito na aplicação de uma estratégia de desenvolvimento do turismo.
- **Presume-se que a inflação se mantenha próxima dos 3% no longo prazo,** o que reflete a constante prudência orçamental e os efeitos da paridade da dobra ao euro, que está em vigor desde janeiro de 2010. A inflação subiu 1,1 pontos percentuais para 5,1% em 2016, impulsionada por preços dos produtos alimentares mais elevados e fatores extraordinários, esperando-se que aumente ainda mais, para 6%, no final de 2017. Projeta-se que o deflator do PIB em termos de dólares dos Estados Unidos aumente 2,8% em 2017. Deve, porém, subir para 6,1% em 2018 antes de estabilizar em cerca de 1,3% no longo prazo.
- **Uma diminuição do défice primário interno** de 4,3% do PIB em 2016 para 1,8% do PIB em 2017 é consistente com o défice primário interno previsto pelas autoridades e com o seu compromisso de melhorar a mobilização de receitas e de limitar as transferências e as despesas com pessoal. O défice primário interno deverá ser ligeiramente superior ao da ASD anterior e espera-se que permaneça em 1,3% do PIB no longo prazo, financiado pelos donativos de apoio orçamental e por um levantamento dos depósitos da Conta Nacional do Petróleo (CNP). No longo prazo, as despesas suportam o ónus do ajustamento à medida que os donativos de apoio orçamental diminuam. Não há previsão de endividamento interno.
- **Projeta-se que o total de donativos permaneça no seu nível atual** de cerca de 12% do PIB em 2017–22. No longo prazo, os donativos passarão a ter menos importância, registando uma média de cerca de 6% do PIB ao ano.
- À semelhança da ASD anterior, a presente avaliação presume um limiar de **concessionalidade dos empréstimos**, da ordem dos 35%. Para financiar o programa de investimento de capital do governo, os novos empréstimos ascenderão, em média, a cerca de 3,4% do PIB ao ano no período 2017–21 e a cerca de 2% do PIB nos anos subsequentes. Em todo o período projetado na ASD, presume-se que o país não recorrerá ao financiamento proveniente das futuras operações de privatização e a empréstimos comerciais, endividamento interno ou empréstimos de curto prazo.
- **Projeta-se que o IDE estabilize em cerca de 4% do PIB** no longo prazo. A expectativa das autoridades é de investimento contínuo em projetos de infraestruturas para apoiar o desenvolvimento do turismo e da agricultura.

- O **défice da conta corrente excluindo juros** (incluindo donativos oficiais) deverá manter-se no nível baixo de 6% do PIB observado em 2016, à medida que o Governo continua a consolidar a sua posição. O crescimento das exportações será impulsionado pela produção de cacau e de óleo de palma, e pela intensificação do turismo, à medida que São Tomé e Príncipe reabilita as suas infraestruturas (incluindo a extensão da pista do aeroporto) e beneficia do aumento da frequência dos voos provenientes da Europa desde 2014.
- Os **riscos descendentes** incluem dificuldades no aumento da mobilização de receitas e na limitação da despesa, em particular a financiada por empréstimos não concessionais. As perspetivas poderiam também sofrer os efeitos de choques na oferta (levando a um aumento da inflação e à desaceleração do crescimento). Um período prolongado de crescimento mais fraco na Europa poderia reduzir consideravelmente as exportações, o turismo e os fluxos de IDE.

## SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA EXTERNA

**7. À semelhança da ASD anterior, no cenário de base os três indicadores de stock da dívida externa ultrapassam os respetivos limiares indicativos no início do período de projeção** (Figura 1, linhas azuis).<sup>2</sup> Os rácios do serviço da dívida continuam abaixo dos seus limiares em todos os cenários. Todos os indicadores melhoram ao longo do tempo, em resultado do crescimento, da consolidação orçamental, da menor acumulação de dívida, do aumento da base de exportação e de importações limitadas.

**8. Os testes de stress mostram que os choques mais extremos estendem o período de ultrapassagem dos limiares em alguns anos adicionais para além dos observados no cenário de base** (Figura 1, linhas negras sólidas). À semelhança da ASD anterior, os indicadores baseados nas exportações são mais sensíveis aos choques nas exportações, ao passo que os restantes indicadores são mais sensíveis a um choque pontual de depreciação. Isto salienta a necessidade de limitar o endividamento futuro, preservar a credibilidade da paridade cambial fixa e manter as reservas internacionais em níveis prudentes.

**9. O equilíbrio externo deve melhorar através de uma combinação de avanços na competitividade e na disciplina orçamental para manter a dívida numa trajetória sustentável.** Eventuais derrapagens – por exemplo, fixar o défice da balança corrente excluindo juros nos seus níveis históricos – piorariam drasticamente a trajetória da dívida em relação ao cenário de base (Figura 1, linha vermelha pontuada).

**10. Um cenário personalizado da ASD mostra que São Tomé e Príncipe dispõe de espaço limitado para o endividamento, mesmo empréstimos concessionais, em particular no tocante**

<sup>2</sup> A qualidade das políticas e instituições de São Tomé e Príncipe no período 2014-16, segundo a média do índice CPIA do Banco Mundial de avaliação das políticas e instituições nacionais, recebeu a notação de 3,07 (fraco desempenho). Os limiares indicativos correspondentes a esta notação são: 30% para o rácio do valor atualizado líquido (VAL) da dívida/PIB, 100% para o rácio VAL da dívida/exportações, 200% para o rácio VAL da dívida/receitas, 15% para o rácio serviço da dívida/exportações e 18% para o rácio serviço da dívida/receitas.

**a projetos de infraestruturas extremamente grandes** (Figura 1). Este cenário pressupõe que sejam desembolsados ao longo dos próximos quatro anos USD 300 milhões (próximo do PIB de São Tomé e Príncipe) em empréstimos concessionais com um elemento concessional de 35% (2017–20) para financiar uma parte dos projetos do aeroporto e do porto de águas profundas, divulgados nos meios de comunicação social. Com base nestes pressupostos, o rácio dívida externa/PIB alcançaria os 112% do PIB até 2020. Além disso, no cenário de base, os rácios do valor atual (VA) da dívida ultrapassam os respetivos limiares durante praticamente todo o período de projeção e os rácios do serviço da dívida também ultrapassam os seus limiares.

## SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA

**11. A avaliação da sustentabilidade da dívida pública de São Tomé e Príncipe mantém-se, em grande medida, inalterada face à última ASD apesar da inclusão dos atrasados internos.**

O indicador VA da dívida/PIB ultrapassa o limiar nos quatro primeiros anos das projeções para, em seguida, melhorar rápida e progressivamente, conforme ilustrado no cenário de base. Como é o caso da ASD anterior, a dinâmica da dívida parece insustentável nos cenários histórico e de saldo primário fixo, sublinhando a importância da continuação da consolidação orçamental e de fomento do crescimento liderado pelo setor privado através de reformas estruturais. Todos os indicadores de dívida pública são mais sensíveis a um choque de depreciação pontual de 30% da dobra.

## QUALIFICAÇÃO DO SOBRE-ENDIVIDAMENTO E CONCLUSÕES

**12. São Tomé e Príncipe ainda apresenta um alto risco de sobre-endividamento.** O país já apresenta atrasados da dívida externa com alguns credores bilaterais com quem está a buscar ativamente acordos de reescalonamento. Dois fatores que agravam esse risco são o facto de que grande parte dos atrasados internos, nomeadamente aqueles com a ENCO, são denominados em USD e que existe um volume considerável de passivos contingentes decorrentes da empresa pública EMAE<sup>3</sup> (estes últimos não são considerados na presente ASD, que se refere apenas ao governo central). No entanto, tendo em conta a consolidação orçamental em curso e a prudência na contratação de nova dívida, todos os indicadores melhoram no longo prazo. A avaliação atual é muito semelhante à anterior. Neste contexto, a ASD sublinha a necessidade das seguintes medidas para atenuar os riscos:

- Conservar o empenho na manutenção da paridade cambial fixa e de um nível suficiente de reservas internacionais para reforçar a confiança;
- Manter a prudência orçamental ao reforçar a mobilização de receitas e o controlo sobre as despesas;

<sup>3</sup> A dívida da EMAE à ENCO é de cerca de 18% do PIB em junho de 2017.

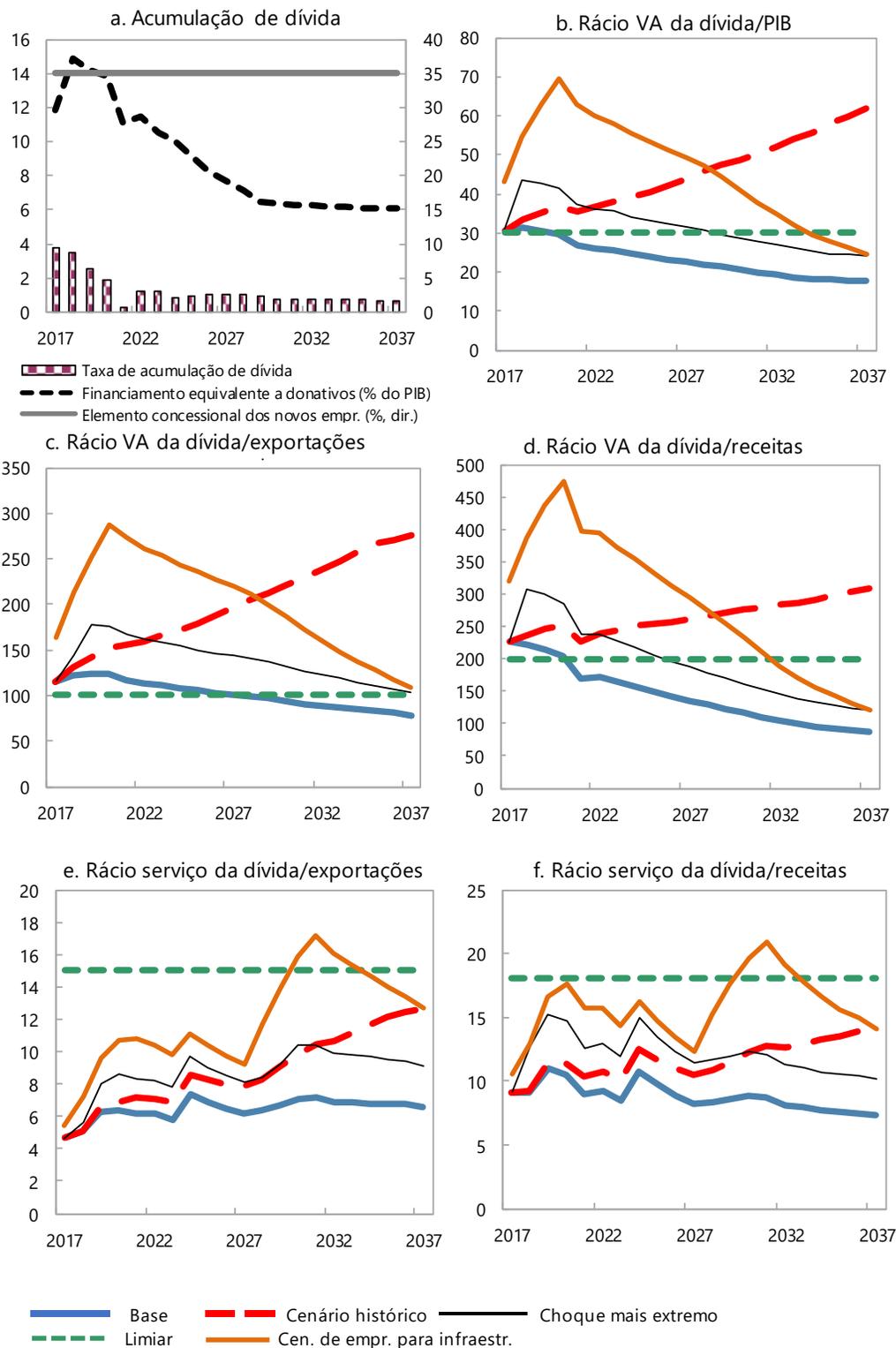
- Acelerar as reformas para a melhoria do desempenho das políticas e instituições de modo a alargar o potencial de crescimento;
- Garantir condições de financiamento favoráveis na forma de donativos ou empréstimos em condições altamente concessionais; e
- Formular e implementar uma estratégia abrangente para reduzir os custos dos negócios e atrair investimentos privados tendentes a alargar a base exportadora.

**13. Os maiores riscos à sustentabilidade da dívida externa provêm de choques cambiais, das exportações e do saldo primário.** A sustentabilidade da dívida poderia deteriorar-se se um período prolongado de crescimento mais baixo na Europa reduzir consideravelmente as exportações, o turismo e os fluxos de IDE. Os riscos parecem ser administráveis no médio prazo caso as autoridades consigam avançar no planeado ajustamento orçamental nos próximos anos e salvaguardar as reservas internacionais. Estas vulnerabilidades também salientam a importância de políticas macroeconómicas sólidas para realizar o potencial de crescimento do país numa base sustentada. A criação de um bom sistema de gestão da dívida pública, assente numa estratégia de gestão da dívida no médio prazo e num quadro orçamental de médio prazo, será essencial para guiar as futuras decisões em matéria de financiamento do desenvolvimento. Adicionalmente, no que respeita ao plano de investimento público, deve-se dar prioridade aos projetos que contribuam para o crescimento elevado, a geração de empregos e as exportações, assim como para ajudar a garantir a capacidade do serviço da dívida no futuro.

**14. A existência de atrasados soberanos após a HIPC (num total de 2% do PIB) com Angola, o Brasil e a Guiné Equatorial colocaria, tecnicamente, São Tomé e Príncipe em sobre-endividamento.** No entanto, tendo em conta as garantias destes credores de que está iminente uma regularização dos atrasados, através de um processo de consenso, o corpo técnico considera que será mais apropriada uma notação de risco elevado de sobre-endividamento.

**15. Opinião das autoridades.** Em resposta à apresentação desta análise do corpo técnico em outubro de 2017, as autoridades reiteraram o seu empenho para com a sustentabilidade da dívida e em procurarem ativamente o reescalamento dos atrasados atuais. As autoridades salientaram que os resultados da ASD dependem de pressupostos macroeconómicos incertos e sugeriram que, num cenário personalizado com grandes projetos de infraestruturas, a taxa de crescimento poderia ser superior ao pressuposto, o que resultaria numa capacidade de endividamento superior. Neste contexto, as autoridades sublinharam a necessidade de permitir ajustamentos do limite indicativo dos empréstimos concessionais para os principais projetos, o que poderia desbloquear o potencial de crescimento.

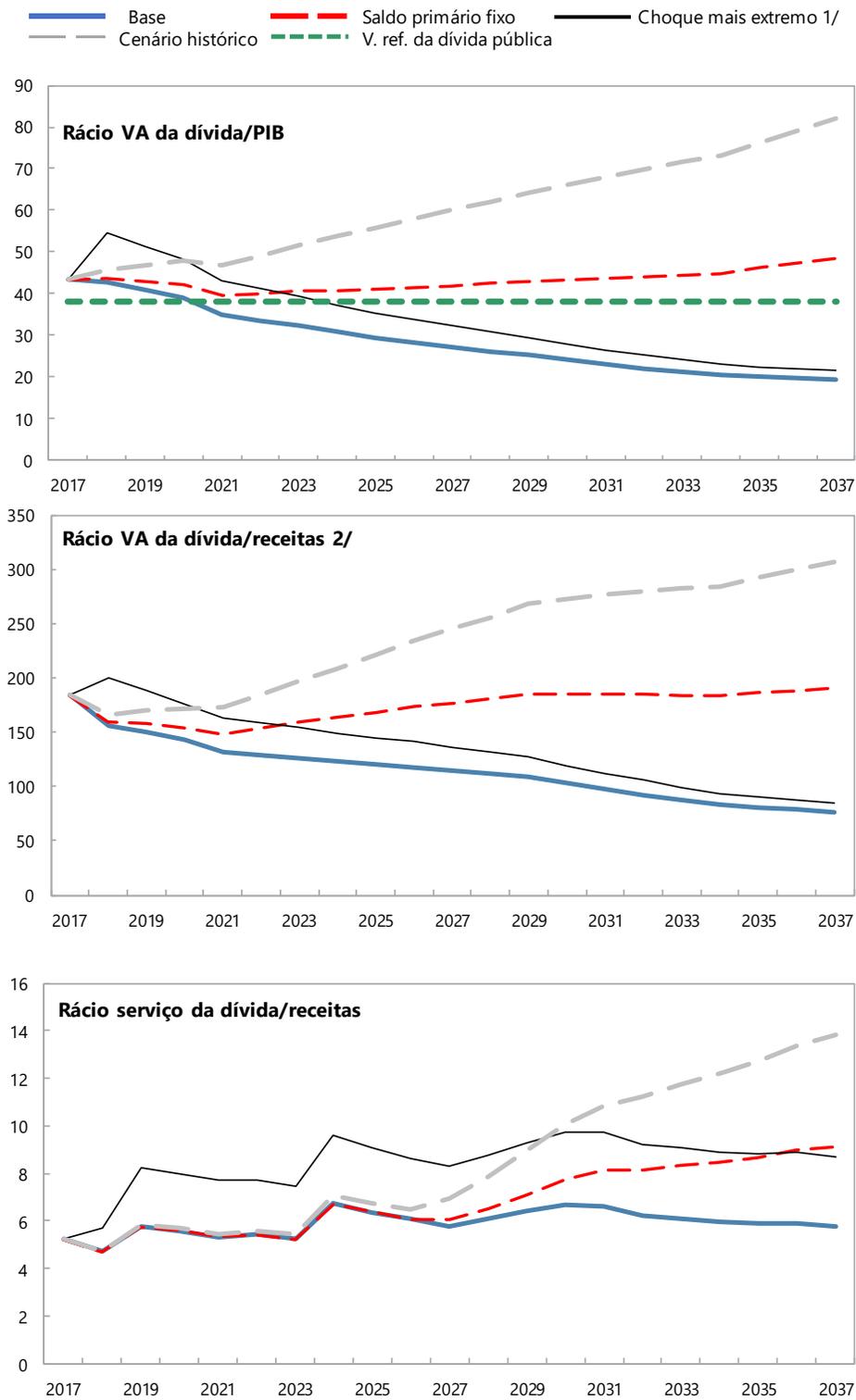
**Figura 1. São Tomé e Príncipe: Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública em Cenários Alternativos, 2017–37**



Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ O teste de stress mais extremo é o teste que resulta no maior rácio em ou antes de 2027.

**Figura 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores da Dívida Pública em Cenários Alternativos, 2017–37**



Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.  
 1/ O teste de stress mais extremo é o que resulta no maior rácio em ou antes de 2027.  
 2/ A definição das receitas inclui os donativos.

**Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, Cenário de Base, 2013–37**  
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efetivo			Média <sup>6/</sup>	Desvio <sup>6/</sup>	Projeções										
	2014	2015	2016	Histórica	Padrão	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2017-22			2023-37	
												Média	2027	2037	Média	
<b>Dívida externa (nominal) 1/</b>	<b>51,4</b>	<b>62,4</b>	<b>53,0</b>			<b>49,9</b>	<b>49,7</b>	<b>48,0</b>	<b>45,9</b>	<b>40,5</b>	<b>38,8</b>		<b>31,8</b>	<b>24,3</b>		
da qual: pública e com garantia pública (PGP)	51,4	62,4	53,0			49,9	49,7	48,0	45,9	40,5	38,8		31,8	24,3		
Variação da dívida externa	7,6	11,0	-9,4			-3,1	-0,2	-1,7	-2,1	-5,4	-1,7		-1,1	-0,2		
Fluxos líquidos identificados geradores de dívida	9,6	9,5	-5,8			-1,2	2,3	1,8	1,1	3,0	1,3		0,1	-2,4		
<b>Déficit da conta corrente excluindo juros</b>	<b>21,6</b>	<b>12,3</b>	<b>5,7</b>	<b>21,1</b>	<b>8,5</b>	<b>11,7</b>	<b>6,7</b>	<b>6,4</b>	<b>5,6</b>	<b>7,5</b>	<b>5,7</b>		<b>4,1</b>	<b>1,4</b>	<b>3,4</b>	
Déficit da balança de bens e serviços	40,6	30,6	25,6			27,4	25,5	24,5	23,5	23,1	21,2		16,0	12,0		
Exportações	25,4	28,3	27,5			26,4	25,5	24,9	24,2	22,9	23,0		22,4	22,5		
Importações	66,0	58,9	53,1			53,8	51,0	49,4	47,6	46,0	44,2		38,4	34,5		
Transferências correntes líquidas (negativa = inflúxo)	-17,0	-18,3	-19,3	-20,2	3,7	-14,6	-17,7	-17,0	-16,8	-14,7	-14,6		-11,0	-9,9	-10,7	
das quais: oficiais	-10,3	-12,6	-14,8			-10,1	-13,3	-12,9	-12,8	-10,9	-10,7		-7,0	-5,3		
Outros fluxos de conta corrente (negativos = inflúxo líquido)	-2,0	0,0	-0,5			-1,1	-1,1	-1,1	-1,1	-1,0	-0,9		-0,9	-0,8		
<b>IDE líquido (negativo = inflúxo)</b>	<b>-6,6</b>	<b>-8,1</b>	<b>-5,9</b>	<b>-14,0</b>	<b>12,2</b>	<b>-11,4</b>	<b>-2,7</b>	<b>-2,7</b>	<b>-2,7</b>	<b>-2,8</b>	<b>-2,8</b>		<b>-2,8</b>	<b>-2,9</b>	<b>-2,9</b>	
<b>Dinâmica endógena da dívida 2/</b>	<b>-5,4</b>	<b>5,3</b>	<b>-5,6</b>			<b>-1,5</b>	<b>-1,7</b>	<b>-1,9</b>	<b>-1,8</b>	<b>-1,7</b>	<b>-1,6</b>		<b>-1,2</b>	<b>-0,8</b>		
Contribuição da taxa de juros nominal	0,3	0,3	0,3			0,5	0,5	0,6	0,6	0,5	0,5		0,5	0,4		
Contribuição do crescimento do PIB real	-1,6	-2,2	-2,3			-2,0	-2,2	-2,5	-2,4	-2,2	-2,1		-1,7	-1,3		
Contribuição das variações de preços e da taxa de câmbio	-4,1	7,2	-3,6			...	...	...	...	...	...		...	...		
<b>Residual (3-4) 3/</b>	<b>-2,0</b>	<b>1,5</b>	<b>-3,6</b>			<b>-1,9</b>	<b>-2,5</b>	<b>-3,5</b>	<b>-3,2</b>	<b>-8,3</b>	<b>-3,0</b>		<b>-1,2</b>	<b>2,2</b>		
do qual: financiamento excepcional	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0		
VA da dívida externa 4/	...	...	31,5			30,5	31,2	30,7	29,8	26,9	26,1		22,6	17,6		
Em percentagem de exportações	...	...	114,3			115,4	122,1	123,3	123,5	117,2	113,3		101,0	78,5		
<b>VA da dívida externa pública e com garantia pública</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>31,5</b>			<b>30,5</b>	<b>31,2</b>	<b>30,7</b>	<b>29,8</b>	<b>26,9</b>	<b>26,1</b>		<b>22,6</b>	<b>17,6</b>		
Em percentagem de exportações	...	...	114,3			115,4	122,1	123,3	123,5	117,2	113,3		101,0	78,5		
Em percentagem da receita pública	...	...	229,6			225,4	220,4	213,8	203,7	170,1	170,9		135,1	87,6		
<b>Rácio serviço da dívida/exportações (em percentagem)</b>	<b>3,7</b>	<b>3,8</b>	<b>3,3</b>			<b>4,7</b>	<b>5,1</b>	<b>6,3</b>	<b>6,4</b>	<b>6,2</b>	<b>6,1</b>		<b>6,1</b>	<b>6,5</b>		
<b>Rácio serviço da dívida PGP/exportações (em percentagem)</b>	<b>3,7</b>	<b>3,8</b>	<b>3,3</b>			<b>4,7</b>	<b>5,1</b>	<b>6,3</b>	<b>6,4</b>	<b>6,2</b>	<b>6,1</b>		<b>6,1</b>	<b>6,5</b>		
<b>Rácio serviço da dívida PGP/receitas (em percentagem)</b>	<b>6,5</b>	<b>7,8</b>	<b>6,6</b>			<b>9,1</b>	<b>9,1</b>	<b>10,9</b>	<b>10,5</b>	<b>9,0</b>	<b>9,2</b>		<b>8,2</b>	<b>7,3</b>		
Necessidade bruta total de financiamento (USD mil milhões)	0,1	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0		
Déficit da conta corrente excl. juros que estabiliza o rácio da dívida	13,9	1,3	15,1			14,8	6,9	8,1	7,8	12,8	7,4		5,3	1,5		
<b>Principais pressupostos macroeconómicos</b>																
Crescimento do PIB real (em percentagem)	4,1	4,0	4,1	4,3	1,8	4,0	5,0	5,5	5,5	5,5	5,5	5,2	5,5	5,5	5,5	
Deflador do PIB em USD (variação percentual)	10,5	-12,3	6,1	5,5	9,1	2,8	6,1	4,3	3,8	6,5	2,1	4,3	1,7	-0,4	1,3	
Taxa de juros efetiva (percentagem) 5/	0,8	0,6	0,5	0,7	0,3	1,1	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,2	1,6	1,9	1,7	
Crescimento das exportações de bens e serviços (em USD, em %)	64,3	1,7	7,4	21,9	25,4	2,7	7,6	7,3	6,3	6,5	8,4	6,5	6,7	6,7	6,7	
Crescimento das importações de bens e serviços (em USD, em %)	28,8	-18,6	-0,4	9,6	19,6	8,4	5,6	6,5	5,6	8,6	3,5	6,4	4,5	5,3	5,1	
Elemento concessional dos novos empr. do setor público (em %)	...	...	...	...	...	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	
Receitas públicas (excluindo donativos, em percentagem do PIB)	14,5	13,9	13,7			13,5	14,1	14,4	14,7	15,8	15,3		16,8	20,1	17,8	
Fluxos de ajuda (USD mil milhões) 7/	0,1	0,1	0,1			0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1		0,1	0,1		
dos quais: Donativos	0,0	0,0	0,1			0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1		0,1	0,1		
dos quais: Empréstimos concessionais	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0		
Financiamento equivalente a donativos (em percentagem do PIB)	...	...	...			11,8	14,9	14,2	13,8	11,1	11,4		7,7	6,0	7,3	
Financiamento equivalente a donativos (em % do financ. externo)	...	...	...			78,2	83,1	85,1	88,1	96,8	89,8		85,5	82,3	84,4	
Por memória:																
PIB nominal (USD mil milhões)	0,3	0,3	0,4			0,4	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6		0,9	1,7		
Crescimento do PIB nominal (USD)	15,0	-8,8	10,4			6,9	11,4	10,1	9,5	12,3	7,7	9,7	7,3	5,0	6,9	
VA da dívida externa PGP (USD mil milhões)	...	...	0,1			0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2		0,2	0,3		
(VAt-VAt-1)/PIBt-1 (em percentagem)	...	...	...			3,7	3,5	2,6	1,9	0,3	1,2	2,2	1,1	0,7	0,9	
Remessas brutas dos trabalhadores (USD mil milhões)	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,1		
VA da dívida externa PGP (em % do PIB + remessas)	...	...	30,1			29,2	29,9	29,5	28,7	25,9	25,2		21,8	16,9		
VA da dívida externa PGP (em % das exportações + remessas)	...	...	98,1			98,5	104,0	105,9	106,2	100,5	97,2		85,7	65,2		
Serviço da dívida externa PGP (em % das exportações + remessas)	...	...	2,8			4,0	4,3	5,4	5,5	5,3	5,3		5,2	5,4		

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Inclui a dívida externa pública e privada.

2/ Derivada como  $[r - g - p(1+g)] / (1+g+p+gp)$  multiplicado pelo rácio da dívida do período anterior, sendo  $r$  = taxa de juro nominal;  $g$  = taxa de crescimento do PIB real, e  $p$  = taxa de crescimento do deflador do PIB em USD.

3/ Inclui o financiamento excepcional (ou seja, variações dos atrasados e alívio da dívida); variações de ativos externos brutos; e ajustamentos de valorização. Para as projeções inclui também a contribuição das variações de preços e de taxa de câmbio.

4/ Pressupõe que o VA da dívida do setor privado é equivalente ao seu valor facial.

5/ Pagamentos de juros do ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.

6/ As médias históricas e os desvios padrão são, em geral, calculados ao longo dos últimos 10 anos, sujeitos à disponibilidade de dados.

7/ Definidos como donativos, empréstimos concessionais e alívio da dívida.

8/ O financiamento equivalente a donativos inclui donativos concedidos diretamente ao governo e através de novos empréstimos (diferença entre o valor facial e o VA da nova dívida).

**Tabela 2a. São Tomé e Príncipe: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2017-37**  
(Porcentagem)

	Projeções							2037
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2027	
<b>Rácio VA da dívida/PIB</b>								
<b>Base</b>	31	31	31	30	27	26	<b>23</b>	18
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2017-2037 1/	31	34	35	37	36	37	<b>44</b>	62
A2. Novos empréstimos do setor público em condições menos favoráveis em 2017-2037 2/	31	32	33	32	29	29	<b>27</b>	26
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019	31	32	32	31	28	27	<b>24</b>	18
B2. Crescimento do valor de exportação à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019 3/	31	33	36	34	31	30	<b>26</b>	19
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019	31	34	37	36	32	31	<b>27</b>	21
B4. Fluxos líquidos não geradores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019 4/	31	33	33	32	29	28	<b>24</b>	18
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio padrão	31	30	28	27	24	24	<b>21</b>	18
B6. Depreciação nominal pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2018 5/	31	44	43	42	37	36	<b>31</b>	24
<b>VA do rácio dívida/exportações</b>								
<b>Base</b>	115	122	123	123	117	113	<b>101</b>	79
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2017-2037 1/	115	131	141	152	155	159	<b>195</b>	275
A2. Novos empréstimos do setor público em condições menos favoráveis em 2017-2037 2/	115	127	131	134	128	126	<b>122</b>	114
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019	115	122	123	123	117	113	<b>101</b>	77
B2. Crescimento do valor de exportação à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019 3/	115	144	177	176	168	162	<b>144</b>	103
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019	115	122	123	123	117	113	<b>101</b>	77
B4. Fluxos líquidos não geradores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019 4/	115	127	132	132	125	121	<b>107</b>	80
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio padrão	115	109	97	97	92	88	<b>79</b>	68
B6. Depreciação nominal pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2018 5/	115	122	123	123	117	113	<b>101</b>	77
<b>VA do rácio dívida/receitas</b>								
<b>Base</b>	225	220	214	204	170	171	<b>135</b>	88
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2017-2037 1/	225	237	245	251	225	240	<b>262</b>	307
A2. Novos empréstimos do setor público em condições menos favoráveis em 2017-2037 2/	225	229	228	221	186	189	<b>163</b>	127
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019	225	226	226	214	179	179	<b>142</b>	91
B2. Crescimento do valor de exportação à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019 3/	225	233	247	234	196	197	<b>155</b>	93
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019	225	243	255	242	202	203	<b>160</b>	103
B4. Fluxos líquidos não geradores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019 4/	225	230	229	217	181	182	<b>144</b>	89
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio padrão	225	213	195	186	155	155	<b>123</b>	88
B6. Depreciação nominal pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2018 5/	225	308	299	284	237	237	<b>188</b>	120

**Tabela 2b. São Tomé e Príncipe: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2017-2037 (conclusão)**  
(Porcentagem)

	Projeções							2037
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2027	
<b>Rácio serviço da dívida/exportações</b>								
<b>Base</b>	5	5	6	6	6	6	<b>6</b>	7
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2017-2037 1/	5	5	7	7	7	7	<b>8</b>	13
A2. Novos empréstimos do setor público em condições menos favoráveis em 2017-2037 2	5	5	6	7	7	7	<b>7</b>	9
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019	5	5	6	6	6	6	<b>6</b>	7
B2. Crescimento do valor de exportação à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019 3/	5	6	8	9	8	8	<b>8</b>	9
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019	5	5	6	6	6	6	<b>6</b>	7
B4. Fluxos líquidos não geradores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019 4/	5	5	6	7	6	6	<b>6</b>	7
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio padrão	5	5	6	6	5	5	<b>5</b>	5
B6. Depreciação nominal pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2018 5/	5	5	6	6	6	6	<b>6</b>	7
<b>Rácio serviço da dívida/receitas</b>								
<b>Base</b>	9	9	11	11	9	9	<b>8</b>	7
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2017-2037 1/	9	9	11	11	10	11	<b>11</b>	14
A2. Novos empréstimos do setor público em condições menos favoráveis em 2017-2037 2	9	9	11	11	10	10	<b>10</b>	10
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019	9	9	12	11	9	10	<b>9</b>	8
B2. Crescimento do valor de exportação à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019 3/	9	9	11	11	10	10	<b>9</b>	8
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019	9	10	13	13	11	11	<b>10</b>	9
B4. Fluxos líquidos não geradores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019 4/	9	9	11	11	9	10	<b>8</b>	8
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio padrão	9	10	12	11	9	9	<b>8</b>	7
B6. Depreciação nominal pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2018 5/	9	13	15	15	13	13	<b>11</b>	10
Por memória:								
Elemento concessional presumido no financiamento residual (ou seja, financiamento necessário acima da referência) 6/	35	35	35	35	35	35	<b>35</b>	35
Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico.								
1/ As variáveis incluem o crescimento do PIB real, crescimento do deflator do PIB (em USD), a conta corrente excluindo juros em percentagem do PIB e fluxos não geradores de dívida.								
2/ Pressupõe que a taxa de juros sobre novos empréstimos é 2 pontos percentuais superior à do cenário de base, mas que os prazos de carência e de vencimento sejam os mesmos do cenário de base.								
3/ Presume que os valores de exportação permaneçam permanentemente no nível inferior, mas que a conta corrente, como % do PIB, regressa ao seu nível de base após o choque (presume implicitamente um ajuste compensatório no nível das importações).								
4/ Inclui as transferências oficiais e privadas e IDE.								
5/ A depreciação é definida como o declínio percentual da taxa de câmbio USD/moeda nacional, de modo a nunca ultrapassar os 100%.								
6/ Aplica-se a todos os cenários de stress exceto o A2 (financiamento menos favorável) no qual as condições de todos os novos empréstimos são aquelas especificadas na nota 2.								

**Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Quadro de Sustentabilidade da Dívida do Setor Público, Cenário de Base, 2014-2037**  
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efetivo			Média <sup>5/</sup> Histórica	Desvio <sup>5/</sup> Padrão	Projeções									
	2014	2015	2016			2017	2018	2019	2020	2021	2022	2017-22 Média	2027	2037	2023-37 Média
<b>Dívida do setor público 1/</b>	51,4	62,4	68,2			62,8	61,3	58,4	55,2	48,6	46,2		36,4	26,1	
da qual: expressa em moeda estrangeira	51,4	62,4	53,0			49,9	49,7	48,0	45,9	40,5	38,8		31,8	24,3	
Variação da dívida do setor público	7,6	11,0	5,9			-5,5	-1,4	-3,0	-3,2	-6,5	-2,5		-1,6	-0,3	
Fluxos geradores de dívida identificados	5,3	10,0	0,1			-2,4	-1,7	-1,6	-1,8	-4,1	-2,5		-1,1	-0,6	
Déficit primário	5,6	8,6	3,3	9,3	6,1	5,4	2,8	3,4	2,5	1,1	0,5	2,6	1,0	0,3	
Receitas e donativos	24,5	25,4	28,5			23,6	27,4	27,2	27,5	26,7	26,0		23,7	25,5	
dos quais: donativos	10,0	11,5	14,8			10,1	13,3	12,9	12,8	10,9	10,7		7,0	5,3	
Despesa primária (excluindo juros)	30,1	34,0	31,8			29,0	30,2	30,6	30,0	27,8	26,5		24,7	25,8	
Dinâmica automática da dívida	-0,3	1,4	-3,2			-7,8	-4,5	-5,0	-4,4	-5,2	-2,9		-2,1	-0,9	
Contributo do diferencial entre taxa de juro/crescimento	-2,1	-2,2	-2,7			-3,3	-3,8	-4,0	-3,7	-3,5	-3,0		-2,3	-1,5	
do qual: contributo da taxa de juro real média	-0,3	-0,2	-0,2			-0,6	-0,8	-0,8	-0,7	-0,6	-0,5		-0,3	-0,1	
do qual: contributo do crescimento do PIB real	-1,7	-2,0	-2,5			-2,6	-3,0	-3,2	-3,0	-2,9	-2,5		-2,0	-1,4	
Contributo da depreciação da taxa de câmbio real	1,7	3,5	-0,5			-4,5	-0,7	-1,0	-0,7	-1,8	0,1		...	...	
Outros fluxos geradores de dívida identificados	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	
Receitas de privatização (negativas)	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	
Reconhecimento de passivos implícitos ou contingentes	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	
Alívio da dívida (HIPC e outros)	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	
Outro (especificar, por ex. recapitalização bancária)	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	
Residual, incluindo variações de ativos	2,3	1,0	5,7			-3,1	0,3	-1,3	-1,4	-2,4	0,0		-0,4	0,2	
<b>Outros indicadores de sustentabilidade</b>															
<b>VA da dívida do setor público</b>	...	...	46,7			43,4	42,8	41,0	39,1	34,9	33,5		27,2	19,4	
da qual: expressa em moeda estrangeira	...	...	31,5			30,5	31,2	30,7	29,8	26,9	26,1		22,6	17,6	
da qual: externo	...	...	31,5			30,5	31,2	30,7	29,8	26,9	26,1		22,6	17,6	
VA de passivos contingentes (não incluídos na dívida do setor público)	...	...	...			...	...	...	...	...	...		...	...	
Necessidade bruta de financiamento 2/	6,6	9,7	4,2			6,7	4,1	4,9	4,1	2,5	1,9		2,4	1,8	
Rácio VA da dívida do setor público/receitas e donativos (em %)	...	...	163,9			183,9	156,0	150,7	142,3	130,9	128,6		114,8	76,4	
Rácio VA da dívida do setor público/receitas (em percentagem)	...	...	341,0			320,6	302,5	285,8	266,9	221,2	219,0		162,5	96,6	
da qual: externa 3/	...	...	229,6			225,4	220,4	213,8	203,7	170,1	170,9		135,1	87,6	
Rácio serviço da dívida/receitas e donativos (em percentagem) 4/	3,9	4,3	3,2			5,2	4,7	5,8	5,6	5,3	5,4		5,8	5,8	
Rácio serviço da dívida/receitas (em percentagem) 4/	6,5	7,8	6,6			9,1	9,1	10,9	10,5	9,0	9,2		8,2	7,3	
Déficit primário que estabiliza o rácio dívida/PIB	-2,0	-2,4	-2,5			10,9	4,2	6,3	5,7	7,7	2,9		2,6	0,7	
<b>Principais pressupostos macroeconómicos e orçamentais</b>															
Crescimento do PIB real (em percentagem)	4,1	4,0	4,1	4,3	1,8	4,0	5,0	5,5	5,5	5,5	5,5	5,2	5,5	5,5	
Taxa de juro nominal média sobre a dívida em moeda estrangeira (em %)	0,8	0,6	0,5	0,7	0,3	1,1	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,2	1,6	1,9	
Taxa de juro nominal média sobre a dívida interna (em %)	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	
Depr. nominal da moeda nacional (var. percentual em moeda nacional por USD)	13,3	11,3	4,5	6,2	6,1	-7,9	-0,1	-0,3	0,1	-3,3	0,9	-1,8	0,9	3,0	
Taxa de inflação (deflator do PIB, em percentagem)	10,6	4,9	6,3	11,5	6,6	2,7	3,5	4,0	3,7	3,0	2,8	3,3	2,6	2,6	
Cresc. da despesa primária real (deflacionada pelo deflator do PIB, em %)	0,6	17,2	-2,4	1,6	5,5	-5,1	9,3	6,8	3,5	-2,2	0,5	2,1	4,3	6,7	
Elemento concessional do novo endividamento externo (em percentagem)	...	...	...	...	...	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ A dívida pública é composta pela dívida do governo central. É considerada a dívida bruta.

2/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o déficit primário mais o serviço da dívida mais o stock de dívida de curto prazo no final do período anterior.

3/ Receitas internas excluindo donativos.

4/ O serviço da dívida é definido como a soma de juros e amortização da dívida de médio e longo prazo.

5/ As médias históricas e os desvios padrão são, em geral, calculados ao longo dos últimos 10 anos, sujeitos à disponibilidade de dados.

**Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública, 2017–37**

	Projeções							
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2027	2037
<b>Rácio VA da dívida/PIB</b>								
<b>Base</b>	43	43	41	39	35	33	<b>27</b>	19
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	43	46	47	48	47	49	<b>60</b>	82
A2. Saldo primário inalterado desde 2017	43	44	43	42	39	40	<b>42</b>	49
A3. Crescimento do PIB permanentemente inferior 1/	43	43	41	40	36	34	<b>29</b>	26
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019	43	44	44	42	38	37	<b>32</b>	26
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019	43	48	51	49	44	42	<b>35</b>	24
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio padrão	43	47	50	48	43	42	<b>36</b>	27
B4. Depreciação real pontual de 30% em 2018	43	55	51	48	43	41	<b>32</b>	22
B5. Aumento de 10% do PIB em outros fluxos geradores de dívida em 2018	43	47	45	43	38	37	<b>30</b>	21
<b>Rácio VA da dívida/receitas 2/</b>								
<b>Base</b>	184	156	151	142	131	129	<b>115</b>	76
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	184	166	170	171	173	185	<b>245</b>	306
A2. Saldo primário inalterado desde 2017	184	160	158	153	148	153	<b>177</b>	191
A3. Crescimento do PIB permanentemente inferior 1/	184	156	151	144	133	131	<b>123</b>	101
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019	184	158	156	149	139	138	<b>131</b>	102
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019	184	175	187	177	164	162	<b>147</b>	93
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio padrão	184	171	180	171	160	158	<b>149</b>	106
B4. Depreciação real pontual de 30% em 2018	184	199	189	176	162	158	<b>136</b>	85
B5. Aumento de 10% do PIB em outros fluxos geradores de dívida em 2018	184	171	165	156	144	142	<b>127</b>	83
<b>Rácio serviço da dívida/receitas 2/</b>								
<b>Base</b>	5	5	6	6	5	5	<b>6</b>	6
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	5	5	6	6	5	6	<b>7</b>	14
A2. Saldo primário inalterado desde 2017	5	5	6	6	5	5	<b>6</b>	9
A3. Crescimento do PIB permanentemente inferior 1/	5	5	6	6	5	5	<b>6</b>	6
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019	5	5	6	6	5	6	<b>6</b>	7
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio padrão em 2018-2019	5	5	6	6	5	5	<b>7</b>	7
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio padrão	5	5	6	6	5	6	<b>7</b>	7
B4. Depreciação real pontual de 30% em 2018	5	6	8	8	8	8	<b>8</b>	9
B5. Aumento de 10% do PIB em outros fluxos geradores de dívida em 2018	5	5	6	6	5	5	<b>7</b>	6

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Presume que o crescimento do PIB real seja o do cenário de base menos um desvio padrão, dividido pela raiz quadrada da duração do período de projeção.

2/ A definição das receitas inclui os donativos.

**Declaração dos Srs. Sembene, Administrador, Nguema-Affane, Assessor Sênior do  
Administrador e Carvalho da Silveira, Assesor do Administrador, sobre a  
República Democrática de São Tomé e Príncipe**

**11 de dezembro de 2017**

Em nome das autoridades santomenses, gostaríamos de expressar a nossa gratidão ao corpo técnico pelo relatório franco e o diálogo construtivo sobre políticas mantido com as autoridades no contexto da terceira e da quarta avaliações ECF. As autoridades concordam, em linhas gerais, com a avaliação feita pelo corpo técnico dos desafios macroeconómicos e acolhem com agrado as recomendações sobre políticas.

O programa apoiado pela ECF tem sido essencial para ajudar São Tomé e Príncipe a manter a estabilidade macroeconómica, desbloquear o financiamento de outros parceiros e promover a necessária agenda de reformas em tempo de declínio na ajuda externa, atrasos no fornecimento da assistência técnica (AT), capacidade reduzida e elevados níveis de endividamento. Apesar deste ambiente difícil ter adiado a aplicação de algumas reformas, foi realizado progresso notável no cumprimento dos objetivos gerais do programa.

**Desempenho ao abrigo do programa e evolução económica recente**

O desempenho do programa desde a última avaliação foi consistente. Todos os cinco critérios de desempenho (CD) do final de junho de 2017 foram cumpridos, incluindo os relacionados às reservas internacionais líquidas e ao financiamento bancário líquido. No plano estrutural, foram implementados três indicadores de referência estruturais do final de dezembro de 2016, com o objetivo de reforçar a situação financeira da empresa pública de eletricidade e água (EMAE) e fortalecer os quadros de política monetária e financeira. Contudo, três indicadores não foram cumpridos, em grande parte devido à falta de capacidade e a desenvolvimentos fora do controlo das autoridades. Outros indicadores de referência estruturais que não foram cumpridos permanecem na agenda das autoridades, nomeadamente a apresentação dos projetos de leis sobre o IVA à Assembleia Nacional e a conclusão da Avaliação da Gestão do Investimento Público (PIMA). Os dois indicadores de referência estruturais para o final de dezembro de 2017 sobre a apresentação de um projeto de lei das parcerias público-privadas (PPP) e a adoção de medidas para conter o prejuízo da EMAE no curto prazo foram implementados.

O PIB real registou mais um ano de crescimento acima dos 4% em 2016, apoiado pela forte atividade nos setores do cacau, do turismo e da construção; informações preliminares indicam que a atividade económica manteve o seu dinamismo na primeira metade de 2017. A inflação subiu dos 5,1% registados no final de dezembro de 2016 para 6,5% no final de agosto de 2017, devido ao aumento do preço dos bens produzidos localmente, em virtude da pluviosidade mais intensa. Após a melhoria de 2016, o défice da conta corrente aumentou na primeira metade de 2017 devido ao crescimento das importações de bens de investimento e petróleo, tendo sido financiado pelo aumento do IDE. A posição externa continua a ser adequada, com internacionais reservas líquidas de cerca de 3,5 meses de importações.

## **Perspetiva para o resto de 2017 e anos vindouros**

A perspetiva para o curto e médio prazo de São Tomé e Príncipe é favorável, embora esteja sujeita a riscos de deterioração significativos. Estima-se que o PIB continuará a crescer em cerca de 4% em 2017 e esta dinâmica deverá ser mantida no médio prazo, impulsionada pela forte atividade na construção e no turismo, à medida que projetos de infraestruturas importantes, como a expansão do aeroporto e as centrais hidroelétricas, são concretizados. O défice da conta corrente deverá continuar a piorar em 2017 e no médio prazo, uma vez que se estima que o IDE relacionado a grandes projetos de infraestruturas permanecerá elevado. A inflação irá moderar com o fim das pressões inflacionistas provocadas pela escassez temporária de alimentos. As autoridades concordam que novos atrasos no financiamento externo e na aplicação de reformas devido a limitações de capacidade e às próximas eleições legislativas representam os piores riscos para a deterioração das perspetivas. Para o futuro, as autoridades reiteraram o seu empenho em tomar as medidas necessárias para aumentar a resiliência económica e manter a dinâmica de forte crescimento e agradecem o estreito envolvimento contínuo com o FMI a este respeito.

## **Agenda de políticas e reformas**

As autoridades santomenses continuam totalmente comprometidas com os objetivos do programa apoiado pela ECF. Daqui em diante, o objetivo será garantir uma maior disciplina orçamental, reforçar o quadro de política monetária, salvaguardar a estabilidade do setor financeiro e fazer avançar o seu programa de reformas estruturais.

## **Garantir a disciplina orçamental**

Depois de não atingirem as metas para o défice primário do final de 2016, as autoridades publicaram o orçamento de 2017 revisto, que recolocou as contas públicas no rumo certo. As medidas corretivas que foram implementadas incluem, entre outras: i) corte de 30% nas despesas com combustíveis dos organismos públicos, exceto nos setores de polícia, defesa e saúde, e ii) a redução de 30% dos complementos de salários e de todos os outros benefícios de empresas públicas e organismos autónomos. Ademais, foi firmado um acordo com dois grandes devedores privados e algumas empresas públicas para a eliminação gradual dos seus impostos atrasados. Como resultado, a meta para o défice primário interno caiu para 1,4% do PIB, em linha com a meta associada para junho de 2017. Como o desempenho das receitas foi inferior ao esperado devido a desenvolvimentos imprevistos, foram identificadas novas medidas para eliminar o respetivo défice de 2,4% do PIB. Estas incluem o plano de cobrança de atrasados que ajudará a mobilizar cerca de 1% do PIB e cortes adicionais de despesas no total de 1,4% do PIB.

São Tomé e Príncipe continua a ser avaliado com um risco elevado de sobre-endividamento. O rácio dívida/PIB do país foi revisto em alta devido à inclusão de atrasados internos pela primeira vez. No entanto, o rácio dívida externa/PIB deverá ser de 46% no final de 2017, abaixo dos 62% registados em 2015-16. As autoridades chegaram a um acordo com a China que envolve o perdão da dívida de São Tomé no montante de USD 18,4 milhões em atrasados antigos, anteriores à Iniciativa HIPC. Também estão a trabalhar do sentido de conseguir um acordo de reescalonamento da dívida envolvendo atrasados externos

acumulados com outros credores. Conforme observado neste relatório, as autoridades também estão totalmente empenhadas em reduzir os atrasados e concordaram em priorizar o seu pagamento se forem mobilizados recursos adicionais. Para o futuro, as autoridades reiteraram o compromisso de evitar a acumulação de novos atrasados em 2017 e de limitar o endividamento externo a empréstimos concessionais.

Em linha com a meta de déficit primário interno de 1% do PIB em 2018, as autoridades apresentaram à Assembleia Nacional o orçamento de 2018, que estabelece os esforços de consolidação orçamental. Este orçamento inclui medidas de reforço das receitas e de controlo de despesas, incluindo a suspensão do crédito fiscal do IRS, a suspensão dos aumentos de salários e restrições à contratação em setores não prioritários.

Em relação às reformas fiscais estruturais, as autoridades estão determinadas a dar continuidade aos esforços de consolidação orçamental através da mobilização de receitas. Serão tomadas medidas imediatas para finalizar a Lei do IVA. A este respeito, a assistência técnica do FMI será crucial para a criação de uma Autoridade Tributária única no país. As autoridades também estão a avançar na conclusão da lei das parcerias público-privadas (PPP), que deverá apoiar os esforços de criação de capacidade para a tomada de decisão eficiente sobre investimentos públicos. A adoção de um mecanismo de ajuste automático de preços tem sido muito útil para o país até agora e deverá ajudar a reduzir os riscos orçamentais.

As autoridades irão proceder à reestruturação do setor empresarial do Estado. A este respeito, a reforma da EMAE está no topo da agenda das autoridades, dado o risco que representa para as finanças do governo. Conforme destacado no relatório do corpo técnico, estão em curso projetos importantes de revitalização da EMAE no médio prazo, com a assistência do Banco Mundial e do Banco Europeu de Investimento. No curto prazo, as autoridades tomaram medidas para conter os riscos orçamentais, tais como: i) garantir que os ministérios e organismos pagam as contas de eletricidade regularmente, ii) celebrar acordos com consumidores com contas atrasadas, iii) reforçar a legislação anti-roubo, iv) publicar a lista de devedores da EMAE e v) expandir o pagamento de contas através do sistema bancário.

### **Reforçar o quadro de política monetária e salvaguardar a estabilidade do setor financeiro**

As autoridades têm avançado na melhoria do quadro de política monetária e na garantia da estabilidade financeira nos últimos anos. Contudo, continuam a enfrentar uma série de desafios, inclusivamente excesso de liquidez, crescimento anémico do crédito e níveis elevados de crédito malparado. Para abordá-los, atualmente o BCSTP está a trabalhar na alteração de regulamentos necessários para a operação de um mercado secundário e de instrumentos com prazo mais longos, enquanto promove a publicação transparente das demonstrações financeiras auditadas dos bancos.

Em novembro de 2017, a Assembleia Nacional aprovou a lei da reforma monetária que permite a redenominação da moeda, que entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018. As autoridades acreditam que a redenominação da moeda será um passo importante no

sentido da melhoria da circulação monetária ao simplificar a contabilidade e as liquidações, manter a estrutura ideal de denominações, reduzir as despesas públicas com manutenção da circulação do dinheiro e combater a contrafação. A preparação para esta iniciativa começou há algum tempo e o BCSTP já está a conduzir os estágios finais, em especial a realização de várias campanhas de conscientização.

Os indicadores de solidez financeira melhoraram em 2017. O rácio de adequação dos fundos próprios está bem acima dos requisitos regulamentares, houve um aumento da rentabilidade e o crédito malparado das instituições bancárias caiu. Apesar destes desenvolvimentos positivos, as autoridades manterão os esforços de reforma do setor financeiro. Para tal, recentemente, as autoridades puseram em prática o Plano de Implementação para o Desenvolvimento do Setor Financeiro (PIDSF), o Plano Estratégico do BCSTP e a estratégia de redução dos créditos malparados. Foi lançado o Exame da Qualidade dos Ativos (EQA), a supervisão baseada em riscos será revitalizada com AT do FMI e estão a ser dados passos para a implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro com o apoio do Banco Central do Brasil. Também se avançou no sentido de se desenvolver um mecanismo de resolução extrajudicial.

A liquidação do Banco Equador está a avançar e as autoridades continuarão a monitorizar de perto o processo, sobretudo com vista a conter os riscos orçamentais.

### **Fazer avançar outras reformas estruturais**

As autoridades reafirmam o seu compromisso de operacionalizar a Agenda de Transformação para 2030. Neste contexto, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2017–2021 foi concluído e implementado em novembro de 2017 com o apoio do PNUD. O plano continua alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável e centra-se na aceleração do crescimento sustentável e no reforço da coesão social e da credibilidade do país no estrangeiro. Ademais, com o apoio do Banco Mundial, as autoridades estão a finalizar a estratégia nacional de diversificação das exportações centrada no crescimento do turismo e tomaram medidas para abordar a falta de fiabilidade do abastecimento e os elevados custos da eletricidade.

### **Considerações finais**

Apesar dos enormes desafios enfrentados pelo país, as autoridades santomenses demonstraram um compromisso firme com o programa, aplicando medidas corretivas difíceis para manter o programa no rumo certo. O empenho contínuo do FMI servirá como um catalisador importante para outros financiadores, enquanto propicia uma base de sustentabilidade para as reformas destinadas a alcançar a estabilidade macroeconómica. As autoridades estão gratas pela valiosa assistência técnica do FMI e esperam poder contar com o apoio atempado da instituição aos seus esforços de criação de capacidade.

Em vista do exposto, muito apreciaríamos o apoio dos Administradores à conclusão da terceira e da quarta avaliações ao abrigo do acordo ECF e ao pedido das autoridades de prorrogação do acordo e modificação dos critérios de desempenho.